UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SCRICTO SENSU
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ANA PAULA MACHADO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SIGNIFICADOS EMITIDOS EM NARRATIVAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E NOS DISCURSOS OFICIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

ERECHIM
2020

ANA PAULA MACHADO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SIGNIFICADOS EMITIDOS EM NARRATIVAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E NOS DISCURSOS OFICIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.
Linha de Pesquisa: Saberes, Processos e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ivone Maria Mendes Silva.

ERECHIM
2020

ANA PAULA MACHADO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SIGNIFICADOS EMITIDOS EM NARRATIVAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E NOS DISCURSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em:

11/11/2020

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Ivone Maria Mendes Silva – UFFS Orientadora

_____

Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski – UFFS

_____

Prof.ª Dr.ª Irme Salete Bonamigo – UNOCHAPECÓ

AGRESSÃO

Te nego
Olhando nos teus olhos
Nego por não reconhecer mais neles
Quem tu parecia ser
Nego ser vítima
Nego reabrir mil vezes a mesma ferida
Não te devo explicações
Guarde para si
O teu pedido de perdão
É meu corpo, minha vida em jogo
Fique com o silêncio da minha negação
Esta violência, pode ter certeza
Pra todos será revelada
Não me calarei
Apenas para ti
Meus lábios não mais se abrirão

Daniel Daarte
@da.arte

RESUMO

Por ser uma das mais frequentes formas de violação dos direitos humanos, a violência é uma problemática que precisa emergir para que possa ser visualizada, analisada e compreendida na contemporaneidade. Diante disso, o estudo utilizou o entendimento de Jerome Bruner (1997) referente a produção dos significados para a construção de conhecimentos sobre a realidade dos indivíduos. Para o aprofundamento deste estudo, propõe-se, através desta pesquisa, uma análise crítica sobre a violência contra a mulher. Buscou-se, neste estudo, analisar os significados contidos nas narrativas de mulheres em situação de violência e de profissionais especializados, além dos significados que emergem nos discursos de documentos oficiais das Políticas Públicas quando se considera o fenômeno da violência contra a mulher em uma cidade do oeste catarinense. Para tanto, os dados foram obtidos através de uma pesquisa qualitativa, que abrangeu uma breve revisão bibliográfica sobre estudos de gênero, autores e conceitos provindos do campo das Ciências Humanas; uma análise de conteúdo das entrevistas semi-dirigidas aos profissionais das diferentes áreas de atuação (CRAS, CREAS, NASF, Delegacia Especializada, Política Militar e Justiça). E, ainda, a análise documental das principais normativas e documentos técnicos que descrevem e regulamentam os serviços públicos sobre a violência contra a mulher, além dos relatos de grupo de atendimento psicossocial a mulheres em situação de violência oferecido no CREAS I. As entrevistas dos profissionais e os relatos do grupo de mulheres foram analisados e contrapostos com a revisão bibliográfica segundo inspirações de Laurence Bardin (1978), Suely Deslandes (2001) e Romeu Gomes (2002) enquanto que os documentos oficiais das Políticas Públicas seguiram a análise documental proposta por André Cellard (2012). Diante das análises, encontraram-se as seguintes categorias: o perfil dos profissionais especializados, das mulheres do grupo psicossocial e as características da rede de proteção do município, os significados da violência contra a mulher para profissionais e mulheres em situação de violência, a construção dessas significações e possibilidades de (re)significados, e ainda, os desdobramentos para as Políticas Públicas. Como resultados a pesquisa identificou significados para a violência contra a mulher baseados em concepções familiares, culturais, sociais, relacionais que cristalizam as identidades de homens e mulheres e utilizam da violência como mediadores dos conflitos conjugais e domésticos. Além disso, este estudo indica a importância da interação profissional-mulher e mulher-mulher durante os atendimentos realizados pelos serviços da rede de proteção como possibilidade de (re)significação para o fenômeno da violência contra a mulher. Bem como, sugere ser necessário que as ações intersetoriais das Políticas Públicas

voltem-se para promover entendimentos sobre o gênero, sobre desconstruir a visão da figura da mulher e do homem que ainda imperam na sociedade e cultura a fim de oferecer (re)significados para romper com o ciclo de violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Significados. Profissionais. Políticas Públicas.

RESUMEN

Por ser una de las más frecuentes formas de violación de los derechos humanos, la violencia es una problemática que necesita emerger para que pueda ser visualizada, analizada y comprendida en la contemporaneidad. En este sentido, el estudio utilizó el entendimiento de Jerome Bruner (1997) referente a la producción de los significados para la construcción de conocimientos sobre la realidad de los individuos. Para la profundización de este estudio, se propone, a través de esta investigación, un análisis crítico sobre la violencia contra la mujer. Se buscó en este estudio analizar los significados contenidos en las narrativas de mujeres en situación de violencia y de profesionales especializados, además de los significados que emergen en los discursos de documentos oficiales de las Políticas Públicas cuando se considera el fenómeno de la violencia contra la mujer en una ciudad del oeste catarinense. Para ello, los datos fueron obtenidos a través de una investigación cualitativa, que abarcó una breve revisión bibliográfica sobre estudios de género, autores y conceptos provenientes del campo de las Ciencias Humanas; un análisis de contenido de las entrevistas semi-dirigidas a los profesionales de las diferentes áreas de actuación (CRAS, CREAS, NASF, Comisaría Especializada, Política Militar y Justicia). Y, además, el análisis documental de las principales normativas y documentos técnicos que describen y regulan los servicios públicos sobre la violencia contra la mujer, además de los informes de grupo de atención psicosocial a mujeres en situación de violencia ofrecida en el CREAS I. Las entrevistas de los profesionales y los relatos del grupo de mujeres fueron analizados y contrapuestos con la revisión bibliográfica según inspiraciones de Laurence Bardin (1978), Suely Deslandes (2001) y Romeu Gomes (2002) mientras que los documentos oficiales de las Políticas Públicas siguieron el análisis documental propuesto por André Cellard (2012). En los análisis, se encontraron las siguientes categorías: el perfil de los profesionales especializados, de las mujeres del grupo psicosocial y las características de la red de protección del municipio, los significados de la violencia contra la mujer para profesionales y mujeres en situación de violencia, la construcción de esas significaciones y posibilidades de (re) significados, y aún, los desdoblamientos para las Políticas Públicas. Como resultados la investigación identificó significados para la violencia contra la mujer basados en concepciones familiares, culturales, sociales, relacionales que cristalizan las identidades de hombres y mujeres y utilizan la violencia como mediadores de los conflictos conyugales y domésticos. Además, este estudio indica la importancia de la interacción profesional-mujer y mujer-mujer durante las atenciones realizadas por los servicios de la red de protección como posibilidad de (re) significación para el fenómeno de la

violencia contra la mujer. Así como sugiere ser necesario que las acciones intersectoriales de las Políticas Públicas se vuelvan para promover entendimientos sobre el género, sobre deconstruir la visión de la figura de la mujer y del hombre que aún imperan en la sociedad y la cultura a fin de ofrecer (re) significados para romper con el ciclo de violencia contra la mujer.

Palabras clave: Violencia contra la mujer. Significados. Profesionales. Políticas Públicas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos profissionais entrevistados. 51
Gráfico 2 – Idades dos profissionais entrevistados. 52
Gráfico 3 – Estado civil dos profissionais entrevistados 52
Gráfico 4 – Filiação dos profissionais entrevistados. 53
Gráfico 5 – Escolaridade dos profissionais entrevistados. 53
Gráfico 6 – Tempo de atuação na Política Pública. 54
Gráfico 7 – Tempo de trabalho com a demanda da violência contra a mulher. 55
Gráfico 8 – Idade das mulheres participantes do grupo psicossocial. 58
Gráfico 9 – Filiação das mulheres participantes do grupo psicossocial. 59
Gráfico 10 – Estado civil das mulheres participantes do grupo psicossocial. 60
Gráfico 11 – Escolaridade das mulheres participantes do grupo psicossocial. 60
Gráfico 12 – Trabalho e renda das mulheres participantes do grupo psicossocial. 62
Gráfico 13 – Territorialidade das mulheres participantes do grupo psicossocial. 62

LISTA DE SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEVIC – Centro de Atendimento a Vítima de Crime

CMDM – Conselho Municipal de Direitos da Mulher

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DEAM – Delegacia de Atendimento a Mulher

DEPCAMI – Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso

GAPA – Grupo de Apoio de Prevenção à Aids

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MS – Ministério da Saúde

NASF – Núcleo Atenção a Saúde da Família

NOB – Normativa Operacional Básica

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias

PAEFI – Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

PNAISH – Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem

PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher

PNEVCM – Política Nacional de Enfrentamento a Violência Conta a Mulher

POP – Procedimento Operacional Padrão

PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina

PSF – Programa Saúde da Família

OAB – Organização dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPS – Organização Panamericana de Saúde

SEASC – Secretaria de Assistência Social

SESAU – Secretaria de Saúde

SESP – Secretaria de Segurança Pública

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCGV – Termo de Consentimento de Gravação de Voz

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2. REFERENCIAL TEÓRICO 19

2.1 SIGNIFICADOS E NARRATIVAS 19

2.2 CONCEITO DE GÊNERO, MASCULINIDADE/FEMINILIDADE E VIOLÊNCIA 22

2.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 27

2.4 O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS? 33

2.5 A REDE DE ATENDIMENTO E OS PROFISSIONAIS REFERENCIADOS 36

3 DESENHO METODOLÓGICO 40

3.1 A ESCOLHA DO MÉTODO 40

3.2 A ANÁLISE DOS DADOS 44

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 49

4.1 O PERFIL DOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS 49

4.2 O PERFIL DAS MULHERES DO GRUPO PSICOSSOCIAL 56

4.3 A CIDADE DO OESTE CATARINENSE E A REDE DE PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 63

4.4 OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 69

4.4.1 Os significados atribuídos pelos profissionais especializados 70

4.4.2 Os significados atribuídos pelas mulheres em situação de violência 87

4.5 A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS, SUAS (RE)SIGNIFICAÇÕES E OS DESDOBRAMENTOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS 103

4.5.1 As intervenções dos profissionais e os desdobramentos para as políticas públicas 127

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 143

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE 160

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE GRAVAÇÃO DE VOZ - TCGV 163

APÊNDICE 3: DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS 164

APÊNDICE 4: DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA.....165

APÊNDICE 5: ROTEIRO DE ENTREVISTA 166

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo corresponde à pesquisa científica desenvolvida durante o período em que a pesquisadora esteve na condição de acadêmica do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS–Campus Erechim. Dessa forma, indica-se que o objeto estudado refere-se ao fenômeno da violência contra a mulher.

Por se tratar de um tema complexo, a escolha por aprofundar os conhecimentos referentes à violência contra mulher levou esta pesquisadora a buscar pelo Programa de Mestrado. Isso se deve ao fato de que a pesquisadora acredita que, ao tratar sobre um fenômeno como o da violência, é indispensável o olhar inter/multidisciplinar que as Ciências Humanas podem oferecer.

Durante os nove anos de experiência como psicóloga de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social/CREAS, a pesquisadora presenciava, e presencia cotidianamente, a complexidade da violência.

No período em que a pesquisadora atuou diretamente com a demanda de violência doméstica e o atendimento sistemático as mulheres, questionamentos começaram a eclodir em seus pensamentos: como será que essas mulheres percebem o que ocorreu com elas? Será que os demais colegas da rede de atendimento conseguem perceber isso? O que significa uma mulher buscar pela medida protetiva para “dar uma lição no marido”? Como os profissionais percebem esse movimento? As políticas públicas descrevem isso para ser trabalhado?

Além desses questionamentos, outro fator se mostrou muito significativo para a busca pelo Mestrado e dedicação a esse tema de pesquisa: o fato da pesquisadora ser o canal de comunicação entre as mulheres, os profissionais e as políticas públicas do município. Ao contrário dos demais profissionais, a atuação como psicóloga que realiza o acompanhamento psicossocial às mulheres concentrava muitas informações do fenômeno da violência, dos acontecimentos que o antecederam e os posteriores desdobramentos. Por tanto, transformar essa experiência em uma pesquisa que busca pelos significados da violência doméstica foi a forma de codificar essas informações, e principalmente, promover esse encontro de significações entre as mulheres, profissionais e políticas públicas.

Quando situações de violência saem do anonimato, elas, em sua maioria, são denunciadas aos órgãos competentes para fiscalização e responsabilização, bem como são realizados encaminhamentos necessários aos serviços que prestam

atendimentos/acompanhamentos psicossociais aos envolvidos/atingidos pelo episódio violento.

Para os profissionais poderem atuar nesses casos, precisam (re)conhecer fatores que possam favorecer ou inibir o desencadeamento de novas práticas violentas. Ao realizarem uma boa análise dos acontecimentos e da situação da família, os profissionais prestam os devidos atendimentos ou encaminhamentos, quando necessário.

Diante da complexidade das situações que envolvem a temática da violência, esta pesquisa fez um recorte em um tipo específico do fenômeno: a violência contra a mulher. Este decorre da percepção da pesquisadora, não apenas por sua experiência de quase oito anos de atuação no serviço CREAS, mas também em função da demarcação do gênero que perpassa as relações existentes entre as pessoas, as sociedades e as culturas, assim como apontado por Scott (1995).

Nesse sentido, alguns questionamentos foram considerados para compor o problema de pesquisa: 1) De que forma os profissionais vinculados aos órgãos competentes e aos serviços especializados compreendem as práticas violentas? 2) Que vínculos há entre o entendimento sobre a violência contra a mulher sustentado pelos profissionais e os discursos existentes no contexto sócio-histórico em que estão inseridos? 3) Que significados atribuídos à violência contra a mulher emergem das narrativas de profissionais e mulheres envolvidos sobre o tema? 4) Existe alguma aproximação, lacuna ou diferença nesses significados?

Para o aprofundamento dessas questões, a proposta da pesquisa foi fornecer uma análise crítica sobre a violência praticada contra a mulher. Buscou-se, neste estudo, investigar outras possibilidades de pensamentos/entendimentos acerca do trabalho dos profissionais; as normativas dos documentos oficiais e as compreensões das próprias mulheres que vivenciaram a violência.

Para compreensão e (re)pensamentos sobre a violência contra as mulheres, e norteando o estudo, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar os significados que surgem das narrativas de mulheres em situação de violência e de profissionais especializados e, ainda, os significados que emergem dos discursos oficiais relativos às Políticas Públicas em uma cidade do oeste catarinense.

Nesse sentido, os significados que foram apresentados referem-se à forma como os profissionais desenvolvem as intervenções que os serviços especializados oferecem para as mulheres em situação de violência. Da mesma forma, as narrativas das mulheres carregam

significados sobre a violência que sofreram e sobre a abordagem que receberam ao acionar a rede de proteção da cidade.

Como delimitadores do recorte pesquisado, elencou-se que alguns objetivos fossem alcançados. Dentre eles, pode-se apontar:

1) identificar significados atribuídos à violência contra a mulher por profissionais especializados e mulheres por eles atendidas;

2) analisar como as interações entre os profissionais e as mulheres em situação de violência interferem na (re)construção de significados atribuídos a esse fenômeno;

3) analisar os impactos dessas interações no delineamento de intervenções e na implementação das Políticas Públicas.

Através das leituras e pesquisas teóricas que embasaram a pesquisa, foi possível perceber entrelaces e lacunas de estudos realizados na área das Ciências Humanas e da Saúde. Os principais autores – como Irme Salete Bonamigo (s/d., 2008, 2011); Lilia Schraiber (1999, 2003, 2007); Joan Scott (1995); Carmem Moré (2011, 2014); Heleieth Saffioti (1999); Lia Machado (1998, 2012); Naiara Magalhães (2015); Mirian Grossi (1994, 2008); Suely Deslandes (2000, 2004, 2011); Romeu Gomes (2012) – versam sobre estudos relacionados ao fenômeno da violência contra a mulher. Nesses autores, foi possível identificar tanto um olhar multidisciplinar para o entendimento da temática quanto a importância de atuações conjuntas e complementares das ferramentas públicas para abraçar ações efetivas no enfrentamento desse tipo de violência.

Dessa forma, a pesquisa pode complementar e acrescentar entendimentos acerca do fenômeno da violência contra a mulher. Diferente de outros estudos, esta pesquisa oportunizou uma aproximação das opiniões de mulheres em situação de violência e de profissionais especializados que atuam nas principais Políticas Públicas. Esse enfoque não foi localizado no processo de revisão de literatura, uma vez que a maioria dos estudos realizados até o momento está restrita a uma Política Pública ou a um determinado grupo de profissionais.

Nesse sentido, esta pesquisa contribui de forma significativa ao acrescentar elementos sobre os significados da violência contra mulher expressos por profissionais de diferentes áreas distribuídos nas Políticas Públicas envolvidas com ações e intervenções sobre a temática. Além disso, destacou as significações das mulheres que vivem/sofrem esse tipo de violência de forma única, envolvendo detalhes sobre o fenômeno que apenas as pessoas que o vivenciam podem narrar.

Quanto à relevância social do tema, o estudo contribui de alguma maneira para refletir, ressignificar e até mesmo reestruturar a forma como as Políticas Públicas estão pensadas e implementadas atualmente na cidade. A intenção da pesquisadora, após a conclusão do Mestrado, é devolver os resultados da dissertação para os gestores, dirigentes e profissionais que possibilitaram que o estudo fosse realizado. Nessa perspectiva, espera-se que o estudo possa contribuir com a possibilidade de avanços no atendimento prestado a mulheres em situação de violência, tornando o trabalho dos profissionais e as ações das Políticas Públicas mais efetivas e dinâmicas no tocante aos casos de violações dos direitos das mulheres na cidade pesquisada.

Para tanto, a estrutura deste texto organiza-se em cinco capítulos. O primeiro deles é composto por esta introdução na qual estão apresentadas as justificativas que embasaram o estudo, o problema e questionamentos que nortearam a pesquisa, os objetivos geral e os específicos e uma breve apresentação dos capítulos contemplados no trabalho.

O segundo capítulo envolve o referencial teórico adotado como base para o estudo. Nele, são apresentadas as principais teorias e os principais autores que se dedicaram ao tema da violência contra a mulher. Na sequência, são indicados os principais conceitos que foram determinantes para a composição da pesquisa; entre eles: significados e narrativas, conceito de gênero, concepções sobre violência, violência contra mulher, considerações sobre a rede de proteção, sobre as orientações das Políticas Públicas e as intervenções dos profissionais.

O terceiro capítulo preocupa-se em situar a pesquisa sobre o percurso metodológico adotado para levantamento e análise dos dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se inspirou no método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (1977), Suely Deslandes (2001) e Romeu Gomes (2002) para analisar as entrevistas com profissionais que compõem as equipes multidisciplinares dos serviços CRAS, CREAS, NASF, Delegacia Especializada, Polícia Militar e Justiça. Também foram analisados os relatos dialogados dos encontros do grupo psicossocial realizado no CREAS I com mulheres em situação de violência doméstica. O capítulo ainda apresenta alguns dos principais documentos e normativas técnicas com orientações para o atendimento à mulher que sofre violência seguindo a proposta de análise documental de André Cellard (2012).

Finalizando esse capítulo metodológico, são apresentadas as indicações referentes à construção das categorias expressas pelas narrativas dos profissionais entrevistados e das mulheres participantes do grupo, bem como os preceitos éticos para o anonimato dos sujeitos pesquisados e os aspectos implicados para a caracterização do universo pesquisado.

No quarto capítulo, encontram-se os resultados e a discussão dos dados, são apresentadas as categorias: o perfil dos profissionais especializados, das mulheres do grupo psicossocial, da rede de proteção e da cidade do oeste catarinense, os significados da violência contra a mulher para profissionais e mulheres, a construção e possíveis (re)significações e, ainda, os desdobramentos para as Políticas Públicas.

O quinto e último capítulo discorre sobre as considerações finais da pesquisa. Nele, recordam-se os principais resultados obtidos com a pesquisa, apontam-se aperfeiçoamentos e limitações decorrentes do estudo. Nesse mesmo capítulo, salientou-se sobre a importância de conhecer os significados a respeito da violência contra a mulher para construir, direcionar e qualificar as ações intersetoriais da rede de Políticas Públicas na cidade do oeste catarinense.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SIGNIFICADOS E NARRATIVAS

Na concepção desta pesquisa, os conceitos significados e narrativas são centrais para visualizar como mulheres em situação de violência e profissionais especializados entendem o fenômeno da violência contra a mulher, assim como as significações sobre essa temática emergem nos discursos oficiais dos documentos norteadores das Políticas Públicas. Por isso, inicia-se a fundamentação teórica deste estudo apresentando e correlacionando as considerações e posições dos autores sobre esses dois conceitos.

O que faz com que a produção de significados parta dos indivíduos? E por que esse conceito é tão importante? Um dos estudiosos que servirá como base para esta pesquisa e que apresentou a importância da produção dos significados para a construção do conhecimento foi Jerome Bruner. Em seu livro "Atos de significação" (1997), o autor descreve que as pessoas produzem significados a partir de sistemas simbólicos já colocados, inscritos na sociedade através da cultura e da linguagem. Essa significação refletiria como o indivíduo está circunscrito na comunidade da qual faz parte. Por isso, o autor considera o papel da cultura como constitutivo do ser humano.

Pelo fato de que existe uma participação da cultura na produção dos significados, estes acabam por se tornarem públicos e compartilhados entre as pessoas. Essa partilha ocorre através de discursos, narrativas, papéis sociais, etc.; que auxiliam a negociação nas diferenças de significados e interpretações quando apresentados e vivenciados dentro da cultura (BRUNER, 1997).

Esse mesmo tema também é enfocado nos estudos de Romeu Gomes. Este autor concorda com o pensamento de Bruner quando considera que sentidos e significados se articulam a partir de processos sociais compartilhados e vivenciados nas interações com a cultura. Na visão do autor, "Os sentidos podem ser entendidos como uma apropriação de significados culturalmente estabelecidos por meio da subjetividade e da intersubjetividade" (GOMES et al. 2012, p. 2.591). Ou seja, falar ou pensar sobre a violência contra mulher em determinado contexto social ou cultural é apresentar o significado que essa ação adquire para os indivíduos. Partilhar essa significação através das narrativas de profissionais, de mulheres e de documentos públicos é tornar essa produção de significado pública e conhecida. Dessa forma, é possível expor as negociações, as interpretações e as concepções culturais atribuídas quando se trata do fenômeno da violência contra a mulher na cidade do oeste catarinense.

Jerome Bruner (1997) ainda descreve a respeito da força do significado da fala, tendo seu poder na direção e na ação em que a fala ocorre. O autor considera que o significado das ações cotidianas das pessoas possui uma ligação intrínseca com a forma como falam – antes, durante e após – uns com os outros; independente se o diálogo é informal ou em um nível decodificado ou privilegiado, mas circunscrito em um contexto específico.

Assim, os significados a respeito da violência contra mulher que são abordados nesta pesquisa consideram que a narrativa obtida nas entrevistas com os profissionais especializados, os relatos dialogados dos encontros do grupo de mulheres, bem como o discurso produzido pelos documentos técnicos nas Políticas Públicas determinam a significação sobre a violência contra mulher em um contexto circunscrito e pré-determinado.

Mas por que considerar a narrativa como ferramenta chave para produção de significados? Sobre esse questionamento, Jerome Bruner (1991) afirma que nós, humanos, organizamos nossa experiência e memória dos acontecimentos na forma de narrativas. Estas adquirem a forma de histórias, desculpas, mitos, crenças, motivos de fazer e não fazer, etc., tendo formatos convencionais, sendo transmitida culturalmente e restrita ao nível de domínio individual. O autor ainda complementa que as narrativas só podem alcançar uma verossimilhança; ou seja, são consideradas uma versão da realidade que habitamos e pela qual somos organizados.

Aqui vale destacar uma aproximação com a pesquisa a partir do momento que o estudo se propõe em considerar a violência contra mulher. A questão não é considerar se a violência de fato ocorreu, ou se o trabalho do profissional aconteceu daquela ou de outra forma. O que realmente será levado em consideração é o fato de que a narrativa dos entrevistados e os relatos do grupo psicossocial são para os envolvidos algo como uma verdade. A verificação empírica partirá da versão da realidade que cada sujeito implicado na pesquisa descreve sobre seu entendimento no que diz respeito à violência contra a mulher.

Assim, a captura dos significados da experiência pelos participantes da pesquisa se aproxima com o que Bruner (1997, p. 46) descreveu como “sequencialidade inerente”, a propriedade principal da narrativa:

> Uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou atores. Estes são seus constituintes. Mas estes constituintes, não tem vida ou significado próprio. Seu significado é dado pelo lugar que ocupa na configuração geral da sequência como um todo (...). O ato de captar a narrativa é, então, duplo: o intérprete tem que captar o enredo configurador da narrativa a fim de extrair seu significado, o qual ele deve relacionar ao enredo.

O significado e a referência da narrativa estabelecem uma correlação atípica entre si. A sequência da narrativa, e não a verdade/falsidade sobre ela é o que estabelece seu poder como experiência, como o vivido. Essa sequencialidade inerente que descreve o autor é o que se torna indispensável para extrair a significância do que se é dito, bem como para estabelecer a ordem narrada em que ela será captada (BRUNER, 1997).

Com isso, considera-se o enredo como sendo a violência contra a mulher, ao passo que os atores envolvidos são os profissionais, as mulheres em situação de violência e os documentos oficiais. Os significados sobre esse enredo só podem ser adquiridos através das narrativas dos personagens e pela interpretação que a pesquisa fará desse cenário em movimento/interação. Construir ou (re)pensar sobre essas significações a respeito da violência contra a mulher é detectado tanto na narrativa escrita (nos documentos e nos relatos do grupo) quanto na narrativa verbal (entrevistas).

Sobre a caracterização da narrativa como organização da experiência humana, Gomes (2012) compreende o conceito como uma forma de recontar e representar a experiência vivida; apresentando os eventos numa ordem significativa e coerente, possibilitando, para quem narra, perceber uma correlação entre passado, presente e futuro. Por isso, optou-se por coletar os dados com os profissionais através de técnica de entrevista semiestruturada. Assim, o entrevistado poderá apresentar sua narrativa na forma como organiza a experiência e compreende a violência contra a mulher bem como construir um diálogo orientado pela sua própria interação durante a fala.

A captura da experiência humana através da narrativa também abre uma possibilidade relevante para esta pesquisa: analisar a dimensão do vivido que a fala das pessoas carrega sobre suas experiências e conhecimento do mundo. Para isso, Bruner (1997; 1991; apud CORREIA, 2003) considerou o afeto como uma impressão digital que a narrativa carrega. O afeto pode ou não afetar a elaboração da narrativa, pois ela é construída pelas memórias, convicções, teorias, assim como pelos desejos e valores do indivíduo, concretizando aquilo que é particular para cada um.

O autor ainda complementa que mesmo as cargas emocionais não determinam o curso da narrativa. Se as pessoas puderem descrever um estado emocional durante sua narrativa, este somente será um indicativo de como se sentem ou percebem a situação vivenciada. Nas narrativas, as pessoas agem em um determinado contexto, seguindo acontecimentos que configuram seus sentimentos e suas emoções enquanto estiverem recordando ou narrando um evento de suas experiências (BRUNER, 1991).

Assim, interpretar os significados contidos nas narrativas é colocá-los como verdade de determinado contexto, perceber os sentimentos a eles atribuídos tanto quanto os valores, as normas culturais e sociais, etc.; mesmo que Bruner (apud. CORREIA, 2003) tenha reconhecido como uma empreitada difícil. Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a considerar os significados nas narrativas descritas para interpretar a vida em ação. Ou usando as palavras do autor:

> A narrativa lida com o material da ação e da intencionalidade humanas; ela tem relação com o significado dado as coisas pelo seu autor e envolve a negociação de significados entre os seres humanos. (BRUNER apud CORREIA, 2003, p. 510)

Desse modo, esta pesquisa pretende ser uma investigação que se deterá no estudo sobre alguns dos significados sobre a violência contra a mulher que circulam em nossa cultura, circunscritos num contexto específico que remete às experiências de mulheres em situação de violência, no cotidiano do trabalho de profissionais especializados e, ainda, nos discursos oficiais de documentos orientadores das Políticas Públicas destinados a formarem a rede de atendimento da cidade do oeste catarinense.

2.2 CONCEITO DE GÊNERO, MASCULINIDADE/FEMINILIDADE E VIOLÊNCIA

Para adentrar no universo no qual a violência está inserida, é imprescindível que se faça um breve composto de conceitos. Afinal de contas, não se vai englobar qualquer ato de violência neste estudo, mas um tipo de violência, em especial a violência de gênero praticada contra mulheres. Quando se aborda esse tema, o que se entende como o conceito de gênero? E como este se relaciona com as questões de masculinidade e de feminilidade?

Iniciando a análise através do conceito de gênero, pode-se observar sua conexão com as relações entre humanos para além apenas de atributos sexuais, incorporando, também, a cultura e o papel social que cada sexo possui em determinado contexto histórico-cultural (GOMES, 2008; ZUMA et al., 2013; MACHADO, 1998).

Com essa ideia, o conceito de gênero se aproxima mais com as perguntas: “o que torna um homem como sendo homem? E o que faz uma mulher ser mulher?”. Assim, a dimensão fisiológica dos corpos humanos se relaciona com atributos históricos e culturais. É possível também constatar que o conceito de gênero não é fechado em si mesmo, mas mutável no tempo e no espaço que ocupa.

Como complemento dessa afirmação, Benetti et al. (s/d.) e Silveira, Medrado e Rodrigues (2009) consideram gênero como não tendo uma "identidade" ou conceituação fixa e imutável, mas sendo um conceito performático que adota e abandona propósitos, situações e relações. Para esses autores, o conceito de gênero envolve uma adaptação e transformação seguindo posicionamentos, circunstâncias e formas de se relacionar.

Vale destacar que outro ponto deve ser considerado para a conceituação de gênero: a dimensão relacional e simbólica que o conceito adquire. Gomes (2008) descreve que o que se entende por masculino recebe significado quando contraposto com aquilo que se considera como feminino, e vice-versa, em determinada cultura. O mesmo autor indica que essa forma de relação entre o padrão feminino/masculino se aproxima ou se afasta do que se é aceito em determinada sociedade conforme é padronizado e reconhecido como identitário dentro de padrões comportamentais, sociais e de etnias/raciais.

Essa padronização de papéis identitários do que se considera feminino e masculino também é envolta por relações de poder e de força, compondo hierarquias e desigualdades (ZUMA et al., 2013). Nesse sentido, o conceito de gênero também pode ser atribuído para expressar as relações sociais entre os humanos, justificando-se através do sexo para determinar a valorização de que cada um ocupa, ou o qual é determinante sobre o outro; oferecendo, dessa forma, uma abertura para sobreposição ou dominação (BENETTI et al., s/d.).

Nesse ponto, destaca-se o entendimento que Scott (1995, p. 75) considera como gênero: "[...] uma definição por categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...]". Ele registra, assim, que ao se utilizar o conceito de gênero a ênfase recai sobre o sistema de relações existentes, que inclui a diferenciação entre os sexos, mas que não oferece a compreensão necessária para determinar ou definir a sexualidade, tão pouco critérios sexuais sobre os homens e as mulheres. Ou seja, o entendimento que a autora apresenta como gênero é considerar as construções sociais para a formação dos papéis atribuídos a homens e mulheres, afirmando a utilidade que o conceito oferece uma vez que faz diferenciações entre a prática sexual e os papéis atribuídos a homens e mulheres.

Seguindo esse pensamento de que o gênero envolve uma formação social e atribuições de papéis nas interações humanas, Scott (apud SILVEIRA; MEDRADO; RODRIGUES, 2009) e Louro (1997) ainda consideram que os significados atribuídos às diferenças entre os gêneros são relativos e circunscritos em contextos específicos; podendo, portanto, variar em posições que se pode assumir a depender da forma como a interação acontece. Com isso, as

autoras enfatizam que o conceito de gênero não se constrói sozinho, mas nas interações humanas e sociais que refletem as concepções de uma sociedade.

Nessa perspectiva, o gênero vai para além da dicotomia entre papéis masculinos e femininos, apresentando-se como um meio de interpretar o sentido e compreender as relações complexas nas interações humanas. O foco concentra-se para as relações que são estabelecidas e as atribuições de masculino/feminino construídas dentro dessas relações. Esse caráter relacional que o gênero comporta descreve uma dependência das percepções tidas como masculino e feminino ao mesmo tempo em que são constitutivas através das relações sociais (SCOTT, 1995 apud SILVEIRA; MEDRADO; RODRIGUES, 2009).

A partir do momento que tomamos o entendimento para o conceito de gênero envolvendo as colocações de Scott (1995 apud SILVEIRA; MEDRADO; RODRIGUES, 2009), Louro (1997), Gomes (2008), Machado (1998), Silveira, Medrado e Rodrigues (2009), Benetti (s/d.) e Zuma (et al., 2003), este estudo considera que a violência possa ser uma das várias formas de identificar o padrão hegemônico nas relações de gênero.

A violência eclode nas relações de gênero para justificar e manter o modelo de masculinidade dominante apresentado nas relações entre homens e mulheres na atualidade. Por mais que tenhamos tido avanços na garantia de direitos das mulheres, ainda encontramos formas de relações hierarquizadas e de poder que, em alguns casos, servem como base das relações existentes entre os gêneros. Por isso, o gênero será tomado neste estudo como diferenciador na dinâmica violenta entre homens e mulheres.

Na literatura encontrada, algumas pesquisas apontaram que os conflitos que se estabelecem entre os gêneros são produzidos pela dificuldade de se lidar com as diferenças que envolvem condutas historicamente desiguais entre homens e mulheres. O uso da violência é descrito como uma forma de realocar os papéis instituídos socialmente de homens e mulheres aos padrões hegemônicos (pré)estabelecidos entre os gêneros (SILVEIRA; MEDRADO; RODRIGUES, 2009; DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000; SAFFIOTI, 1999).

Vale destacar que assim como Zuma et al. (2013) esta pesquisa não ignora ou desconsidera que, independente do sexo, homens e mulheres sofrem e praticam violência de gênero. Ao considerar a violência como uma forma de expressão das relações entre os gêneros, o próprio homem/mulher que a pratica também a sofre, uma vez que fica aprisionado a padrões de identidades, masculinas ou femininas, que se afirmam pela força, poder ou dominação sobre o outro; conforme o moldado pela sociedade ou cultura instituída.

Mas como podemos considerar o conceito de gênero envolvendo as relações violentas entre homens e mulheres no Brasil? Em relação a tal questão, Silveira, Medrado e Rodrigues (2009) descrevem que a realidade brasileira possui três correntes teóricas para caracterizar os estudos sobre a violência contra mulher na área das Ciências Sociais: a dominação masculina, a dominação patriarcal e, por último, a vertente relacional.

Na primeira caracterização que envolve a dominação masculina, os mesmos autores consideram que sua fundamentação se baseia na ideia de vitimização da mulher e nos binômios de mulher-vítima e homem-agressor. As pesquisas que sustentaram essa concepção envolvem a noção de violência da filósofa Marilena Chauí na década de 1980, definindo que a violência era uma ação/intervenção para transformar diferenças entre homens e mulheres em desigualdades hierárquicas. Nessa concepção, a dominação masculina anula a autonomia da mulher e, ainda, o ato violento força a mulher a um lugar passivo em que o feminino é percebido como um objeto e não como um sujeito.

Já na segunda concepção, Silveira, Medrado e Rodrigues (2009) versam que a dominação patriarcal teve seu expoente na socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, recebendo influências marxistas e feministas. Nessa caracterização, o domínio patriarcal envolve concepções e expressões através do poder político, ideológico e a exploração econômica. Com isso, o patriarcado soma-se como o modelo machista para formular relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, não apenas em âmbito privado, mas transpondo para a esfera pública. Ao contrário da primeira concepção, esta reconhece a mulher como sujeito social, mas as pesquisas segundo esta caracterização consideram a mulher ainda vitimada pelo controle social masculino.

Em meados da década de 1990, surge um posicionamento crítico frente a essas caracterizações que o cenário brasileiro apresentava. Segundo os mesmos autores citados anteriormente, a análise das diferenças socioeconômicas, étnicas/raciais, etárias, número de filhos, classes sociais, dentre outras, ficavam de fora para teorizar sobre a violência praticada contra as mulheres. As interpretações e justificativas resumiam-se em apresentar a mulher como um ser passivo, vitimado; distante de um contexto onde relações de poder, concepções de masculinidade e feminilidade englobam a violência contra as mulheres e enriquecem os estudos/pesquisas que compõem essa temática.

Com isso, a questão da violência contra as mulheres começa a ser teorizada pelas discussões e concepções segundo o gênero. Localiza-se, assim, a terceira e última vertente teórica brasileira que os autores expuseram: a relacional. Nesta vertente, a violência é

compreendida como uma forma de comunicação e de jogo relacional e, ainda, considera as associações de homem-masculino e mulher-feminino não como naturais, mas como construções sociais que perpassam o contexto histórico, político, cultural em que se constituem e são constituídos por esses.

Vale destacar que Silveira, Medrado e Rodrigues (2009) apontam que a vertente relacional, por envolver a concepção de gênero, contrapõe-se às concepções de dominação e patriarcado uma vez que, em sua análise, não faz uma avaliação fixa e dualista. Apesar disso, ela se liga com as demais vertentes ao levar em consideração as relações de poder, a classe social, a orientação sexual, de raça e a geração.

Assim, podemos considerar que seja possível, a uma primeira vista, que elementos desta pesquisa se aproximem à vertente relacional. Isso ocorre porque, neste estudo, consideraremos que a violência contra a mulher se expressa de forma a cristalizar os papéis de vítimas e agressores, ao levar em consideração as características de gênero e os espaços sociais, assim como reforça a hierarquização e as desigualdades nas relações entre homens e mulheres.

Essas formas de se relacionar definem qual o papel que cabe ao homem e à mulher dentro da relação estabelecida. Saffioti (1999) aponta, em um de seus estudos, que, na maioria das vezes, a mulher busca a delegacia ou dispositivos legais para que o marido receba “uma prensa” e não para ser responsabilizado pela violação de direitos. Nesse sentido, as cristalizações dos papéis de vítima e de agressor são legitimadas pelas próprias mulheres seguindo a cultura da qual fazem parte. A autora descreve também uma ambiguidade da conduta feminina em valer-se dos seus direitos; pois existe uma relação afetiva com múltiplas dependências (sociais, culturais, históricas, financeiras), o que dificulta a construção de sua própria autonomia.

Silva (2010) também argumenta a favor dessa vertente relacional que se estabelece para compreender a violência contra a mulher. No pensamento desse autor, a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia enraizado no imaginário social coletivo da sociedade, em que homens e também mulheres reafirmam a subordinação do feminino ao domínio e ao poder masculino. Com isso, acentua-se o processo de estabelecer códigos de conduta que rotulam homens e mulheres, moldando formas de pensar, sentir, comportar-se e agir entre as pessoas. A esse processo de rotulação o autor denominou como mecanismos sutis da violência (p. 563) ao se estabelecer nas relações sociais da atualidade.

Para compor essa pesquisa, nós nos concentraremos nas análises das cristalizações de papéis de mulheres que sofrem violência, e arrisco a considerar que a direção dessas análises envolve como os significados dos papéis sociais de homens e mulheres repercutem quando se apresentam para os que sofrem a violação de direitos e para os profissionais que trabalham com essa violência.

Neste ponto, é necessário apresentar as considerações que Louro (1997) faz sobre retornar ao campo social para repensar as relações entre os sujeitos; mais especificamente, a autora indica que é no âmbito das relações sociais que se (re)constroem os gêneros. Por isso, a pesquisa se propõe a ouvir e a analisar as narrativas dos atores sociais, sejam mulheres em situação de violência ou profissionais especializados, assim como investigar os significados que emergem do discurso oficial dos documentos orientadores das Políticas Públicas; considerando como a violência contra a mulher interfere para a construção sobre o feminino e o masculino em nossa sociedade.

No capítulo seguinte, ocuparemos nosso pensamento a respeito de como a violência de gênero está relacionada com a violência contra a mulher, apresentando algumas considerações sobre a questão e as especificidades que a envolvem, tais como o universo doméstico e as relações entre o casal e a família.

2.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste subcapítulo, continuaremos a explanação sobre as conceituações acerca do fenômeno da violência; mas, agora, nós nos debruçaremos sobre o fenômeno da violência em si, decorrendo a leitura até envolver especificamente a violência contra mulher. Faz-se necessário essa conceituação, pois a pesquisa propõe-se a analisar um fenômeno complexo e com múltiplas variáveis, o que exige alguns apontamentos prévios.

Machado e Magalhães (1998) em seu escrito: *"Violência Conjugal: os espelhos e as marcas"* colocaram que o desafio deste trabalho era o de apresentar uma perspectiva interpretativa sem incorrer ao equívoco ou a considerações simplistas em oferecer respostas para uma dinâmica tão complexa. Assim, neste trabalho, seguimos a pretensão das autoras em não apresentar considerações simples sobre um assunto tão abrangente e multifacetado tal como é a violência.

O fato de o termo "violência" estar descrito na literatura comportando uma complexidade de diferentes significados, multiplicidade de eventos com diferentes motivos e

estar contextualizado no espaço que ocupa; faz-nos considerar a sua essência em significados e de como esses se organizam para determinar um ato como violento (BONAMIGO et al., 2011; BONAMIGO, 2008; MICHAUD, 1989).

O termo violência, seguindo a etimologia da palavra, remete à força, ao vigor, à virilidade, ao emprego de recursos do corpo para exercer sua força vital. Mas essa força se transforma em violência quando ultrapassa limites ou extrapola acordos e regras que ordenam as relações. É diante dessa percepção do limite e da perturbação que gera nas relações, normalmente associada a danos, que se caracteriza determinado ato como violento (MACHADO, 2010; MICHAUD, 1989).

Ainda segundo Machado (2010), essa caracterização de um ato violento varia cultural e historicamente, e, além disso, o núcleo da ideia de violência envolve sentidos negativos e positivos, que, na atualidade, estão voltados mais para o caráter negativo. Apesar disso, seu uso passa a ser justificável quando ocorre em determinados espaços, como no esporte, nos movimentos sociais e nas ações cometidas por instituições para a correção ou a inibição da própria violência.

Isso demonstra que, em si, o termo violência é envolto pela complexidade que apresenta para seu entendimento, pois, mesmo em sua centralidade, ocorrem transgressões para justificar sua utilidade. Bonamigo et al. (2008) também complementam esse entendimento quando descrevem a atribuição de valor para caracterizar um ato como sendo ou não violento, o que acarreta um desdobramento ou ação que normalmente se concretiza como a denúncia ou a acusação. Em suas palavras:

> Logo, longe de ser uma expressão neutra ou descritiva, ela (violência) está carregada de valores negativos ou positivos, vinculados à ideia de transgressão. Ela pode ser celebrada se considerada libertadora, ou denunciada pelos seus efeitos e insegurança que gera (BONAMIGO et al., 2008, p. 205).

Assim, a violência carrega em si significações que dizem respeito à sua própria natureza, sendo composta por critérios objetivos, tais como um ato violento característico da força física e seguido por uma reação de repressão. Nessa composição, ainda se apresentam critérios subjetivos expressos pelos valores atribuídos e o significado que a violência adquire; tendo a circunstância e o contexto como determinantes do que pode ser considerado como violência.

Por isso, pesquisar os significados atribuídos por mulheres que sofreram violência e por profissionais especializados é fazer valer a caracterização da violência contra a mulher no

contexto que está ocorrendo o fenômeno e nos desdobramentos que este envolve, além de expressar os critérios objetivos e subjetivos que os envolvidos atribuem para designar o que é ou não a violência contra a mulher.

Esse entendimento sobre pesquisas tendo como o tema a violência é apresentada por Machado (2010) como importante, uma vez que a autora considera que se contemplem os entendimentos dos sujeitos em pesquisas, pois suas compreensões garantem a não uniformização de pensamentos sobre esse assunto. Isso garante que os sentidos e significados expressos alcancem os conceitos flexíveis e compatíveis com a (re)construção de valores culturais e históricos que a sociedade necessita para pensar sobre a complexidade em que a violência está inserida.

Michaud (1989) também refere algo importante sobre a construção de uma definição sobre o termo. Para esse autor, é preciso aceitar que não se poderá ter um saber universal sobre a violência, uma vez que ela estará imersa em cada sociedade, seguindo seus próprios critérios de compreensão sobre o termo e sendo administrada com maior ou menor êxito conforme os problemas e as consequências por ela causadas.

Assim como Bonamigo (2008) em seu artigo: *"Violência e contemporaneidade"*, este estudo prioriza que em seu processo de investigação os significados atribuídos para o entendimento da violência contra a mulher não sejam determinados a priori, mas apreendidos pelas narrativas dos indivíduos envolvidos e pelos discursos dos documentos públicos.

Com isso, a apresentação de conceitos sobre a violência de gênero praticada contra a mulher é feita nesse capítulo de forma a considerar os principais achados literários e de autores de referência sobre o tema, pois como Benetti *et al.* (s/ data) descreve em seu artigo *"Violência e gênero no oeste catarinense"*, ao levantarem-se dados referentes às significações que a violência contra a mulher emite por aqueles que vivenciam esse fenômeno isso vem a contribuir para (re)pensar e ressignificar a violência contra a mulher, levando em consideração as relações de gênero construídas histórica e culturalmente no contexto delimitado da cidade de Chapecó.

Dentro das leituras para compor esta revisão, alguns autores (MACHADO; MAGALHÃES, 1998; NARVAZ; KOLLER, 2006; SAFFIOTI, 1999; SCHRAIBER et al., 2003; BENETTI et al. s/d.) consideram que o entendimento sobre violência de gênero é amplo, mas se aproxima dos conceitos sobre violência contra mulher, crianças/adolescentes, violência doméstica e violência intrafamiliar. Os limites entre um conceito e outro são muito próximos e, às vezes, são usados até como sinônimos (SAFFIOTI, 1999). Assim, se

considerarmos o gênero no entendimento sobre a violência contra mulher, esse se aproxima às demais considerações sobre quando a violência ocorre no ambiente doméstico, envolvendo relações familiares e/ou conjugais.

Podemos encontrar a especificidade da violência de gênero se levar em consideração os conflitos interpessoais e os conflitos identitários dos gêneros, independente da forma como esses se apresentam: entre homens, entre mulheres, entre homens e mulheres; ou ainda considerando suas sexualidades – hetero, homo e bissexuais (MACHADO, 1998).

Já o entendimento sobre violência familiar, também transpassada pela violência de gênero, se situa dentro das relações familiares de origem ou extensa levando em conta a consanguinidade e a afinidade entre os membros. Sua ocorrência pode acontecer dentro do ambiente domiciliar ou fora dele, embora, no primeiro caso, as ocorrências sejam a maioria.

No caso da violência doméstica, apesar de apresentar pontos de sobreposição com a violência familiar, pode ser considerada como praticada por pessoas que não apresentam grau de parentesco entre si, mas que vivem parcial ou integralmente no domicilio, como é o caso de agregados ou empregados domésticos. Aqui vale uma ressalva, onde o território não é puramente geográfico, mas simbólico; pois a relação de domínio entre os membros se estende para fora do ambiente doméstico. Assim podemos compreender o fato de uma pessoa já ocupar outro território, mas ainda assim ser perseguida, maltratada ou dominada por uma relação dominadora (SAFFIOTI, 1999).

E o que se considera como violência contra mulher? Na literatura pesquisada, esse conceito é complementado pelas descrições feitas anteriormente e ainda acrescidas de outras formas de violências não restritas apenas às mulheres, tais como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral. Narvaz e Koller (2006) consideram que a violência contra a mulher não é apenas uma questão privada, mas de preocupação social, uma vez que tem sido concebida como toda relação em que há abuso de poder, manifestada de diferentes formas, por diferentes agressores, independentemente do local ou do grau de parentesco e da relação que os envolvidos mantenham.

As formas mais comuns de expressões da violência contra a mulher podem ser consideradas através da violência no ambiente doméstico, na violência intrafamiliar (pai-filha, entre irmãos e demais graus de parentescos), violência entre casais (cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afetiva sexual, independentemente da relação ser legalizada ou estável).

Uma consideração a se destacar foi feita pelas autoras D'Oliveira e Schraiber (1999) sobre a relação entre questões de gênero e violência. Elas indicam que os dois pontos são convergentes e, em alguns casos, são considerados como sinônimos, como antes apontado ao falar-se de violência de gênero e violência contra a mulher. Para essas autoras, as raízes da violência nas relações de gênero provêm das próprias relações entre os gêneros. Entretanto, indicam que a violência é um aspecto perverso dessas relações; pois um dos envolvidos é anulado (ou se anula), além de imposto (ou se colocando como) a uma posição de simples objeto na relação.

Em seus estudos, Grossi (1994) também acrescenta a esse entendimento sobre os encaixes que a violência de gênero imprime sobre a violência contra mulher. Em seu artigo,o *"Novas/velhas violências contra mulher no Brasil"*, indica que as situações de violência contra a mulher, principalmente a violência física, em algumas situações, podem ser entendidas como resultados de negociações mal sucedidas nas relações entre os gêneros.

A eclosão do episódio de violência pode ser uma das saídas da cena conjugal entre homens e mulheres. Nesse caso, ela deixa de ser a parceira de um diálogo em que ambos teriam sua coparticipação; desenhando-se, assim, um jogo distorcido e perverso em que a feminilidade e a masculinidade assumem papéis e figuras representativas dentro das relações conjugais (GROSSI, 1994).

Ainda na perspectiva da violência conjugal e de como esta pode ser compreendida e considerada para resolução de conflitos do casal, vale indicar a pesquisa realizada por Santos e Moré (2011) em que as autoras entrevistaram 10 mulheres que realizaram denúncia na Delegacia da Mulher devido ao fato de terem sido agredidas por seus companheiros.

Nessa pesquisa, os relatos das participantes indicaram que a questão da violência conjugal era, de certo modo, naturalizada pelas entrevistadas; uma vez que elas estavam imersas nesse universo/relação sem a probabilidade de movimentarem-se em direção de parar com a violência, tanto quanto a tomada de atitude prévia frente à violência sofrida. Corroborando com o que Schrabier et al. (2007), as autoras apontam que mulheres em situação de violência não identificam atos violentos contra si, mas como atitudes e/ou ações válidas para resolver conflitos conjugais.

Sobre essa naturalização das mulheres frente à violência sofrida, Moré (2014) descreve esse fenômeno como anestesias relacionais. O esperado de pessoas que sofrem ou presenciam violência doméstica ou familiar seriam sentimentos como indignação, revolta, raiva, dor, impotência, vergonha. Esse conjunto de sensações desagradáveis levaria o sujeito a

algum tipo de reação para interromper a violência, mas, no caso de relações anestesiadas, isso não ocorreria.

Santos e Moré (2011) ainda descrevem que foram identificadas justificativas para as agressões dos companheiros nas falas das entrevistadas. Nas tentativas de justificação, encontram-se: crenças de que os companheiros não fossem tão violentos quanto pareciam, medo por ficarem sozinhas, condições financeiras precárias, culpa e vergonha por passarem por tal situação e a fantasia de que os filhos ficariam sem o pai. Isso tudo leva as mulheres a sentimentos ambíguos em relação à situação de violência e, em consequência, às próprias relações dentro do casamento.

Outra questão encontrada na literatura refere-se que a existência de tolerância em relação à violência não é apenas por agressões contra a companheira, mas, sim, também as cometidas pelo companheiro contra a prole, inclusive as de cunho sexual. Um dos principais motivos para essa tolerância seria a manutenção de uma falsa unidade familiar. Entretanto, vale lembrar que, nessa concepção de família, estão embutidos valores históricos, culturais, de gênero, pessoais e até financeiros para a construção familiar dessas mulheres (SANTOS; MORÉ, 2011).

A saída do agressor da residência também foi outro ponto destacado pela pesquisa de Santos e Moré (2011). Esse afastamento gerou sentimentos diversos segundo as mulheres entrevistadas, pois algumas indicaram alívio, sensação de liberdade e felicidade, bem como a calmaria em casa e entre os demais integrantes da família. Muitos chegaram ao ponto de afirmarem a impossibilidade de aceitação da volta do companheiro. Outras participantes revelaram sentimentos de insegurança e de pavor por causa do distanciamento dos filhos que foram levados pelo companheiro, ou, ao contrário, por terem ficado sozinhas com os filhos. Nesse caso, eles aceitariam o companheiro de volta à residência.

Uma causalidade externa também foi associada em pesquisas (DESLANDES, 2000; MORÉ, 2014; NJAINE, 2013) que permeiam a violência contra a mulher: o abuso de álcool e/ou de outras substâncias. O uso excessivo dessas substâncias foi apontado, nessas pesquisas, como indicativos capazes de desencadear a violência ou, ainda, agravá-la. Entretanto, aqui, vale uma ressalva: a dependência química e o alcoolismo não podem ser apontados como causalidade direta ou predominante para a eclosão da violência.

Sentimentos contraditórios e fatores familiares podem ser observados e constatados nas consequências/sequelas que a violência contra a mulher pode gerar durante e após a sua eclosão. As tentativas/enfrentamentos realizados pelas mulheres em situação de violência para

sair do ciclo violento também devem ser levados em conta e, principalmente, devem ser compreendidos e amparados pelos profissionais e os dispositivos públicos enquanto trabalham e atuam na situação de violência contra as mulheres.

Por isso, nos próximos tópicos, destacaremos como as Políticas Públicas estão desenhadas para o trabalho de atendimento, combate e responsabilização da violência contra as mulheres. Apontaremos, também, algumas representações dos profissionais que executam essas políticas, de como eles compreendem e percebem o fenômeno da violência contra a mulher.

2.4 O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Quando nos propomos a falar de Políticas Públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, é quase que automático pensarmos na Lei nº 11.340/06, nomeada de Lei Maria da Penha em homenagem a Maria da Penha Mara Fernandes, brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Vale, no entanto, ressaltar que a lei Maria da Penha não foi a primeira medida para o combate à violência contra a mulher no Brasil.

As ações e entendimentos sobre o combate a essa forma de violência começou a ganhar força na década de 1990, onde a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) assumiram diretrizes, documentos e portarias em que a violência contra a mulher é entendida como um grave problema de saúde pública, trazendo consequências/sequelas para aquelas que a vivem.

Fazendo uma breve retrospectiva sobre as medidas governamentais brasileiras, a que mais se destacou para combater a violência contra mulher foi a Lei n.º 10.778/03, que promulga a notificação compulsória dos casos de violência contra mulheres atendidas nos serviços de saúde.

Devido ao Brasil ter assinado a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 2006, foi promulgada a Lei n.º 11.340, mas conhecida como Lei Maria da Penha. Esta versa sobre a classificação dos tipos de violência contra a mulher, oferece penas mais severas contra os agressores, promove ferramentas judiciais e policiais para maior proteção das mulheres que sofrem violência; bem como traz diversas ações/obrigações transversais às Políticas Públicas para o combate e enfrentamento da situação violenta (HASSE, 2014).

Vale destacar que até então as diretrizes e intervenções para combater a violência contra a mulher no país partia de dois princípios básicos: a capacitação de profissionais no atendimento às vítimas desse tipo de violência e a criação de serviços especializados, como as Casas Abrigos e as Delegacias Especializadas (BRASIL, 2011).

Sobre esta última, seu funcionamento básico serve para todos os casos de violência contra a mulher, independentemente da gravidade ou da leveza da agressão, bem como estipula penalidades, independente de quem a tenha infligido. A primeira atividade das Delegacias Especializadas é fazer a escuta da denúncia, decidindo se há acusação a ser feita, ou seja, se existe crime ou infração. Caso o agente público constatar que o ocorrido não se trata de infração ou de crime, este poderá orientar, informar e encaminhar a mulher para outros órgãos (MACHADO, 2002).

Com a implementação da Lei Maria da Penha, esta determina Juizados Especiais para julgar denúncias/inquéritos instaurados nas Delegacias Especializadas, ou tomar medidas cabíveis e de emergências quando a situação exige. O simultâneo funcionamento e interação entre essas duas instituições estabelece novas modalidades de atuação. Apesar disso, vale uma ressalva feita por Machado (2002) especificamente ao âmbito jurídico: esta configuração propicia que casos de lesões leves sejam trabalhados como únicos, embora eles possam ou não estar associados a graves ameaças, à cronicidade da situação e à repetição da violência.

No artigo intitulado *"Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher"*, Machado (2008) faz uma consideração importantíssima. Descreve que a primeira escuta na Delegacia Especializada pode significar um desbloqueamento da vergonha, do silêncio e do medo da mulher que presta a queixa de violência, ao mesmo tempo em que pode não suprimir a violência em si. Pelo contrário, através desse primeiro contato, parecem eclodir as dificuldades e as ambiguidades da cultura social, policial e judicial sobre o que fazer diante da violência conjugal interpessoal.

Machado (2008) relata sua experiência em campo para a realização da pesquisa descrevendo que uma mulher procurou a delegacia para denunciar uma violência física visível cometida pelo marido, indicando, também, o desejo de se separar dele. O agente policial disse a ela que caso ela acusasse o marido de agressão, essa acusação não poderia mais ser retirada. O mesmo agente indicou que o mais importante seria a denúncia ou resolver a situação com a separação conjugal. Ao final do atendimento, a mulher saiu com o encaminhamento para o Fórum, buscando pelo processo de separação conjugal.

A autora descreve que mesmo com uma agressão cometida contra uma mulher, esta pode ser minimizada frente à desinformação ou ao mau entendimento sobre o caso. Vale destacar que a autora se aproximou para conversar com a mulher e, quando esta aceitou participar da pesquisa, levantou-se a informação de que o registro da denúncia não apenas oficializaria o ocorrido como também auxiliaria no processo de separação, uma vez que o companheiro ameaçou a mulher de requerer a guarda dos filhos para si.

Conforme a ampliação dos princípios e dos entendimentos do fenômeno, as Políticas Públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres são ampliadas e passam a incluir ações integradas, como: criação de normas e padrões de atendimento; aperfeiçoamento da legislação; incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública.

As ampliações são retratadas em diferentes documentos e leis publicados neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, a Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, a Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros (BRASIL, 2011).

Dessa forma, com a ampliação da compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, as ferramentas públicas também tiveram que ser ampliadas, principalmente em seus desenhos de intervenções e frentes de atuação. A intersetorialidade das políticas e das ações integradas dos agentes públicos passou a ser fundamental para que a atuação dos diversos setores envolvidos pudesse combater e enfrentar a violência contra a mulher. Isso possibilitou, pelo menos em tese, o trabalho em rede de proteções e serviços de uma forma mais fluída e ágil.

Vários questionamentos podem ser feitos sobre os desafios que cercam esse trabalho e a efetiva implementação das Políticas Públicas citadas. A presente pesquisa pode trazer alguns elementos que contribuam com esse debate. Mas, para além dessas questões, faz-se necessário um explanado de como as duas principais Políticas Públicas de atendimento a mulheres em situação de violência estão regulamentadas. Por isso, abordaremos os documentos e as diretrizes mais importantes que o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) trazem em suas normativas acerca da violência contra mulher.

2.5 A REDE DE ATENDIMENTO E OS PROFISSIONAIS REFERENCIADOS

Na abordagem e no atendimento de uma demanda complexa e de múltiplos fatores, uma rede de atendimento que funcione de forma integrada, intersetorial e multidisciplinar é outra tarefa tão difícil e complexa quanto a própria violência contra a mulher. Apesar da execução das Políticas Públicas estarem desenhadas com essa configuração, encontram-se entraves, desafios e dificuldades para o funcionamento pleno e eficaz desse sistema. Por causa disso, o trabalho da rede e dos profissionais é prejudicado, coibindo essa ferramenta importante e constante para o enfrentamento/combate da violência contra a mulher.

A violência contra mulher traz sequelas/consequências físicas e psicológicas que podem ser eclodidas no corpo. Sofrimentos psíquicos em geral, abusos de drogas/alcoolismo, cefaleias, distúrbios gastrointestinais, dores e inflamações pélvicas crônicas, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e gravidez indesejáveis são alguns quadros de saúde associados à violência contra a mulher (ANDRADE, 2008; HASSE, 2014; DESLANDES, 2000).

Estudos apontam (LETTIERE, NAKANO, RODRIGUES 2008; SCHRAIBER, 2001; HASSE, 2014) que os serviços de saúde nem sempre conseguem decodificar ou oferecer uma resposta satisfatória no atendimento dessa demanda, o que acaba passando despercebido se comparado a outros agravos de saúde que as mulheres apresentam, já que não é estabelecida uma correlação entre a violência sofrida e o estado de morbidade. Essa falha contribui para que a violência contra mulher não seja contabilizada ou reconhecida nos registros de diagnósticos realizados, sendo compreendida no sistema de saúde como uma dificuldade a ser abordada. Com isso, promovem-se sub-registros de informações e a hiperutilização da rede de atendimento; pois, uma vez que o enquadre dos motivos para a busca do serviço médico não é corretamente identificado, a violência contra mulher é tratada como um problema privado, isolado e individual (FRANZOI, FONSECA, GUEDES 2011; LETTIERE, 2008; DESLANDES, 2000; HASSE, 2014; D'OLIVEIRA, 1999).

Assim, as usuárias dos serviços públicos de saúde apresentam demandas que nem sempre são "traduzidas" pelos profissionais, o que, por sua vez, facilita a geração do que Schraiber (2001) denomina como uma dúvida genuína quanto à atuação, ou não, sobre a violência. Os técnicos, por atuarem representando um modelo e cultura médica já estipulada, não suprem essa tradução. Com isso, não se alcança um suporte técnico necessário para uma atuação que vá além dessa compreensão biológica existente.

A autora, ainda, complementa que levar em consideração esse aspecto da dúvida é extremamente importante para encontrar alternativas para a ação técnica dos profissionais, na medida em que se toma a questão da violência contra a mulher uma demanda apresentada no cotidiano do trabalho da rede de serviços.

Outro ponto merece ser destacado quando, na rede de serviços públicos de saúde, é percebido o atravessamento da violência. Em seu artigo: *"Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde?"* Schraiber (2001) nomeia problema violência o fato de que mesmo sem reconhecimento em dados, visibilidade e abordagens adequadas, o sistema de saúde já possui uma questão clara de atuação: a violência. Entretanto, suas ações limitam-se aos impactos posteriores, como lesões no corpo ou sofrimentos de natureza emocional.

A autora resume que as respostas oferecidas pela rede de atendimento para as necessidades das mulheres em situação de violência são ineficazes, uma vez que a situação de violência não se é trabalhada, e as repercussões sobre o adoecimento físico/mental ressurgem ou retornam a inchar os serviços e a pressionar os profissionais.

Esse movimento foi indicado como uma espiral de incompetência ética e técnica para assistir integralmente as mulheres; além de representar situações onerosas do ponto de vista econômico para a rede de atendimento (SCHRAIBER, 2001; DESLANDES, 2000).

Na ótica dos profissionais, essa incompetência gera sentimentos de frustração, falta de motivação para o acolhimento e trabalho com os casos, que muitas vezes são visualizados como sem solução, de difícil manejo, indesejáveis, e até desqualificados como um real atendimento, fazendo com que as mulheres passem a ser vistas apenas como pessoas problemáticas (SCHRAIBER, 2001). Apesar das dificuldades que o trabalho apresenta para compor a atuação com a demanda da violência contra a mulher, um avanço significativo pode ser apontado: a construção de uma rede de proteção ou atendimento.

Mas o que se entende por rede de proteção, ou rede de atendimento da violência contra mulher?

Nos últimos 20 anos, houve avanços significativos para a ampliação da rede de atendimento, não ficando restrito a uma única política – casas abrigo, centros de referência multiprofissionais, defensoria pública, vara judicial especializada, entre outros. Com essa interação de serviços e de órgãos, formalizaram-se vínculos e configuraram-se papéis a serem desempenhados por cada um, formando uma rede de atendimento para combater a violência contra mulher dentro das Políticas Públicas (GROSSI, 2008).

Segundo a etimologia da palavra, o termo “rede” deriva do latim, que significa “[...] entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido [...]” (GROSSI, 2008). Na analogia da autora, os fios e as malhas compõem o corpo da rede, ou a forma de como ela está desenhada; correspondendo às relações entre atores e organizações, essas últimas sendo representadas pela malha ou nós. Ou seja, os serviços, profissionais e até as próprias mulheres em situação de violência podem ser identificados como os fios ou cordões que se conectam, formando intersecções entre os fios, entrelaçando-se para formar os nós, que são onde se encontram as Políticas Públicas.

A autora ainda aponta características sobre o conceito de rede, distribuindo-o em redes primárias e redes secundárias. As primeiras são todas as relações significativas que uma pessoa constrói ao longo de sua vida – familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho. Já as redes secundárias seriam as relações estabelecidas com grupos coletivos: religião, profissionais das políticas, organizações privadas, comunitárias e governamentais. As últimas possuem a obrigatoriedade de fornecer atenção especializada de orientação, apoio, informação e acompanhamento para quem se encontra no centro dessas relações.

Referente à mulher em situação de violência, podemos acrescentar o que Grossi (2008) apontou como peculiar na sua configuração de rede primária. Esta estaria fragilizada ou, de certa forma, rompida em seu convívio, pois quando a mulher não consegue buscar apoio em sua família de origem ou relação próxima primária, ela acaba por isolar-se. Em algumas situações, o seu agressor é a única referência que ela possui.

Quando um ato de extrema gravidade ocorre com a mulher, e ela opta por movimentar suas relações, ela sai em busca da rede secundária e acessa os serviços públicos. Para o profissional que compõe a rede de proteção, ter esse entendimento é ponto chave no diferencial para o acolhimento dessa usuária. Um bom trabalho de vínculo entre política-profissional-usuária servirá de base para o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos autônomos e de direitos. A organização em rede tem como valores fundamentais a corresponsabilidade, a liberdade, o respeito mútuo, a democracia e a transparência (GROSSI, 2008).

Segundo a literatura especializada, a rede de proteção e os profissionais ainda não estão organizados como Grossi (2008) descreveu acima. Dessa forma, os valores fundamentais ainda não saíram da teoria e tanto a rede como os profissionais precisam avançar em alguns valores apontados, principalmente naqueles que estão envoltos por aspectos culturais, sociais, históricos e misturando-se nas intervenções/trabalho junto à

violência contra mulher (DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 1999; FRANZOI; FONSECA; GUEDES, 2011).

Um exemplo disso é a pesquisa realizada por Lettiere, Nakano e Rodrigues (2008) intitulada *"Violência contra mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais da saúde"*. Nesse estudo, os autores se propuseram a levantar as concepções que os profissionais de uma maternidade filantrópica de Ribeirão Preto possuíam a respeito da violência contra a mulher. Foi observado que, apesar de eles reconhecerem a violência contra a mulher como uma questão social muito importante que merece ser abordada e enfrentada, ainda assim a visão estereotipada de mulher-vítima e homem-agressor também fazia parte da visão que os profissionais possuíam.

Alguns deles descreveram "[...] a mulher sem perspectiva, submissa e sem atitude[...]" (LETTIERE, NAKANO, RODRIGUES 2008. p. 470). Durante o atendimento, as observações apontaram para uma supervalorização para queixas físicas, onde a condução do cuidado fundamenta-se em concepções biológicas e fragmentadas; assumindo uma postura de silêncio e/ou descaso não questionando a mulher diante de uma violência visível ou suspeita concreta, por possuírem a crença de que não se sentem preparados, falta de intimidade durante o atendimento, frustração/impotência frente a uma questão complexa.

Essa visão corrobora com os apontamentos Schraiber et al. (2003, p. 44) quando aponta que o silêncio das mulheres e a invisibilidade do vivido no plano assistencial provocam indagações que se referem a "[...] por que as mulheres não contam? Por que os profissionais não perguntam? [...]". Questionamentos esses que, ainda hoje, se encontram atuais para os atendimentos, serviços e profissionais referenciados para o trabalho com a violência contra a mulher.

3 DESENHO METODOLÓGICO

3.1 A ESCOLHA DO MÉTODO

Os significados da violência contra a mulher foram obtidos através de uma pesquisa qualitativa. Nesse sentido, entende-se que realizar uma pesquisa qualitativa para trabalhar com o tema proposto se encaixa com a proposição de Minayo (2011) quando descreve que:

> a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2011, p. 21).

Por isso, ter realizado esta pesquisa segundo o modelo qualitativo promoveu a visualização dos significados contidos nas narrativas de profissionais, das mulheres e dos discursos oficiais sobre o fenômeno da violência contra mulher. Foi possível analisar de que forma os meandros dessas significações tiveram espaço para emergir e serem captados; como se configuram e se relacionam com a realidade desse contexto. Essa foi a realidade apreendida pela experiência que profissionais e mulheres expressaram em suas narrativas e pelos discursos técnicos proferidos pelos documentos oficiais das Políticas Públicas.

Vale destacar que, como apontado por Gomes (2012), a perspectiva da pesquisa qualitativa foi focada em explorar o conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema investigado; ou seja, o foco desta pesquisa foi buscar as falas, expressões e interconexões desses interlocutores os quais representaram uma parcela da totalidade envolvida no contexto da violência contra a mulher em uma cidade do oeste catarinense.

Ainda, como descreve o mesmo autor, considerou-se a existência de diversidades de opiniões, crenças e significados dentro de um mesmo contexto; tendo, na pesquisa qualitativa, abrangência suficiente para envolver essa diferenciação interna dos dados pesquisados. Com isso, valendo-se da análise e da interpretação dos dados sob a perspectiva qualitativa, englobou-se tanto o que foi homogêneo nas significações da violência contra mulher, assim como o que se diferenciou entre as narrativas dos entrevistados (GOMES, 2012).

Essas narrativas foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com 13 (treze) profissionais da rede de atendimento das Políticas Públicas de uma cidade do oeste catarinense, além dos relatos dialogados pelo grupo de atendimento psicossocial do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS I) realizados com mulheres em situação de violência. O grupo de mulheres iniciou com 12 (doze) participantes, terminando com 6 (seis) integrantes ao final de 18 (dezoito) encontros. A coordenação do grupo foi realizada pela pesquisadora e mais duas psicólogas da unidade II do CREAS no mesmo município.

Também foram incluídos os discursos de alguns dos principais documentos oficiais norteadores das Políticas Públicas sobre o assunto aqui estudado, os quais podem ser visualizados através do quadro a seguir:

Quadro 1 – Documentos e normativas relativos às Políticas Públicas.

Documento	**Órgão e Ano publicados**	**A quem se destina**
Cartilha sobre a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).	Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.	Sociedade.
Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2011.	Gestores, diretores, coordenadores e equipes técnicas de referência atuantes nas unidades e nos serviços do SUAS.
Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2010.	Governantes e Gestão Pública.
Orientações Técnicas sobre o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Volume I e II.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2012.	Técnicos, gestores, conselheiros socioassistenciais, todos os trabalhadores do SUAS.
Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2012.	Gestores e trabalhadores do SUAS.
Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).	Ministério da Saúde (MS), 2009.	Gestores e trabalhadores do SUS.
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes.	Ministério da Saúde (MS), 2004.	Gestores e trabalhadores do SUS.
Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.	Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher, 2011.	Instrumento técnico para firmar as Políticas Públicas já existentes.
Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar de Santa Catarina – Projeto Guardião Maria da Penha.	Polícia Militar de Santa Catarina, 2016.	Gestores e policiais militares.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Faz-se importante recordar que a dedicação maior para a análise dos dados referiu-se às entrevistas com os profissionais. A análise dos dados foi inspirada pelo método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), assim como de Romeu Gomes (2002) e Suely Deslandes (2001) – maiores detalhes sobre essa inspiração podem ser encontrados no subcapítulo dedicado à análise dos dados. Também foram retomadas considerações sobre a análise documental de André Cellard (2012), a qual serviu como ferramenta na compreensão dos documentos oficiais das Políticas Públicas, assim como nos relatos dialogados do grupo de mulheres em situação de violência realizado no CREAS I, na cidade do oeste catarinense.

Para Cellard (2012), a realização de uma análise documental versa sobre as considerações e os aspectos envolvidos no contexto em que os documentos norteadores das Políticas Públicas foram produzidos, bem como quem os produziu, de que forma fez isso, a quem eles se destinam, sua confiabilidade, lógica interna de argumentações no texto e os entendimentos/conceitos principais apresentados no tocante às questões ligadas à violência contra a mulher. Além disso, esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador se mantenha crítico em relação à informação apresentada, fazendo ligações, correlações e comparações frente aos elementos, às ideias e aos pensamentos, elementos esses que acrescentam profundidade e riqueza a uma análise.

Nesse sentido, as considerações que a pesquisa fez utilizando os discursos contidos nos documentos públicos foram expressas durante a discussão dos dados. Essas considerações apresentaram-se na correspondência automática de relações, ligações, contradições ou lacunas entre as narrativas dos profissionais entrevistados, das mulheres em situação de violência e dos discursos oficiais das Políticas Públicas.

Vale destacar que tanto Cellard (2012) quanto Deslandes (2011) preocupam-se e concordam que, no âmbito de pesquisas qualitativas, a importância maior está na qualidade e na validade dos dados apresentados, o quanto a credibilidade da análise e a profundidade do trabalho realizado com as categorias são representativos. Por isso, optou-se não por analisar todos os documentos referenciados das Políticas Públicas voltados ao tema da violência contra mulher; mas, sim, por analisar os principais norteadores dessas políticas, principalmente aqueles voltados à atuação e às práticas dos profissionais.

A análise documental dos relatos dialogados no grupo de apoio psicossocial a mulheres em situação de violências realizado no CREAS I seguiu os preceitos já descritos sobre as considerações de Cellard (2012). Ainda assim, para melhor entendimento e

aprofundamento da análise, foi traçado o perfil das mulheres participantes do grupo psicossocial, apresentando características a respeito da idade, da vida em família, da condição sociofinanceira, da escolaridade etc. Essas informações são contempladas no subcapítulo 4.2, no decorrer deste texto.

Para o levantamento dos dados implicados na pesquisa, encontram-se as entrevistas semidirigidas aos profissionais da rede de atendimento à violência contra mulher na cidade do oeste catarinense.

Essas entrevistas foram realizadas com os múltiplos profissionais que compõem os programas e os serviços ligados à assistência a mulheres em situação de violações de direitos, como, por exemplo, médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados e enfermeiros. Esses profissionais compõem as diferentes complexidades das Políticas Públicas, em especial a de Saúde e Assistência Social. Também foram entrevistados os profissionais do Sistema de Segurança e Justiça (escrivão, policiais civis e militares, advogados) situados nos órgãos públicos que complementam a rede de atendimento da cidade.

Os questionamentos que foram feitos a cada profissional versam sobre sua prática, intervenção e interação com a demanda da violência contra mulher. As questões foram formuladas para que cada entrevistado narrasse seu entendimento sobre a violência contra mulher e suas influências para a construção desse significado.

Pelo fato de o roteiro ser semidirigido, possuindo questionamentos abertos, ofereceu-se margem para que o próprio entrevistado conduzisse a entrevista. Os questionamentos foram feitos diretamente se o entrevistado não os contemplasse em respostas anteriores. Assim, o participante pôde narrar abertamente sobre a interação durante os atendimentos que realiza com as mulheres em situações de violência. Além disso, opinou sobre as dificuldades e potencialidades da rede de atendimento e das Políticas Públicas existentes na cidade.

Nesse sentido, o uso da entrevista semiestruturada com os profissionais das Políticas Públicas concordou com o entendimento de Minayo (2011) ao considerar a entrevista como a forma mais usada no processo de trabalho de campo de uma pesquisa qualitativa. Isso ocorre porque a entrevista é uma ação capaz de coletar informações de determinado objeto de pesquisa de uma forma leve, como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, sem, no entanto, perder o objetivo de construir informações científicas e pertinentes ao objeto pesquisado.

Durante a construção do roteiro da entrevista (Anexo 5), priorizou-se pela retomada dos objetivos específicos que a pesquisa possui, reformulando-se, assim, alguns

questionamentos para que contemplassem três eixos principais: 1) os significados da violência contra a mulher; 2) a descrição sobre a interação entre profissionais e mulheres durante o trabalho realizado nos órgãos e serviços públicos; 3) como essas interações contribuem para desenhar a atuação da rede de Políticas Públicas existente na cidade.

Vale destacar que as entrevistas dos profissionais se mantêm em um contexto de acontecimentos. Estes, em alguns momentos, foram levados em conta durante a análise dos dados; pois, conforme Minayo (2011), a entrevista sempre que possível deve ser acompanhada e contemplada por informações de observação participante.

O conteúdo das entrevistas foi analisado e contraposto com a revisão bibliográfica da pesquisa. Cada narrativa foi agrupada em categorias indicadas pela força discursiva dos entrevistados. Essa proposta de análise é inspirada na concepção de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). A inspiração para esse tipo de análise das entrevistas foi descrita na seção seguinte do texto, assim como o percurso e detalhamento para o encontro das categorias.

3.2 A ANÁLISE DOS DADOS

Como descrito anteriormente, a análise dos dados no tocante às entrevistas dos profissionais das Políticas Públicas da cidade do oeste catarinense segue as inspirações da análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin (1977), Romeu Gomes (2012) e Suely Deslandes (2011).

No entendimento desses autores, a análise de conteúdo apresenta-se como um conjunto de técnicas para analisar as comunicações ou mensagens de interlocutores. Essa análise é obtida de forma sistemática e objetiva, seguindo procedimentos e critérios descritivos a respeito do conteúdo apresentado sobre a mensagem ou comunicação em si. Além disso, não apenas conteúdos objetivos das mensagens podem ser extraídos; mas também características subjetivas contidas nas expressões e falas das mensagens (CAMPOS, 2004).

Ou seja, a análise de conteúdo foi implicada não apenas para categorizar as mensagens ou expressões dos profissionais entrevistados, mas também apresentou, organizadamente, significados ou subjetivações contidos no interior das mensagens. Nesse sentido, a pesquisadora fez uso da compreensão de Bardin (1977) para compor inferências ao apresentar os significados da violência contra a mulher contidos nas narrativas dos sujeitos da pesquisa.

De uma forma resumida, Gomes (2012, p. 84) clarifica como a análise de conteúdo utiliza-se das inferências para comunicar significações contidas nas mensagens de narrativas expressas em pesquisas: “Através da análise de conteúdo podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

Assim, a utilização da técnica de análise de conteúdo proporcionou à pesquisa pinçar as significações da violência contra a mulher contidas nas narrativas dos profissionais e das mulheres que participaram do grupo psicossocial. Isso abrangeu não apenas os significados abertos, mas também englobou as significações intrínsecas dos conteúdos das mensagens.

Dessa forma, fazer inferências sobre os dados obtidos é a razão de existir da análise de conteúdo (CAMPOS, 2004). Entretanto, para alcançar as inferências, foi preciso também traçar uma sequência que serviu de base para categorizar os dados obtidos pelas entrevistas; que, posteriormente, concretizaram-se nas categorias apontadas na discussão dos dados.

Assim, para o alcance das categorias e a interpretação dos resultados encontrados, seguiram-se critérios que, segundo Minayo (2002), são capazes de buscar a lógica interna dos fatos, relatos e observações; situá-los no contexto dos atores; e, ainda, produzir uma escrita onde estes se reconheçam dentro dessa dinâmica.

A trajetória da análise das entrevistas foi desenvolvida valendo-se de uma leitura dinâmica e exaustiva das transcrições das entrevistas com os profissionais, mantendo uma atenção flutuante no sentido de formar eixos temáticos; sem, no entanto, perder o foco das propostas dos objetivos da pesquisa.

Com isso, os dados formaram eixos quanto: (1) às significações a respeito da violência contra a mulher; expressando um conjunto comum de significados, assim como significações que se destacaram apenas em algumas das narrativas dos profissionais e das mulheres em situação de violência; (2) às interações estabelecidas entre profissional e mulher, a importância dessa interação, os desdobramentos e as influências do atendimento que os profissionais ofertam às mulheres em situação de violência para (re)construir os significados da violência vivida; (3) ao contexto e impacto dessas interações entre profissionais e mulheres para a implementação das Políticas Públicas e o desenvolvimento do trabalho da rede de proteção da cidade do oeste catarinense.

A partir desses três eixos temáticos, foi possível a montagem de duas categorias que concentraram as correspondências aos objetivos da pesquisa. A primeira delas envolve, de maneira geral, os significados da violência contra as mulheres para profissionais

especializados e para mulheres em situação e violência. A segunda categoria referiu-se à construção dos significados, suas (re)significações e à implementação das Políticas Públicas diante desses.

Outro aspecto que foi considerado para compor a discussão dos dados diz respeito ao resguardo do sigilo dos profissionais e das mulheres do grupo de acompanhamento psicossocial. Além de a pesquisa estar em consonância com os princípios defendidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, e ter sido aprovada[1]; optou-se, ainda, em criar uma codificação para uso das narrativas dos entrevistados e dos depoimentos no grupo de atendimento psicossocial a mulheres em situação de violência.

Por isso, a inspiração para a construção dessa codificação seguiu aquilo o que foi formulado por Gomes *et al* (2002). Dessa forma, para facilitar a leitura e manter o anonimato dos profissionais, usa-se a primeira letra do nome fictício para indicar o cargo ocupado pelo profissional. Nesta pesquisa, há treze nomes, os quais estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Codificação para o anonimato dos profissionais entrevistados.

Nomes	Profissões
1. **Ad**néia 2. **Ad**riele	***Ad***vogada
3. **A**na **S**ílvia 4. **A**na **S**imone 5. **A**na **S**ônia	***A***ssistente ***S***ocial
6. **E**lias	***E***nfermeiro
7. **F**ernanda	***F***armacêutica
8. **M**ônica	***M***édica
9. **Pé**rola	***Pe***dagoga
10. **P**âmela 11. **P**ablo 12. **P**riscila	***P***oliciais
13. **P**ietro	***P***sicólogo

Fonte: Autora.

Além disso, nos recortes das narrativas dos entrevistados, foram destacadas as Políticas Públicas correspondentes, já que algumas profissões se encontram em mais de uma política.

[1] A submissão do projeto seguiu as normas e critérios estabelecidos por este Comitê, obtendo a aprovação em 04/09/2017, estando inscrito sob o CAAE 70092117.2.0000.5564.

No tocante ao anonimato das mulheres que frequentaram o grupo de apoio psicossocial do CREAS I, optou-se pelo uso de nome de flores para resguardar as identidades das participantes. Dessa forma, os nomes fictícios das mulheres foram: Azaléia, Begônia, Calêndula, Dália, Gérbera, Hortência, Lavanda, Margarida, Orquídea, Petúnia, Rosa e Violeta. Vale ressaltar que nem todos os nomes fictícios das participantes foram utilizados para a apresentação das narrativas. Entretanto, em respeito à fidelidade do número de participantes – 12 mulheres – optou-se por indicar todos os nomes.

Antes da realização da entrevista em si com os profissionais, realizou-se, primeiramente, o contato e a solicitação de autorização prévia às instituições públicas envolvidas: Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Delegacia de Polícia, Comando da Polícia Militar e Vara da Violência Doméstica.

Em reunião com cada representante das instituições, foram explicados os objetivos da pesquisa, a importância da participação de cada entidade e a forma como os dados levantados poderiam auxiliar no tocante ao trabalho com a demanda da violência contra a mulher na cidade. Além disso, a assinatura da autorização institucional para a realização da pesquisa foi solicitada.

No tocante ao contato com os profissionais, um fator facilitou o convite para participação: a pesquisadora fazer parte do quadro de profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Com isso, o convite para participação na pesquisa foi realizado de duas formas: para os profissionais com maior proximidade de trabalho, o contato foi pessoalmente; já nos casos em que a pesquisadora não mantém contato direto com os profissionais, ele foi realizado via telefone.

Após a explicação do intuito da pesquisa, o objetivo dela, como seria realizada e a concordância do profissional em participar; marcava-se o dia e horário para realizar a entrevista. Vale destacar que todas ocorreram no local de trabalho dos profissionais.

Durante a entrevista, primeiro explicou-se mais detalhadamente a proposta da pesquisa e a prioridade principal em ouvir os profissionais quanto às suas compreensões a respeito da violência contra a mulher, reforçando o fato de que suas impressões e experiências na abordagem da demanda eram os elementos mais importantes. Com isso, seguia-se a explicação sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Consentimento de Gravação de Voz (TCGV), deixando cada profissional livre para leitura e questionamento posterior sobre dúvidas (Anexos 1 e 2 respectivamente).

Somente após esses procedimentos é que se iniciava a entrevista em si e o gravador era acionado. No término da entrevista, novamente a pesquisadora agradecia a contribuição de cada profissional, ressaltando a importância de sua participação, assim como esclarecia que após a conclusão da pesquisa e defesa de dissertação os profissionais seriam convidados a receber a devolutiva e ficarem a par dos resultados e achados sobre o tema da violência contra a mulher na cidade do oeste catarinense.

Vale ressaltar que particularidades sobre os profissionais entrevistados e suas principais características serão explicitados no próximo capítulo, assim como maiores detalhes sobre o perfil das mulheres que participaram do grupo psicossocial realizado no CREAS I. Posteriormente, foi apresentado o contexto do universo pesquisado; ou seja, um recorte característico da cidade do oeste catarinense e da rede de proteção na qual a pesquisa se desenvolveu.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados os dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa: profissionais especializados e as mulheres participantes do grupo psicossocial. Além disso, a leitura envolve as características da cidade do oeste catarinense e da rede de proteção e, ainda, as categorias que emergiram pela análise dos dados, sejam elas: os significados da violência contra a mulher para profissionais especializados; os significados da violência contra a mulher para as mulheres do grupo psicossocial; a construção dos significados, suas (re)significações e os impactos para as Políticas Públicas.

4.1 O PERFIL DOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Na descrição deste subcapítulo, é encontrado o perfil dos profissionais que atuam nas Políticas Públicas da cidade, mais especificamente nos serviços da rede de proteção que oferecem intervenções – de forma direta ou indireta – para a demanda da violência contra a mulher. Os profissionais são técnicos das equipes de referência dos serviços e órgãos públicos. Eles compõem as equipes multiprofissionais que acolhem, orientam, acompanham e investigam as situações de violências contra mulheres na cidade em questão.

Desse modo, foram entrevistados 13 (treze) profissionais que representam um número estimado de técnicos atuantes nas Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social, Segurança e Justiça. Isso foi feito com o intuito de garantir o alcance de uma representação significativa, ou seja, ao menos um profissional que compõe a equipe de referência dos serviços públicos foi entrevistado, distribuídos entre os serviços de CRAS (Seminário, Efapi, Efapi-CEU e Bormann), CREAS I, NASF (Sul, Oeste e Centro), Delegacia, Polícia Miliar e Justiça.

Vale destacar que o mais importante para determinar a quantidade de entrevistados foi a representatividade das falas e dos discursos referentes aos significados sobre a violência contra mulher nas narrativas dos profissionais. Para abordá-los, foi realizado um contato telefônico. Nele, a pesquisa foi apresentada. Também foi explicado que a chefia imediata já havia dado a indicação de autorização prévia para a entrevista. Além disso, também foi explicitada a importância da participação do profissional e foram mostrados os preceitos éticos envolvidos. Por fim, o sujeito era convidado para participar da pesquisa, sendo livre para aceitar ou não.

As entrevistas ocorreram ao final do primeiro semestre do ano de 2018, entre os meses de junho e julho, nos locais de trabalho dos profissionais. Esse fato assegurou o desenvolvimento da coleta de dados com a necessária privacidade. Com isso, não houve interrupções durante a conversa.

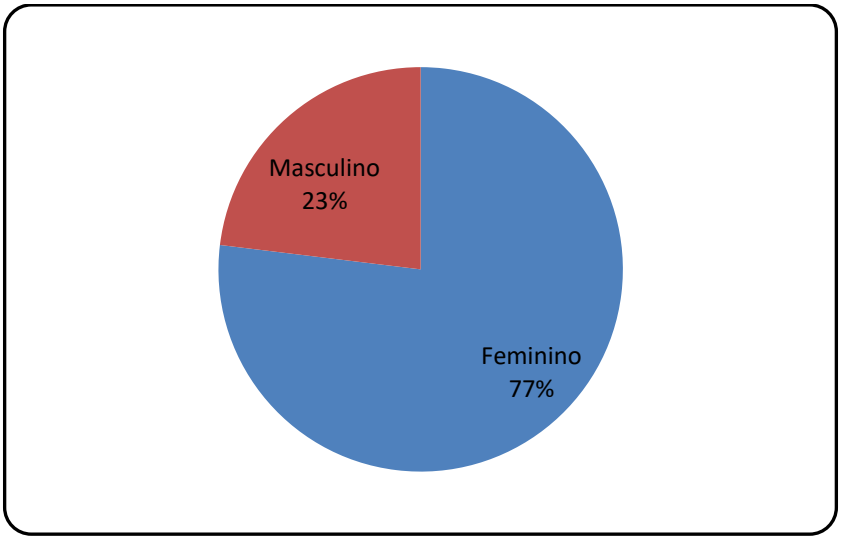
De uma forma geral, pôde-se perceber, durante as entrevistas com os profissionais, que eles se colocaram muito solícitos e interessados pelo tema, mostrando-se dispostos em participar da pesquisa. Também se apresentavam atentos aos questionamentos, com o intuito de prestar o melhor esclarecimento possível. Essas demonstrações ficaram expostas ao final das entrevistas, com os profissionais questionando a pesquisadora se suas respostas eram as certas para os intuitos da pesquisa.

As características principais sobre o perfil dos profissionais que atuam nas Políticas Públicas indicam particularidades que foram destacadas através dos gráficos a seguir. O primeiro deles diz respeito ao sexo dos profissionais, indicando que as mulheres são a maioria dos profissionais da rede de proteção da cidade quando envolve o trabalho com a violência contra a mulher.

Vale destacar que apesar do cuidado em entrevistar profissionais de ambos os sexos, esse indicativo da rede de profissionais ser feminina em sua maioria (77%) pode estar correlacionado com o fato de que profissões que exercem cuidados foram propensas – social, cultural e historicamente – a serem exercidas por mulheres. Essa característica corrobora pesquisas nacionais (GARBIN et al., 2011; MARQUI et al., 2010; ZANETTI et al., 2010; COTTA et al., 2006) que versam sobre o perfil das equipes de profissionais que atuam nas políticas de Saúde e Assistência Social em várias regiões do país, indicando a mesma correspondência sobre o predomínio do sexo feminino entre profissões equivalentes com as dos entrevistados para esta pesquisa.

Além disso, outro indicativo que pode auxiliar essa maioria feminina de profissionais na rede de proteção é o fato de que a pesquisa envolve a temática da violência de gênero. Assim, o gênero também é um fator predominante para que profissionais mulheres sejam os técnicos das Políticas Públicas que acolhem e intervêm em situações de violência contra a mulher. A normativa técnica da Polícia Militar de Santa Catarina, ato nº 585/2017, institucionaliza a Rede Catarina de Proteção à Mulher no Estado, ampliando o programa já existente da Patrulha Maria da Penha. Nesse documento, além de prescrever os objetivos, atuações, serviços e a forma de organização do programa, nomeia dois policiais de referência, sendo um deles, necessariamente, do sexo feminino.

Gráfico 1 – Sexo dos profissionais entrevistados.

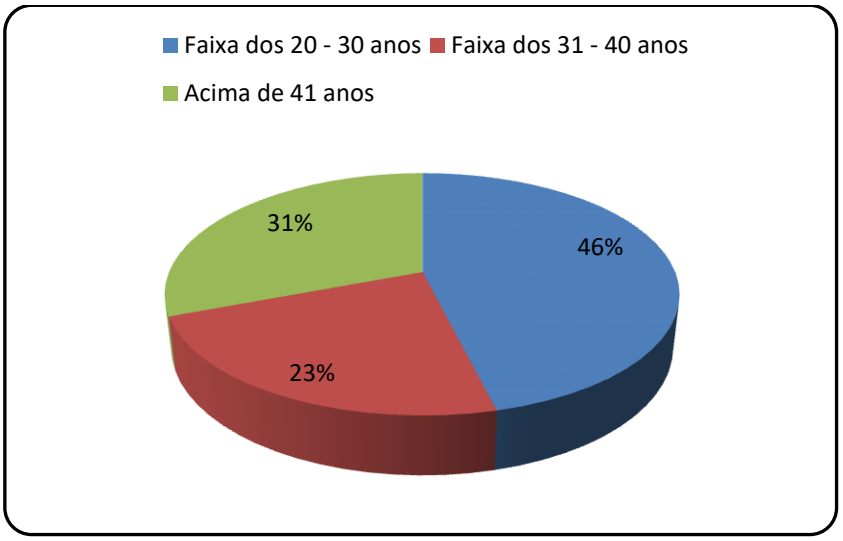


Fonte: Elaborado pela autora.

Outras características observadas quanto ao perfil dos profissionais entrevistados foram o fator da faixa de idade, o tipo de relacionamento conjugal e a filiação. Estes se apresentaram, em sua maioria (46%), por profissionais jovens, na faixa de 20 a 30 anos de idade, mantendo um relacionamento estável e/ou casamento e não possuindo filhos. Esses dados corroboram com a pesquisa qualitativa de ZANETTI et al. (2010) com profissionais das equipes de referência do Programa Saúde da Família (PSF) na região do noroeste gaúcho. Os autores submeteram 36 equipes de PSF, correspondendo a 330 profissionais, ao preenchimento de questionário sociodemográfico que apontou índices semelhantes – faixa de idade e tipo de relação conjugal – encontrados para a caracterização dos profissionais entrevistados da rede de proteção.

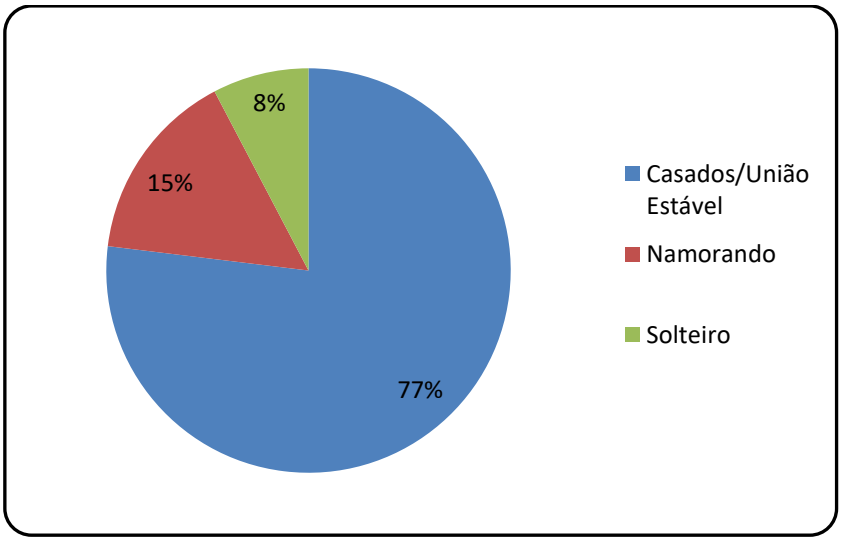
A interpretação que os autores fizeram sobre a faixa de idade e o tipo de relacionamento indicou que os dados podem estar associados à correspondência do ciclo de vida adulta dos profissionais, que, em geral, predispõe à constituição de novos núcleos familiares somando-se com a idade produtiva para o mercado de trabalho. Ou seja, comparados como os profissionais da rede de proteção, essas características podem estar próximas, como indicam os Gráficos 2, 3 e 4.

Gráfico 2 – Idades dos profissionais entrevistados.



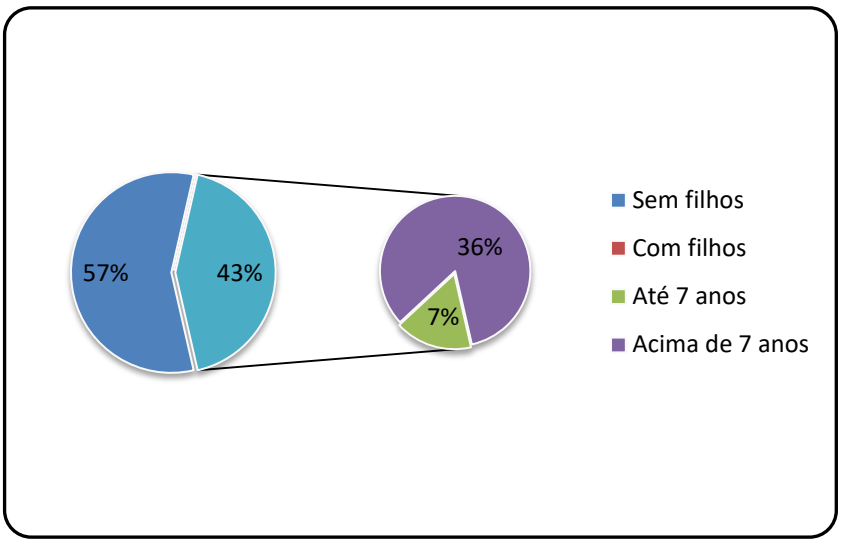
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3 – Estado civil dos profissionais entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora.

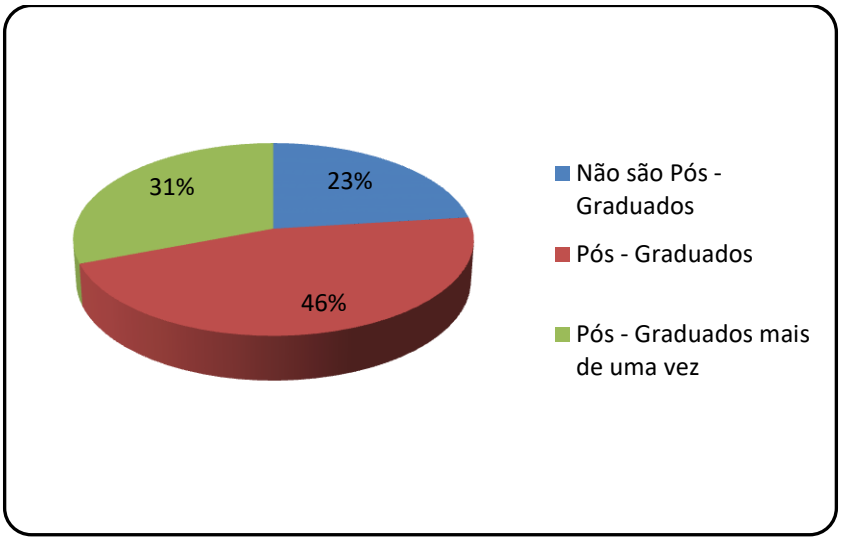
Gráfico 4 – Filiação dos profissionais entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao grau de escolarização dos profissionais entrevistados, o nível de alto, se somado, atinge 77%, o que corresponde a 10 dos 13 profissionais entrevistados, como indicado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Escolaridade dos profissionais entrevistados.



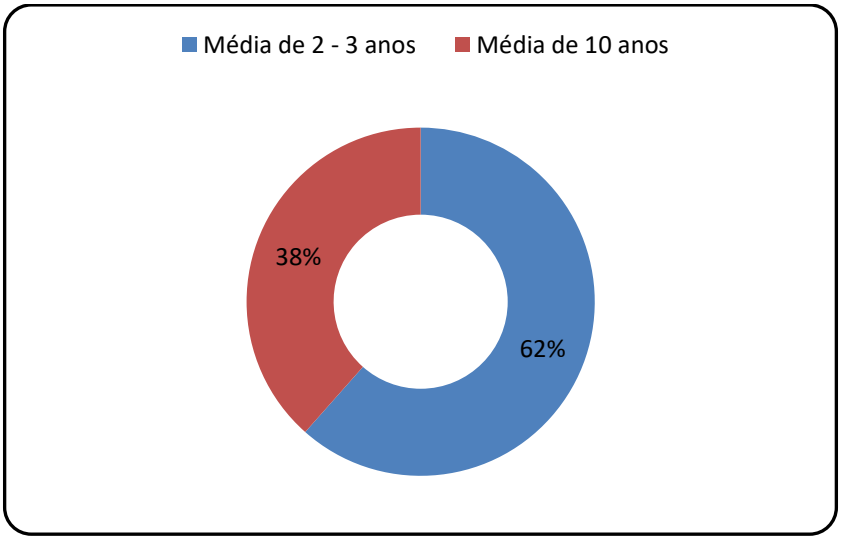
Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda assim, vale destacar que mesmo o nível de escolaridade sendo alto para os profissionais entrevistados, os aperfeiçoamentos acadêmicos não estão voltados

especificamente para exercer o trabalho com a temática. As Pós-Graduações realizadas pelos entrevistados são *Lato Sensu* dentro das áreas das profissões, tais como: Direto Constitucional, Direito de Família, Análises Clínicas, Pedagogia e Saúde da Família. Apenas dois entrevistados indicaram Pós-Graduações envolvendo violências, violações de direitos, e/ou trabalho em rede de Políticas Públicas. Segundo indicações dos entrevistados, as especializações foram realizadas, em sua maioria, antes da entrada no serviço público.

Um dos possíveis fatores que pode ter influenciado poucos profissionais por aperfeiçoarem seus estudos e conhecimentos na temática da violência contra a mulher refere-se ao tempo de atuação nas Políticas Públicas da cidade. A maior parte dos entrevistados (62%) está em média de 2 a 3 anos atuando em serviços e órgãos públicos da rede de proteção como indica o gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Tempo de atuação na Política Pública.



Fonte: Elaborado pela autora.

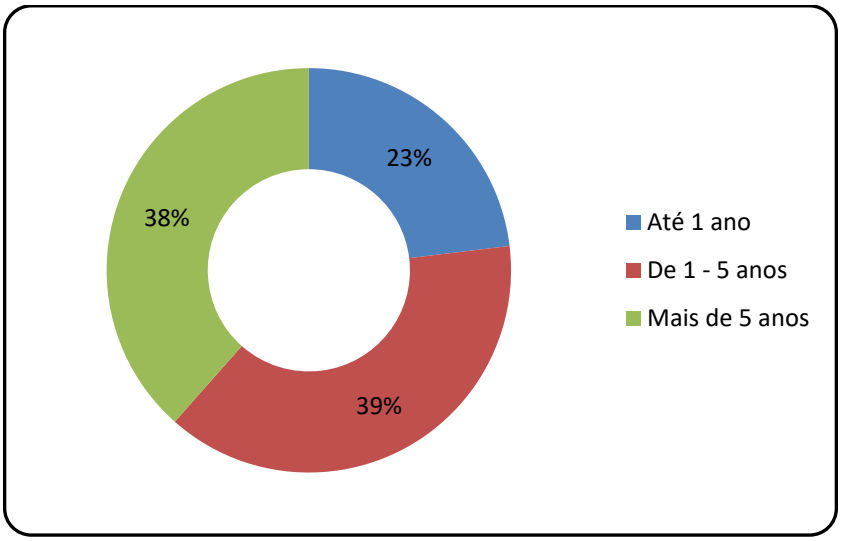
Sobre essa questão, é valido descrever o comentário das profissionais Ana Sônia e Ana Sílvia,[2] ambas indicaram a existência de alta rotatividade de profissionais nos serviços e/ou órgãos públicos da rede de proteção. A percepção delas foi de que alguns colegas buscam o trabalho nas Políticas Públicas não como uma carreira a seguir, mas uma passagem de tempo e experiência até alcançar seus verdadeiros anseios profissionais. Com essas opiniões, as profissionais abrem uma possibilidade de reflexão a respeito das Pós-Graduações dos

[2] As profissionais apresentaram na pesquisa possuindo o maior tempo de atuação nas Políticas Públicas da cidade: Ana Sônia com 12 anos e Ana Sílvia com 16 anos.

profissionais não estarem voltadas para o aprofundamento técnico sobre a demanda de violência.

No tocante ao tempo de atuação diretamente com a demanda da violência contra a mulher, pôde-se observar uma diferença mínima entre os profissionais que trabalham pelo menos há 5 anos na rede (39%) se comparados com aqueles que já atuam a mais tempo (38%), como indica o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Tempo de trabalho com a demanda da violência contra a mulher.



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda assim, vale fazer uma ressalva: se somados os percentuais de entrevistados com tempo de experiência de até cinco (5) anos atuando na demanda de violência contra a mulher, esse índice passa a ser a maioria dos profissionais (62%). Ou seja, pode-se considerar baixo o contato direto que os profissionais possuem com a demanda de violência contra a mulher. Algo a ser considerado para o pouco contato com o tema seja o fato de que a cidade possui uma rede de proteção estruturada e Políticas Públicas efetivadas para o trabalho com essa demanda. Isso é corroborado pela profissional Ana Sílvia, da Política de Assistência Social (16 anos de experiência), que descreveu que, com a estruturação das Políticas Públicas na cidade, os casos de violência contra as mulheres passaram a ser atendidos e acompanhados diretamente pelos serviços especializados (CREAS, Delegacia, Guarnição Especializada e Justiça), diminuindo, assim, o contato direto com esse tipo de demanda.

Portanto, algumas das características do perfil dos profissionais da rede de proteção da cidade do oeste catarinense são: maioria de técnicos femininos, em relacionamento estável, sem filhos, com alto nível de escolarização, mas sem formação ou capacitações específicas para o trabalho com a temática da violência contra a mulher e, ainda, com pouco tempo de intervenções e/ou trabalho dentro da rede de Políticas Públicas da cidade.

4.2 O PERFIL DAS MULHERES DO GRUPO PSICOSSOCIAL

Neste item, o foco principal é visualizar, mesmo que de forma breve, o perfil das mulheres participantes do grupo psicossocial realizado pelo serviço CREAS I. Este grupo foi específico da demanda da violência contra a mulher, participando apenas mulheres que foram encaminhadas ao acompanhamento psicossocial pela rede de proteção existente na cidade. Também, aqui, buscou-se contemplar algumas especificidades que as participantes do grupo apresentaram, tais como: faixa de idade, escolaridade, tipos de relacionamentos conjugais, filiações, condição financeira e localização geográfica na cidade.

O desenvolvimento do trabalho psicossocial pelo serviço CREAS é proporcionar um espaço de escuta qualificada e reflexiva para que famílias e indivíduos possam desenvolver potencialidades, ressignificar a situação de violação de direitos e (re)construir projetos de vida com novas possibilidades. Entende-se por ressignificação o processo nos quais indivíduos transformem seus sentimentos e consequências do ato violento, bem como se fortaleçam e ampliem suas capacidades de proteção e autonomia para romper com o ciclo de violência. Nesse sentido, as ações realizadas para o trabalho psicossocial em qualquer unidade de CREAS tem como base o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar (PAIF), o qual norteia as ações realizadas em conjunto pela equipe de referência e pela família acompanhada (BRASÍLIA, 2011).

Referente ao acompanhamento psicossocial realizado pelas equipes de referência da unidade do CREAS I, este se concentra em ações individuais e grupais oferecidas às famílias e/ou aos indivíduos com direitos violados. Quando da acolhida dos casos pela equipe técnica, os indivíduos e as famílias são convidados a participar de grupos reflexivos e de apoio psicossocial.

No caso do grupo psicossocial que fez parte da pesquisa, este contou com a participação de mulheres encaminhadas através da rede de proteção da cidade. À rede, estão ligados os serviços de saúde, assistência social, segurança pública e justiça. Os

encaminhamentos são feitos, em sua maioria, pelas equipes técnicas dos NASF, pelos técnicos dos CRAS, pelos registros de ocorrências/boletins da Delegacia Especializada e através da expedição de Medida Protetiva pela Vara de Violência Doméstica – onde, no próprio texto do documento[3], convida-se a mulher a apresentar-se no CREAS – ou, ainda, por busca espontânea da mulher ao serviço.

Em relação ao grupo analisado, a maior parte das participantes encontrava-se com a concessão da Medida Protetiva e aguardava audiência de instrução na Justiça. Apenas a participante Calêndula, a mais jovem, foi incluída no acompanhamento de forma indireta: sua família foi encaminhada para o CREAS I através do Conselho Tutelar devido à visualização de um grave conflito entre seus pais. Inicialmente, o acompanhamento psicossocial foi direcionado para sua irmã mais nova. Conforme o acompanhamento da família, observou-se a amplitude da demanda para a inclusão de Calêndula, já que ela havia registrado boletins de ocorrência contra o pai frente às violações de direitos que alegava sofrer dele.

Vale destacar que a metodologia do grupo psicossocial que foi analisado na pesquisa diferencia-se dos demais formatos de grupos realizados no serviço CREAS. Este grupo psicossocial de mulheres foi uma edição única; uniram-se as duas unidades de CREAS existentes na cidade com o intuito de padronizar a metodologia utilizada para esse formato de interação grupal[4].

O período em que se desenvolveu o grupo psicossocial ocorreu no intervalo de 02/05/2016 até 05/09/2016 em encontros semanais, nas segundas-feiras, com duração de uma hora, totalizando, assim, três meses consecutivos, com um montante de dezoito encontros realizados. Todos eles ocorriam nas dependências do serviço CREAS I, em uma sala própria para abrigar um grande número de pessoas, sendo reservada, privativa, de forma que o encontro não fosse interrompido durante sua realização.

A coordenação do grupo ficou na responsabilidade de três psicólogas; duas delas atuantes na unidade do CREAS II e uma delas atuante na unidade do CREAS I; sendo esta a

[3] Esta indicação da Medida Protetiva expedida pela Vara de Violência Doméstica da Comarca da cidade do oeste catarinense foi incluída por iniciativa dos operadores de direito daquela Unidade. No anexo 6, é apresentada a descrição do texto na íntegra com o convite à apresentação da mulher à unidade de CREAS I. Para tanto, dados pessoais foram suprimidos para exposição do documento.

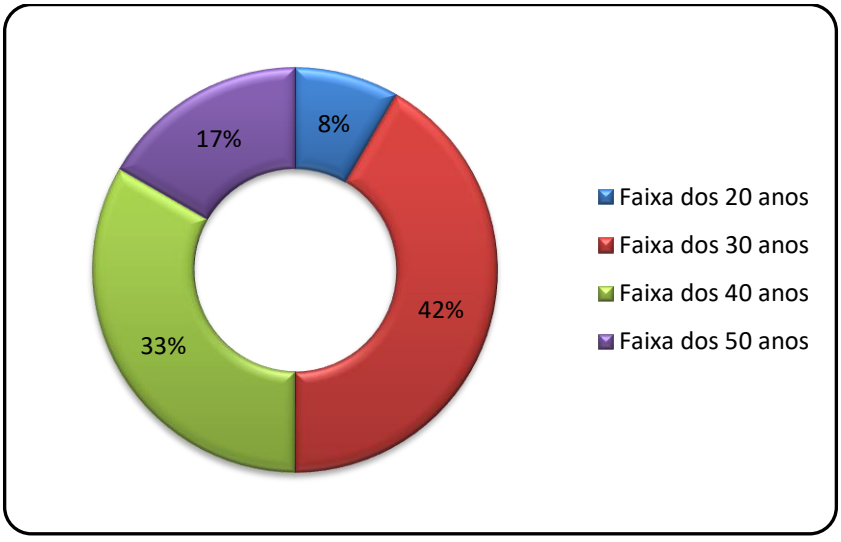
[4] A metodologia do grupo psicossocial foi o tema da dissertação de FREITAS, Flávio Braga de. **Pequenos grupos sistêmicos complexos como uma estratégia na promoção de saúde coletiva no SUS** [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO]. PUC/RS, 2010. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4951/1/000428890-Texto%2bCompleto-0.pdf Este trabalho acadêmico deu origem à ferramenta de trabalho com grupos interativos intitulado Grupo de Desenvolvimento Humano (GDH). Esta ferramenta de manejo grupal é desenvolvida apenas na Prefeitura Municipal da cidade pesquisada, fundamentada através de manual técnico: FREITAS, F. B de; BARCALA, R.; METELSKI, F. K. **Manual para organização de grupos interativos.** Prefeitura Municipal de Chapecó-SC, Secretaria de Saúde, 2015. Ainda não disponível virtualmente.

pesquisadora. Vale destacar que para a participação do grupo, todas as mulheres foram previamente entrevistadas por uma das psicólogas, recebendo orientações sobre o trabalho do serviço CREAS, sobre o funcionamento e dinâmica do grupo de apoio psicossocial e, ainda, convidada a participar dos encontros.

O grupo iniciou-se com 17 participantes, efetivando-se com 12, mas somente seis (6) mulheres concluíram todos os encontros. Os motivos de desistências das participantes não podem ser apontados com precisão devido à complexidade das situações para as vivências de violências.

Nesse sentido, faz-se importante destacar que os dados apontados pelos gráficos correspondem ao número total que iniciou o grupo; ou seja, sobre as 17 participantes. Assim, as principais características das mulheres do grupo de apoio psicossocial podem ser observadas através dos gráficos a seguir. O primeiro deles versa sobre a faixa de idade, onde se pode observar que o grupo é composto, em sua maioria (42%), por mulheres jovens na faixa de 30 anos de idade.

Gráfico 8 – Idade das mulheres participantes do grupo psicossocial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, podemos inferir que apesar da maioria das mulheres corresponderem à faixa dos 30 anos, uma parcela considerável (33%) ocupa a faixa dos 40 anos de vida. Ainda assim, esse indicativo pode representar que as mulheres que acessam a rede de proteção e buscam por seus direitos são aquelas que se encontram em idades ativas, refletindo um acesso

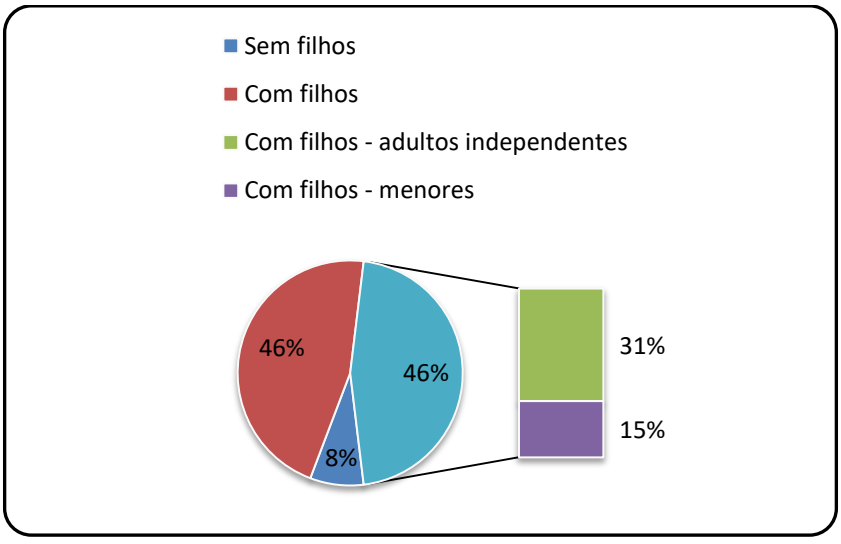
maior às Políticas Públicas em comparação a faixa de idades em que se é necessário a intervenção de um terceiro para acessar atendimentos e direitos: como mulheres adolescentes e mulheres idosas.

Vale destacar que a faixa de idade que predomina no grupo de mulheres analisado pela pesquisa também está de acordo com a faixa de idade das mulheres que sofrem violência doméstica no Brasil, pois segundo dados apontados pelo Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), a violência doméstica praticada contra as mulheres é responsável por 67% dos atendimentos fornecidos pelo SUS. Nesse índice, estão apontados como agressores os parentes imediatos, parceiros e ex-parceiros; e ainda, corresponde à faixa etária de 30 a 40 anos.

Em outras palavras, o grupo de apoio a mulheres, que serviu de base para esta pesquisa, pode retratar um recorte harmônico com a pesquisa nacional sobre violência contra a mulher no Brasil. O fato de ambos estarem situados a apenas um ano de diferença também reforça essa harmonização.

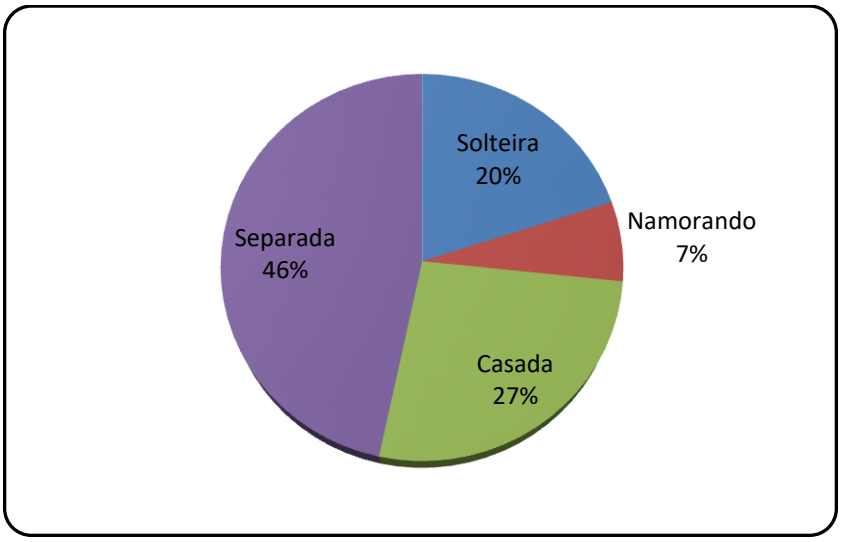
Outros aspectos significativos sobre as características das mulheres participantes versam sobre a filiação e o tipo de relacionamento conjugal. Esses índices também podem ser considerados como contribuintes para a incidência da faixa de idade das mulheres no grupo. A maior parte das participantes (46%) referiu possuir filhos já adultos e independentes em sua maioria (31%), assim como se nomearam separadas de seus agressores e não estando em outro relacionamento conjugal e/ou amoroso. Observam-se essas considerações nos Gráficos 9 e 10.

Gráfico 9 – Filiação das mulheres participantes do grupo psicossocial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 10 – Estado civil das mulheres participantes do grupo psicossocial.

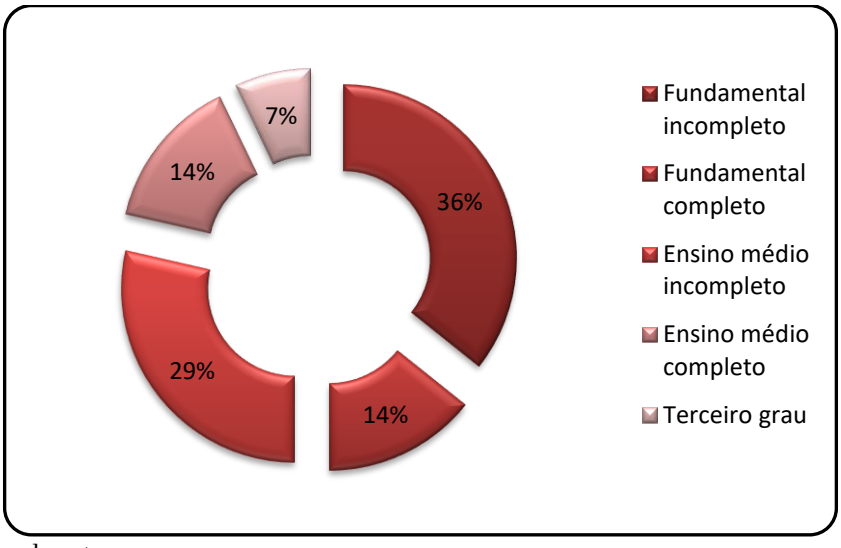


Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, a busca por seus direitos e o acesso aos serviços da rede de proteção podem ter sido favorecidos uma vez que as mulheres não mantinham vínculos próximos com seus agressores, tanto quanto a co-dependência de filhos menores de idade; resguardando certa autonomia para decidir sobre a consequência da violência sofrida.

Sobre a escolaridade das mulheres que formaram o grupo analisado, podemos destacar que neste quesito, o índice maior foi de 36%, o qual corresponde ao ensino fundamental incompleto. Se somado aos 29% que representam as mulheres que possuem o ensino fundamental completo, pode-se afirmar que mais da metade do grupo (65%) possuía baixa escolaridade; tendo estudado – no máximo – apenas até a 5ª série escolar. Isso pode ser observado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Escolaridade das mulheres participantes do grupo psicossocial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda assim, não se pode generalizar ou inferir que mulheres com maior grau de instrução não sofram violência. Pelo contrário, a participante que possuía o maior nível de escolaridade era formada em Direito. Esse fato é significativo; pois independente de escolarização ou grau de conhecimento, as mulheres estão sujeitas a situações de violência.

A pesquisa intitulada "*Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*" (VENTURI, GODINHO; 2013) corrobora esse argumento. O estudo investigou 20 diferentes modalidades de violência contra mulheres no Brasil; onde se pôde perceber que o índice encontrado das mulheres que sofrem violência de acordo com o nível de escolaridade pouco difere. Segundo a pesquisa, mulheres que possuem até a 5ª série do ensino fundamental correspondem a 22%, enquanto que mulheres com nível superior de escolaridade correspondem a 18%; havendo uma pequena diferença de intervalo.

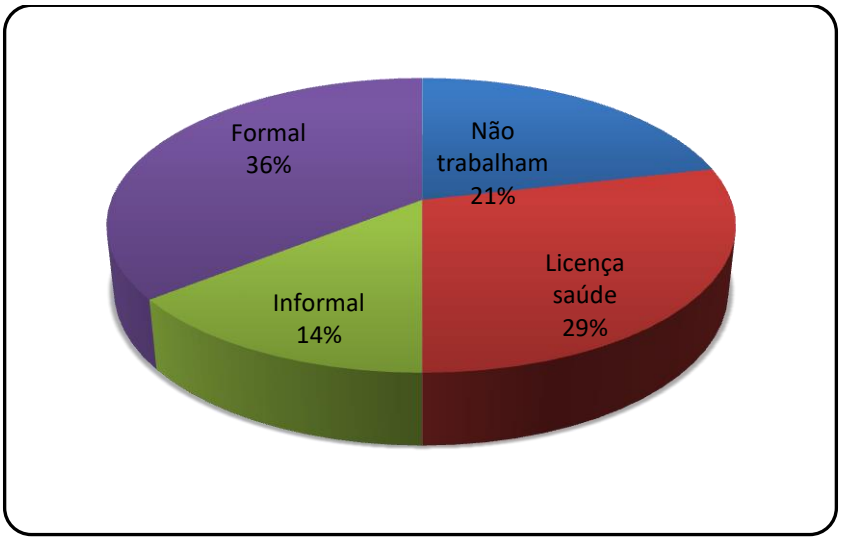
Assim como no grupo de mulheres do CREAS I, o nível de escolaridade que predominou para as participantes pode não ter influenciado para estas estarem e/ou viverem uma situação de violência. Mais adiante, no decorrer do texto, o conjunto de fatores para a situação de violência ocorrer poderá ser percebido em suas descrições de relatos durante o desenvolvimento do grupo.

No tocante a condições financeiras e/ou de trabalho, o Gráfico 12 indica que a maior parte das participantes trabalha (36%), possuindo algum vínculo empregatício formal. Se considerar que o índice de participantes que trabalham na informalidade (14%), exercendo funções como denominaram: faxinas, venda de cosméticos, de lingeries e cuidadora de idosos; essa porcentagem que trabalha aumenta, alcançando metade do grupo.

O que também chamou a atenção foi o fato de que 29% das mulheres encontravam-se afastadas de suas funções de trabalho. Nessa percentagem, as mulheres eram funcionárias da principal atividade econômica da cidade: a agroindústria. Mas devido a laudos médicos que atestavam prejuízos emocionais para execução de seus ofícios, encontravam-se afastadas da empresa, recebendo auxílio-doença e/ou de saúde a pelo menos seis meses na época da participação no grupo.

Durante os encontros do grupo, as mulheres relatavam problemas relacionados à saúde psíquica: depressão, crises de ansiedade, estresses causados pelos sofrimentos de vida que as impediam de concentrar-se no trabalho, culminando em solicitação de afastamento temporário da empresa.

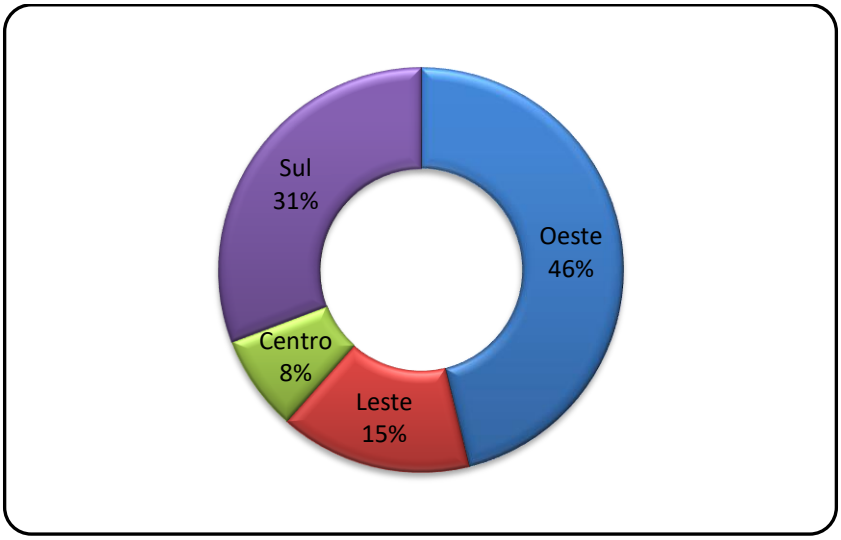
Gráfico 12 – Trabalho e renda das mulheres participantes do grupo psicossocial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Outra característica que se apresentou para compor o perfil das mulheres foram as regiões territoriais em que as participantes residiam. A maior parte delas (46%) morava na maior região da cidade: a região OESTE, composta aproximadamente de 26 mil habitantes segundo os dados do IBGE (CENSO, 2010); mas que, atualmente, em 2018, ultrapassa os 40 mil habitantes. Se comparada com municípios vizinhos, essa região possui maior índice demográfico frente a eles.

Gráfico 13 – Territorialidade das mulheres participantes do grupo psicossocial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Mas o que mais vale destacar sobre o índice encontrado na região oeste é de que ela abrigava, na época do grupo, duas participantes oriundas do interior do município. Uma delas ainda se encontrava residindo na comunidade; mas a outra passou a residir na área urbana da cidade pelo fato de ter revelado e registrado a violência sofrida.

O fato de apenas duas participantes residirem no interior do município não significa que a violência contra a mulher no campo não ocorra. A baixa participação de mulheres que residiam no interior pode estar atrelada a dificuldades de acesso às Políticas Públicas e de pouca visibilidade dessas para com as mulheres.

Sobre isso, uma reportagem do jornal Diário Catarinense em julho de 2017 *"Sozinhas – histórias de mulheres que sofrem violência no campo"* abordou a violência contra as mulheres na região de interior do oeste de Santa Catarina. A repórter Angela Bastos descreve que o isolamento das propriedades, falta de vizinhos por perto e dificuldades de comunicação tornam distante o acesso delas à rede de serviços e de proteção e, ainda, coloca que esse público permanece quase invisível aos olhos das Políticas Públicas.

Nesse sentido, o grupo de mulheres analisado na pesquisa foi, em sua maioria, composto de moradoras na zona urbana da cidade; não atingindo uma parcela significativa de mulheres moradoras no interior do município.

Em linhas gerais, o perfil das mulheres participantes do grupo de apoio psicossocial analisado pela pesquisa possui características que se referem a: mulheres em idades maduras, com filhos já criados em sua maioria; não vivendo um relacionamento amoroso após a separação conjugal conturbada; com baixa escolaridade; possuindo alguma forma de renda – seja por seu trabalho ou estando em licença saúde e, ainda, pertencendo ao território mais populoso da cidade: a região Oeste.

Dessa forma, no subtítulo seguinte, foi caracterizada a cidade do oeste catarinense e a rede de proteção existente para acolhimento, acompanhamento, intervenções e responsabilizações a respeito das violências vividas por mulheres desse município.

4.3 A CIDADE DO OESTE CATARINENSE E A REDE DE PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Assim como foi descrito sobre quem são os profissionais especializados e as mulheres participantes do grupo psicossocial, faz-se necessário uma caracterização da cidade na qual a pesquisa se desenvolveu. Isso é preciso não apenas para situar o leitor, mas para descrever acerca do universo que serviu de base para a composição dos significados a respeito da

violência contra a mulher. Como já apontado pelo referencial teórico, as bases históricas, culturais e sociais são determinantes para o entendimento da violência e dos significados que ela incorpora no decorrer do tempo e espaço que ocupa.

Portanto, a pesquisa se situa em uma cidade do estado de Santa Catarina, mais precisamente na região oeste. A localidade é apontada, segundo o IBGE (2018), com índice populacional estimado em 224.013 mil habitantes; sendo predominantemente urbana, apesar de contingente rural significativo. Considerada uma cidade média, pertencente à mesorregião do oeste catarinense; exerce influência não só no oeste do estado, mas também no noroeste gaúcho e sudoeste do Paraná, seja do ponto de vista econômico, cultural, tecnológico, político e educacional (IBGE, 2018).

Em suas influências socioculturais e históricas, encontram-se grupos indígenas, alemães, italianos, espanhóis. Mais recentemente, nos anos de 2016, 2017 e 2018, a cidade recebeu populações haitianas, bolivianas, venezuelanas e senegalesas. Essas imigraram para trabalhar na principal atividade econômica da cidade: a agroindústria. O IBGE (2018) aponta que a maior parte da população se declara católica, mas na cidade ainda existem praticantes das religiões protestantes, espíritas e umbandistas.

No tocante à renda da população e às condições socioeconômicas da cidade, vale destacar que no ano de 2016, época em que o grupo de mulheres serviu de base para a pesquisa, o salário médio mensal da cidade era de 2,7 salários mínimos[5]. A proporção de pessoas trabalhadoras em relação à população total era de 41.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a posição 15 de 295 municípios. Se comparado a cidades de todo o país, encontrava-se na posição 325 de 5570 (IBGE, 2018). Nesse sentido, podemos inferir que a cidade do oeste catarinense vive uma condição socioeconômica estável e favorável, atingindo posições significativas tanto no estado como nas demais regiões brasileiras.

Comparações entre os anos de 2016 a 2018 sobre as condições socioeconômicas da cidade não puderam ser realizadas, uma vez que a fonte de dados do IBGE não fornece outros índices para além do ano de 2016. Da mesma forma, no site da Prefeitura Municipal, o documento disponibilizado também se baseia na mesma fonte de dados.

Outro aspecto que deve ser descrito a respeito da cidade refere-se ao assunto pesquisado: a violência contra a mulher. Segundo dados coletados pelo Mapa da Violência

[5] O salário mínimo brasileiro em 2016 era de R$880,00 segundo Decreto nº 8.618/2015 publicado pelo Diário Oficial da União em 30.12.2015. Isso significa que o salário médio mensal na cidade do Oeste de SC no mesmo ano foi de R$2.376,00.

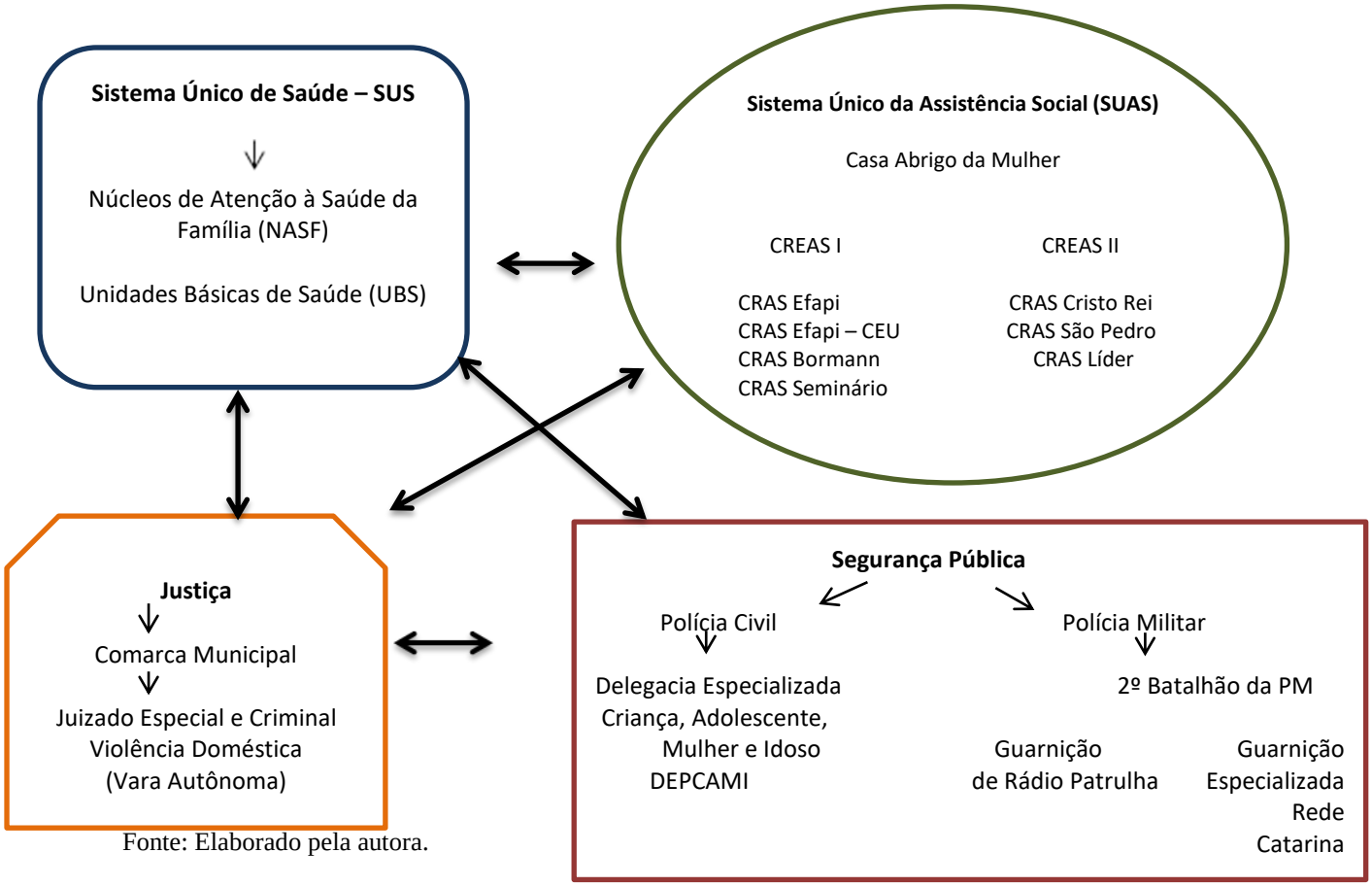
(2015), o estado de Santa Catarina ocupava o posto de 5º estado brasileiro mais violento contra as mulheres. Sobre o percentual de feminicídios em domicílio, no mesmo ano, a cidade do oeste catarinense estava em 3º lugar no estado, de acordo com a mesma fonte. Vale lembrar que o feminicídio é a forma mais extrema da violência contra a mulher.

Atualmente, segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/SC), no período de janeiro a junho de 2018, já foram registrados 23 feminicídios no estado catarinense. Desses, 15 ocorreram na região do oeste. Ou seja, mais da metade dos assassinatos de mulheres no estado no período de seis meses. Na cidade pesquisada, no mesmo intervalo de tempo, a SESP/SC contabilizou 627 registros de violência contra mulheres distribuídos entre 548 de lesões corporais dolosas, 73 estupros e 6 tentativas de homicídios. Esses índices são significativos e necessitam de uma análise mais aprofundada; pois, na contrapartida desses dados, existe uma rede de proteção de Políticas Públicas para executar o trabalho preventivo, interventivo e responsabilizador dessa violência.

Diante disso, vale situar o contexto da rede de proteção destinada ao trabalho da violência contra a mulher onde a pesquisa se desenvolveu. Essa comporta as políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança e Justiça, envolvendo as diversas gestões correspondentes às suas complexidades (municipal, estadual e judicial), programas e projetos destinados à atuação com esse tipo de violência. A rede existente resguarda a independência de atuação. As Políticas Públicas da cidade do oeste catarinense articulam-se entre si; funcionando em cooperação e parceria. Apesar disso, respeitam os limites e objetivos de suas atuações sobre o trabalho da violência contra a mulher.

Para melhor visualizar a estrutura e os diversos programas, serviços e órgãos públicos atuantes na cidade do oeste catarinense, confeccionou-se o diagrama apresentado a seguir:

Diagrama 1 – Rede de proteção e Políticas Públicas da cidade do oeste catarinense



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse diagrama apresenta os principais programas, serviços, órgãos e Políticas Públicas que se voltam ao fenômeno da violência contra a mulher na cidade. Ao observá-lo, destaca-se a rede de atendimento e proteção é estruturada em níveis de complexidades e especialidades que envolvem cada política pública.

Vale lembrar que o conceito de rede utilizado pela pesquisa se baseia no entendimento de Grossi (2008), a qual o descreve sobre a analogia de um tecido; mais especificamente a um tecido social. Nele, fios, cordas, cordões e nós conectam-se, formando uma malha complexa e interligada. Neste caso, por mulheres, profissionais, serviços, órgãos e Políticas Públicas.

No estudo intitulado *"Problematizando a noção de rede, suas origens e algumas de suas aplicações atuais"* de Benelli, Ferri, Ferreira Junior (2015), os autores aproximam o entendimento de rede ao conceito de *rizoma* de Deleuze e Guattari.[6] Nesse trabalho, os autores brasileiros indicam que assim como o rizoma dos filósofos franceses, a rede

[6] A explanação detalhada sobre o conceito de rizoma está na obra de Deleuze, G. e Guattari, F. (2009), "Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia", vol. 1. São Paulo: Ed. 34. Sua utilização nesta pesquisa se inspira na apresentada no artigo dos autores brasileiros.

estabelecida por Políticas Públicas é fluida, não possui um centro, uma entrada ou saída, um caminho principal a percorrer. A aproximação entre os dois conceitos é reforçada pelo emaranhado de relações e interconexões – visíveis e invisíveis – que se estabelecem entre os sujeitos que participam da rede. Ou seja, no caso da rede de atendimento da cidade do oeste catarinense, o trabalho com a demanda da violência contra a mulher é realizado em conjunto entre todas as políticas envolvidas. A determinação de ações e intervenções não cabe apenas à determinada ação pública, mas a ações interligadas que envolvem interações entre todos os que a compõe, sejam eles mulheres, profissionais, serviços, órgãos e Políticas Públicas.

A fluidez da rede de atendimento da cidade pesquisada ocorre com mais proximidade entre as políticas de Saúde e Assistência Social. Uma vez por mês, os profissionais dos serviços: CREAS I e II, CAPS AD, CAPS II, Unidade de Acolhimento, Casa de Passagem, Casa Abrigo da Mulher e Resgate Social reúnem-se para discussão de encaminhamentos, atendimentos e casos das situações mais graves e/ou complexas acompanhados pelos serviços. E quando é necessário, profissionais de outras políticas são convidados a participar, assim como outras entidades não governamentais, sem ligação direta com as Políticas Públicas, também são convidadas a participar das discussões.

Ainda assim, é importante ressaltar que essa reunião intitulada: Reunião Secretaria de Saúde (SESAU) e Secretaria de Assistência Social (SEASC) não é específica para trabalhar a demanda de violência contra a mulher na cidade. Apesar disso, os profissionais se utilizam dela quando os casos e/ou situações de violação de direitos das mulheres tornam-se complexos, necessitando, assim, a articulação da rede para realizar a abordagem deles. Por exemplo, apenas a situação da participante Azaléa do grupo pesquisado foi discutida na época devido à fuga de uma das filhas frente à situação de violência doméstica que a família vivia, necessitando, assim, da articulação da rede de proteção para garantir a segurança familiar e realizar as buscas pela adolescente.

Nesse sentido, pode-se vislumbrar que a estruturação da rede de combate à violência contra a mulher na cidade aproxima-se da descrição dos autores como uma *rede rizomática* (BENELLI, FERRI, FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 62). Durante a discussão dos casos de violência, o objetivo principal é obter um trabalho interligado entre os profissionais, serviços e Políticas Públicas para que a situação da mulher seja atendida em sua multiplicidade de características (familiar, biopsicossocial, jurídico, territorial, socioeconômico). Dessa forma, a atuação não é sobreposta, mas sim integrada; sem privilegiar ou centralizar em um serviço ou

política pública, corroborando o que os autores caracterizaram como o funcionamento da rede rizomática.

Vale destacar que como toda rede rizomática, linhas de fugas e resistências entre os envolvidos são encontradas; mas, ainda assim, isso não impede o trabalho ou articulação dela, constituindo-se como um movimento natural da estrutura formada. Como exemplo, pode ser citado casos de mulheres com situações de violência que retornam para discussão na reunião SESAU-SEASC, podendo refletir algumas dessas fugas, resistências e lacunas que a própria rede apresenta ao desenvolver ações integradas. O caso mencionado da participante Azaléa se configura com uma dessas linhas de fuga e lacunas; não sendo a primeira vez que a família é acompanhada pela rede de proteção. Nos arquivos documentais do serviço CREAS I, ficou registrado o primeiro acesso aos serviços da rede quando essa filha adolescente de Azaléa era pequena e a família já sofria situações de violência doméstica. Na época, o caso foi atendido pelo Conselho Tutelar. Mesmo assim, a situação da violência permaneceu, culminando em outro reencaminhamento para a rede de proteção anos depois pela expedição de Medida Protetiva para a genitora e a adolescente.

Durante a análise documental, pôde-se observar que as descrições dos princípios e diretrizes que embasam as ações, serviços e programas destinados ao trabalho da violência contra a mulher no país se concentram na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – PNEVCM (BRASIL, 2011). Nesse documento, os princípios e as diretrizes acompanham as propostas apresentadas para a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); sendo estas descentralizadoras, hierarquizadas em níveis de complexidades, regionalizadas e integradas entre os serviços e os profissionais.

No discurso do documento da PNEVCM (2011), esta reconhece que a articulação das Políticas Públicas, sejam elas no âmbito federal, estadual ou municipal, ainda se apresenta como um desafio a ser realizado por gestores, profissionais, serviços e órgãos públicos. O mesmo documento aponta a existência de isolamento e desarticulação no funcionamento das Políticas Públicas independentemente de a qual nível de gestão correspondam. Além disso, o documento reconhece a estruturação do trabalho em rede como uma estratégia para manutenção das diretrizes e princípios norteadores das Políticas Públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Entretanto, nesse ponto, faz-se necessária uma ressalva, pois a PNEVCM (2011), ao aproximar-se do conceito de rede, como apontado por esta pesquisa, ainda assim não fornece

orientação de como a articulação das Políticas Públicas pode ser realizada. O texto do documento apenas indica os principais órgãos e serviços que podem fazer parte da rede.

No tocante à cidade pesquisada, o funcionamento da rede de proteção às situações de violência contra a mulher não possui um fluxo em específico, ou um espaço de articulação das Políticas Públicas indicadas pelo diagrama. Se comparada com a proximidade da Política de Saúde e Assistência Social do município, a rede de proteção ainda precisa alcançar um planejamento de ações conjuntas e integradas das Políticas Públicas envolvidas para além de ações isoladas e desarticuladas. Apesar disso, o fato de a cidade possuir serviços, órgãos e programas específicos voltados para a violência contra a mulher pode ser considerado como um avanço. Infelizmente, a pesquisa não pôde apontar com precisão há quanto tempo a rede de proteção existe na cidade; mas destaca que seus últimos integrantes foram os programas CREAS II, a partir de 2014, e a Rede Santa Catarina, a partir de 2016, ampliando o trabalho já realizado pela Patrulha Maria da Penha.

Ao mesmo tempo em que se pode observar o desenho que as Políticas Públicas formam na cidade do oeste catarinense no tocante à estrutura para prevenção, atendimento, enfrentamento e responsabilização da violência contra a mulher; também é possível refletir: por que mesmo com uma rede estruturada para o trabalho com a violência contra a mulher ainda a cidade é destaque com índices altos de violência contra as mulheres?

Nesse sentido, talvez os dados levantados pela pesquisa possam contribuir para esclarecer também esse questionamento, assim como responder aos objetivos propostos inicialmente: os significados da violência contra a mulher para profissionais da rede de proteção, para as mulheres em situação de violência e nos discursos oficiais das Políticas Públicas.

Para dar início a esses esclarecimentos, as seções seguintes correspondem às categorias encontradas pela a análise dos dados.

4.4 OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Esta categoria versa sobre os principais significados atribuídos à violência contra a mulher por profissionais especializados que atuam nos serviços e órgãos da rede de proteção e, ainda, para as mulheres em situação de violência que frequentaram o grupo psicossocial desenvolvido no CREAS I.

Vale destacar que os significados são variados, correspondendo à multiplicidade de fatores que fazem parte da temática da violência contra a mulher. Alguns desses são partilhados tanto pelos profissionais entrevistados como pelas mulheres em situação de violência: como a violência contra a mulher possuir bases relacionais, familiares, históricas e socioculturais para ocorrer e passar de geração em geração dentro das famílias. Além disso, há a caracterização da violência contra a mulher como uma situação de real desvalor da mulher, expressada através da violência psicológica presente em muitos casos e, por vezes, mais frequente do que outras formas de violência – física, sexual, patrimonial.

Além disso, outros achados sobre os significados para a violência contra a mulher podem ser contemplados, tais como: a construção, as influências e mudanças de entendimentos a respeito do tema, como também a percepção da interação entre o profissional e a mulher para a possibilidade de outras (re)significações acerca do fenômeno da violência.

4.4.1 Os significados atribuídos pelos profissionais especializados

Esta seção versa sobre os significados atribuídos à violência contra a mulher na perspectiva dos profissionais que compõem a rede de serviços e órgãos de proteção na cidade do oeste catarinense. As significações referem-se aos entendimentos que os profissionais construíram sobre a violência contra a mulher, sobre suas atuações e funções de trabalho frente à interação direta ou indireta com a temática, bem como ao longo de estudos e aperfeiçoamentos nas áreas de formação e em vivências e influências pessoais e familiares.

Durante a realização das entrevistas com os profissionais, foi possível perceber que o entendimento da violência contra mulher perpassa por um conjunto de características, circunstâncias e peculiaridades que fazem parte da complexidade do fenômeno da violência. Suas percepções referem-se a compreender esse tipo de violência para além da violência física, como um conjunto multifacetado, complexo e sobreposto de características, incluindo desde a faixa etária (menina, adolescente, mulher e idosa), graus de parentesco com o agressor, relações hierárquicas de poder e entre os gêneros; além de sensações descritas pelas próprias mulheres. Ou seja, descrições sobre o mal-estar e os sentimentos apontados pelas mulheres sobre como se sentiram a respeito da violência que sofreram.

> “É bem amplo porque ela vai além da violência física.” (Ana Sônia, Política de Assistência Social)

> "A violência é contra a criança, a menina, contra a adolescente, contra a mulher e a mulher idosa [...] praticado pelo namorado ou (ex) namorado, marido ou (ex) marido, irmãos, pai, avô [...] Existe um conjunto, mas sempre um homem na maioria das vezes." (Ana Silvia, Política de Assistência Social)
>
> "Violência contra a mulher é todo o ato praticado contra esse gênero." (Elias, Política da Saúde).
>
> "A violência contra a mulher, digamos que seja toda e qualquer relação que ela não esteja se sentindo bem." (Ana Simone, Política de Segurança Pública)
>
> "Eu entendo que a violência contra a mulher é toda e qualquer situação em que ela não se sinta bem, que ela se sinta constrangida, se sinta acoada." (Pâmela, Política de Segurança Pública)
>
> "Nem sempre o que chega pra nós é aquela violência física [...] A mulher está em uma situação que está sendo oprimida, e ela está se sentindo diminuída em posições hierárquicas, e por ela estar inferiorizada, ela acaba sendo vítima de violência." (Adneia, Política de Assistência Social).

Diante dessas colocações, pode-se inferir que os profissionais atribuem como significados da violência contra a mulher indicações subjetivas – sensações das mulheres, constrangimentos, opressões – e indicações objetivas – o gênero, marcas físicas, faixa etária, relação familiar, posições hierárquicas. Ainda assim, a articulação desses fatores (subjetivos e objetivos) e a forma como se apresentam dentro das relações entre homens e mulheres podem influenciar para que a violência contra a mulher venha a existir. Nas descrições das profissionais Ana Simone, Pâmela e Adneia, são apresentados entendimentos partindo da relação e/ou situação em que a mulher está inserida para que a violência aconteça.

A respeito disso, a revisão teórica (MACHADO, 2010; BONAMIGO et al., 2008; MICHAUD, 1989) corrobora com a compreensão dos profissionais, uma vez que a relação entre homens e mulheres comporta várias características, sejam elas objetivas e subjetivas. A literatura indica que a relação orienta uma forma de existir, funcionar em si mesmo; ditando limites, acordos e/ou regras que podem utilizar-se da violência para manter seu propósito ou objetivo, mesmo que isso cause transgressões, desconfortos, perturbações e/ou danos a uma das partes.

Esse entendimento de que a violência contra a mulher pode ser percebida através de aspectos subjetivos e objetivos também foi encontrado na descrição da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). O Art. 5º dela versa sobre o entendimento do documento referente à violência doméstica e familiar contra a mulher, indicando que ações, omissões, lesões ou qualquer tipo de sofrimento físico, psicológico, patrimonial ou sexual cometidos contra a mulher em decorrência de gênero, de relação íntima de afeto – independente de orientação sexual - com ou sem vínculo familiar na unidade doméstica ou da família são consideradas

formas de violência contra as mulheres. Isso demonstra que, assim como os profissionais e a literatura encontrada, a Lei Maria da Penha considera o significado da violência contra a mulher de forma ampliada e diversificada para compreender o fenômeno, bem como o contexto desse tipo de violência ser envolvido pelas formas de relações humanas e vinculações afetivas.

Além disso, os profissionais também indicaram que o significado da violência contra a mulher ocorre em função das disputas de poder entre os gêneros:

> "O que eu mais tenho percebido é essa violência da diferenciação hierárquica em relação ao companheiro do sexo masculino." (Adneia, Política de Assistência Social).
>
> "Daquela questão de diminuir a outra pessoa [...] das diferenças que ainda se tem entre homens e mulheres" (Ana Sônia, Política de Assistência Social).

Assim como apresentado pelos autores (ZUMA et al., 2013; SILVEIRA, MEDRADO e RODRIGUES, 2009; GOMES, 2008; LOURO, 1999; SCOTT, 1995; BENETTI *et al*. s/d) os significados atribuídos pelos profissionais correspondem à visualização de padrões identitários para homens e mulheres. A descrição de características, como poder, força, níveis hierárquicos, promovem desigualdades entre os gêneros. Além disso, as construções sociais, culturais e históricas identificam o que se considera como homem e mulher estando envoltas por essas desigualdades e, em alguns casos, se utilizando dessas construções para que a violência se manifeste. Isso foi apontado pela narrativa das profissionais Adneia e Ana Sônia ao descreverem que a manifestação da violência contra a mulher se apresenta pelas características de que quem agride é o homem, devido ao seu poder, sua força e a hierarquia, e quem se submete é a mulher, pela sua condição identitária. Isso ocorre pela desigualdade entre os gêneros.

Deve-se levar em conta que essas esferas históricas e culturais a respeito da construção identitária da mulher brasileira ainda é algo recente. A profissional Ana Sílvia, da Política de Assistência Social, faz menção sobre a legislação do Brasil ainda ser recente em considerar a mulher como detentora de direitos. Exemplos disso são o voto feminino ocorrer somente após 1934 e apenas com a Constituição de 1988 homens e mulheres terem igualdade de direitos. Com isso, a ocupação e reconhecimento desses lugares públicos, da equiparidade em direitos que as mulheres conquistaram no decorrer dos anos, refletem-se na violência contra a mulher. Isso pode ser entendido como uma forma de a cultura machista responder à manutenção da homeostase cultural e social brasileira.

> "É uma resistência do homem a essa autonomia (histórica, social, cultural, política, hierárquica) que as mulheres conquistaram [...] É uma forma de colocar a mulher no seu devido lugar, seja como coisa, seja como propriedade." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

Apesar de os profissionais indicarem as questões culturais e sociais como fazendo parte dos múltiplos fatores que compõem os significados da violência contra a mulher, apenas duas profissionais referiram que esse tipo de violência também ocorre independente da classe social ou econômica:

> "A gente vê até com pessoas próximas [...] numa situação que não conseguem sair e que para acontecer uma violência falta pouco [...] gente inteligente, gente instruída." (Mônica, Política de Saúde)

> "não vai só da pessoa que vive mais humilde, ela vai da mais humilde pra mais bem-sucedida da cidade [...] então a gente acaba vendo que a violência; enfim, ela não escolhe onde ela vai chegar." (Pâmela, Política de Segurança Pública)

Casos de violência contra a mulher em que a condição social e/ou econômica é favorável[7] não foram mencionados por nenhum dos entrevistados como exemplos de atendimentos. Entretanto, isso não quer dizer que esses casos não façam parte do território da cidade. Pelo contrário, eles infelizmente não chegam à rede de serviços públicos com tanta frequência ou incidência. A não ser a posteriori, pois, pela experiência da pesquisadora – que também é uma profissional da rede de proteção e atua diretamente com a demanda de violações de direitos – as situações de separações conjugais com divisões de bens e/ou alienações parentais com os filhos identificam a variedade das classes sociais que a violência contra a mulher abrange. As oficializações das agressões contra as mulheres das classes A, B e B1 passam a ocorrer em disputas judiciais que envolvem os bens dos casais, guardas dos filhos e estipulação de alimentos para estes como descreveu a profissional Priscila da Política de Segurança. Nesse sentido, a revelação da violência ou sua ocorrência passa a estar em função de questões financeiras. Assim, casos com essa especificidade recebem os atendimentos da rede quando as situações de violações ampliam-se para os filhos do casal. Diante disso, a família recebe indicações para acompanhamentos familiares aos serviços especializados da rede de apoio, como o CREAS; pois, dessa forma, as condições sociais passam a ser visualizadas em sua totalidade.

[7] Entende-se como condição socioeconômica favorável famílias pertencentes à classificação de renda segundo Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB 2015. Este se baseia em estimativa para renda média domiciliar: Estrato A (R$ 20.888,00) Estrato B1 (R$ 9.254,00) Estrato B2 (R$ 5.842,00). Disponível em: http://www.abep.org/criterio-brasil.

> "As questões financeiras também geram atritos, separações e fica aquela disputa entre os bens, onde ocorrem xingamentos, ameaças [...] Daí elas (mulheres) vêm denunciar, tem bastante também da guarda dos filhos." (Priscila, Política de Segurança Pública).

A respeito da violência contra mulher perpassar por todas as classes socioeconômicas, Welzer-Lang (2001) afirma que a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico de luta por igualdades entre homens e mulheres, sendo efeito das "vantagens" que foram dadas aos homens. Segundo o autor, essas "vantagens" não se restringem somente em condições econômicas, mas também em privilégios materiais, culturais e simbólicos que foram atribuídos aos homens no decorrer do tempo, conforme cada sociedade. A luta por igualdade frente a essas "vantagens" significa reconhecer e dividir esses privilégios, passando assim os homens a possuírem menos ou a perderem para as mulheres. Nesse sentido, ao aproximar as afirmações do autor com a descrição da profissional Priscila, as separações conjugais e divisão dos bens geram conflitos e agressões entre os casais devido aos homens sentirem a perda dessas "vantagens" quando o patrimônio do casal é dissolvido durante o divórcio e/ou convivência com os filhos é restrita a dias da semana. Nesses casos, a violência passa a ser utilizada para preservar os privilégios concedidos a eles à custa das mulheres. Assim, casais onde a condição socioeconômica é constituída de maior poder aquisitivo e *status* social os privilégios concedidos aos homens são maiores, tornando-se mais evidentes a disputa pelo poder e o uso da violência para a garantia da manutenção das "vantagens".

Outro fator nomeado pelos entrevistados para compor a significação da violência contra a mulher são as demarcações familiares e geracionais da violência. Essas foram consideradas principalmente pelos profissionais que prestam o acompanhamento e/ou orientam as mulheres a buscar pela oficialização da violência: como nos serviços de CRAS, CREAS e Unidades Básicas de Saúde. Vale lembrar que o contexto do trabalho nesses serviços públicos se baseia muito mais em acompanhar as situações, se comparados aos demais órgãos da rede. Com isso, a percepção dos profissionais também se amplia, de forma a visualizar as amarrações e heranças da violência ao longo da história das mulheres e, consequentemente, ao longo da vida da família.

Segundo os profissionais, a violência contra a mulher é passada de geração em geração, como uma prática comum nas relações entre os familiares. Desse modo, quanto mais a violência é utilizada na vida da família, muito mais essa forma de relacionar-se é reproduzida de uma geração a outra; podendo, inclusive, além de causar prejuízos a todos os envolvidos, alcançar a construção de valores morais da cultura familiar.

> "É a reprodução das vivências. A criança vive muito a violência [...] De alguma forma, ela reproduz essa falta de construção de valores, do respeito ao outro [...] Os pais foram violentos, os filhos são violentos com suas esposas; enfim, isso é visível aqui." (Ana Sônia, Política de Assistência Social)

> "São questões da história da família, que entenderam aquilo como normal por gerações." (Adneia, Política de Assistência Social)

> "A gente vê muitas mulheres falando de suas relações desde pequeninhas nas famílias, com os pais. Depois, vai chegando nos casamentos. A gente consegue identificar alguns sofrimentos relacionados a isso; relacionados com a violência contra a mulher." (Fernanda, Política de Saúde)

Nesse sentido, pode-se inferir que essa perpetuação da violência contra a mulher, além de se repetir de geração em geração, auxilia a uma construção da cultura de violência nas relações e na vida das famílias. Isso pode também significar aquilo que Moré (2014, p. 40) nomeou como *anestesias relacionais* quando descreveu que as mulheres não expressam reação frente à violência vivida, principalmente a reação normalmente esperada de medo, revolta, raiva, ação para interrupção da violência em si e/ou do seu ciclo. Essa anestesia pode residir nos significados que foram transmitidos pela cultura da família que não encontraram aberturas para serem questionados, permanecendo anestesiados entre as relações e a violência sendo reproduzida pelas gerações. Com isso, questionamentos sobre o porquê do uso da violência não ocorrem dentro da dinâmica da família. E sem percepção de transformação de significado, as formas de relações violentas ficam paralisadas, repercutindo-se ao longo do tempo, englobando os casamentos, a relação com os filhos, e até com si mesmas.

Ao aprofundar a análise das narrativas das profissionais Ana Sônia, Adneia e Fernanda, pôde-se compreender a violência como um processo naturalizado dentro do convívio familiar e conjugal, em que as relações (pais, casal, filhos) são permeadas por conflitos, agressões e perpetuação da violência no funcionamento das relações familiares. Isso é apontado por Santos e Moré (2011), Moré (2014) e Schrabier et al., (2007) quando descrevem que as mulheres estariam imersas nessas relações não as identificando como violências, mas sim como forma de resolver os conflitos existentes entre os familiares.

Dessa forma, chamou a atenção durante a análise dos dados a compreensão dos profissionais a respeito da vertente relacional defendida por Silveira, Medrado e Rodrigues (2009). Esse significado relacional da violência contra a mulher, além de ter sido expresso nos relatos das profissionais anteriores, também foi expresso por outros entrevistados quando descreveram sobre os atendimentos e acolhimentos realizados às mulheres durante suas intervenções de trabalho.

Nesse sentido, os profissionais que se apresentaram mais sensíveis e perceptíveis a essa dimensão relacional da violência contra a mulher foram justamente nos serviços especializados das Políticas de Segurança Pública e Justiça. Em suas percepções, descreveram o uso do sistema jurídico e da rede pública de atendimento por parte do lado feminino da relação principalmente no trato das denúncias e processos gerados pelo registro e/ou oficialização das violências. Os entendimentos dos profissionais se assemelham com Saffioti (1999) ao descrever que as mulheres buscam por uma "prensa" aos maridos, ao invés de responsabilizá-los pelas violações de direitos sofridas. Esse ponto fica claro na narrativa de Adriele, Priscila e Ana Sônia quando descrevem sobre os registros de boletins de ocorrência, das expedições das medidas protetivas de urgências e de como as mulheres descrevem sobre o uso dessas ferramentas legais durante os atendimentos:

> "Eu deixei ali, porque, qualquer coisa, eu chamo a polícia, e daí eles põem ele (marido) pra fora. Muitas delas se aproveitam, sim, disso." (Adriele, Política de Justiça).
>
> "Tem mulheres que usam a lei pra fazer vingança. Foram traídas e vem aqui denunciar algum crime que não é verdade." (Priscila, Política de Segurança Pública).
>
> "Tem mulheres também que usam, digamos assim, do boletim de ocorrência porque 'eu não tô feliz no relacionamento, mas eu quero sair dele; eu quero tirar vantagem; nesse sentido, eu me utilizo da lei que tá favorecendo a mulher.'" (Ana Sônia, Política de Segurança Pública).

Sobre essa percepção dos entrevistados, pode-se inferir que as próprias mulheres cristalizam os papéis de vítimas e agressores, utilizando-se do sistema público para isso. A partir do momento em que as mulheres denunciam crimes que não são verdadeiros, usam do boletim de ocorrência para beneficiar-se na relação conjugal e/ou mantêm a Medida Protetiva para "controlar" o comportamento do marido. Subentende-se, com isso, que a postura passiva da mulher dentro da dinâmica violenta da relação conjugal – descrita nas correntes teóricas de dominação masculina e patriarcal defendidas por Marilena Chauí na década de 1980 – pode ser questionada.

Se considerarmos a literatura (SILVEIRA, MEDRADO, RODRIGUES, 2009; SAFFIOTI, 1999; DESLANDES, GOMES, SILVA, 2000; OLIVEIRA, COSTA MOREIRA, 2016), esta corrobora que o uso do sistema público e jurídico para dar a "prensa" nos maridos seria a forma como a mulher coloca-se ativa na violência a que está sujeita. Faz-se necessário, assim, visualizar e analisar o contexto da relação conjugal e/ou familiar existente para compreender o episódio de violência contra a mulher, e não continuar a reproduzir uma compreensão dualista e simplificada a respeito desse fenômeno.

No tocante às falsas alegações de casos de violações de direitos contra as mulheres, em reportagem exibida no telejornal local em julho de 2018[8], o delegado responsável pelos casos de violência contra a mulher na cidade pesquisada afirma que 30% dos inquéritos envolvem falsas acusações de violências; sendo, ao final deste, a acusação convertida em desfavor da denunciante. Diante disso, abre-se a possibilidade de refletir o quanto a política pública e a forma como a rede de proteção instaurada na cidade está preparada para acolher, trabalhar e intervir com esses aspectos relacionais existentes na demanda de violência contra a mulher. Já que as conversões do procedimento jurídico e/ou do inquérito policial não atuam de forma resolutiva e/ou preventiva para que essa característica da violência contra a mulher seja trabalhada, mas sim apenas culpabilizando a atitude da mulher sem atribuir nenhum significado, ou melhor, ressignificado sobre ela.

A profissional Ana Sônia, da Política de Segurança, faz uma colocação importante sobre o uso dos dispositivos públicos pelas mulheres. Ela descreve que seria uma minoria de mulheres que registram o boletim de ocorrência para se valerem da lei; não por de fato estarem vivendo uma situação de violência, mas, sim, por terem a oportunidade de um ressarcimento emocional que a frustração do relacionamento conjugal lhe gerou. Pela experiência da profissional, essa relação de amor-ódio dos casais também é incentivada por outros profissionais que orientam as mulheres para perverter seu direito legal.

> "Eu quero me separar, eu registro um boletim que ele tá me ameaçando e aí depois eu digo pra ele assim: 'Olha, eu registrei um boletim contra você, mas se você me deixar com a casa, eu vou lá e retiro o boletim' [...] Às vezes, porque são orientadas, infelizmente, por alguns profissionais."(Ana Sônia, Política de Segurança)

Dessa forma, nos casos em que as mulheres apenas buscam "dar uma prensa no marido", como apontou Saffioti (1999), nada mais é do que uma revanche feminina. Nesse sentido, pode-se compreender que a postura adotada por algumas mulheres em usar dos serviços públicos e se valerem da lei, não para aquilo que foi criada, mas para o reequilíbrio do poder na disputa entre os gêneros e das imposições sócio-históricas e culturais sobre a figura da mulher. Por isso, Oliveira, Costa Moreira (2016) acrescentam e corroboram a consideração dos profissionais, compreendendo a denúncia como ilegítima, não pelo desejo da punição ao agressor, mas pelo desejo de vingança ou intimidação. Dessa forma, a postura

[8] Reportagem: Polícia Civil alerta sobre falsas denúncias de crimes. Balanço Geral. SC: NSCTV, 17 de julho de 2018. Programa de TV. Disponível em: <https://ricmais.com.br/sc/programas/balanco-geral-chapeco/policia-civil-alerta-sobre-falsas-denuncias-de-crime>.

adotada por essas mulheres remete a um ressarcimento por essa dominação masculina e por essa violência simbólica.

Para compreensão de violência simbólica, inspira-se na explanação de Bourdieu (2012) quando considera que essa forma de violência está inscrita nas relações sociais, na adoção de crenças dominantes e incorporadas através de esquemas de pensamentos e valores socioculturais das figuras de homens e mulheres. Essa relação social é baseada na lógica da dominação, que se reproduz de maneira natural, suave; quase invisível, por se propagar através de vias simbólicas de comunicação e conhecimento. Ou seja, a diminuição da mulher é apresentada de forma natural pela cultura, produzindo relações hierarquizadas entre os gêneros, embebidas pela violência simbólica. O fato de algumas mulheres usarem das Políticas Públicas e da rede de proteção seria uma forma de libertar-se dessa violência simbolizada contra a figura da mulher.

Dialogando com Mattos (2009) em *O estigma da puta pobre*, a autora reforça esse entendimento ao descrever sobre a construção social da prostituta percorrendo as imposições sociais e modos de vida produzidos e reproduzidos de uma figura estigmatizada e excluída. A autora considera que as prostitutas "jogam o jogo do qual ignoram as regras" (MATTOS, 2009; p. 175) sem perceberem-se participando da relação e função social no contexto do qual fazem parte. Assim como as mulheres que sofrem violências e buscam os serviços públicos e os profissionais da rede de proteção para repreenderem os maridos, estas não se percebem devolvendo a construção social e cultural que possuem enquanto mulheres; tão pouco quanto sua revanche também é fruto das engrenagens silenciosas da violência simbólica.

Além dos significados já mencionados, vale destacar o apontamento da profissional Ana Sílvia sobre uma dessas engrenagens silenciosas: a influência da religião na visualização da figura da mulher. Esse destaque está sendo feito pelo fato de a percepção ter sido considerada apenas por ela como uma possível explicação. Ela refere que, em sua família, a religião teve uma valorização importante a ponto de, em determinado período, ter dedicado estudos na área religiosa. Com isso, pode-se acrescentar aos significados da violência contra a mulher a influência religiosa da figura feminina. A visão bíblica sobre a história de Adão e Eva elucida perfeitamente essa influência que a religião exerceu sobre o olhar que destinou a mulher como sendo pecadora e não confiável, necessitando, por causa disso, ser castigada.

> "Vem também da igreja, da católica, que eu conheço mais [...] cumpriu um papel também muito importante nessa submissão das mulheres [...] Segundo a Bíblia, foi a Eva que levou o Adão a pecar." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

Nesse sentido, vale resgatar a compreensão de Bourdieu (2012), que refere que os principais alicerces que sustentam e reproduzem a dominação masculina são: Igreja, Estado, famílias e a escola. No tocante às instituições, o autor destaca que o mais importante é analisar como o domínio instaurado por essas instituições se movimentou ao longo dos períodos históricos. Ele coloca que a família reproduziu a visão masculina dominante e a divisão do trabalho entre os gêneros; a Igreja inscreveu a negatividade intensa sobre o feminino, agindo de forma simbólica nas estruturas inconscientes dos fiéis; e a escola transmitiu os pressupostos da cultura patriarcal instituída.

Com isso, pode-se perceber o quanto a violência simbólica sobre a mulher é marcante e impregna as demais formas de violências (psicológica, moral, sexual, física, econômica, doméstica, familiar). Talvez isso ajude a compreender a importância apontada pelos profissionais quando descrevem que a violência contra a mulher é muito mais do que aquela visível, estando ainda submersa nas relações sociais, penetrando e envolvendo as mulheres a ponto de aprisioná-las em um círculo repetitivo e vicioso em seus relacionamentos ao longo da vida.

Durante a análise das entrevistas, foi possível perceber que apesar da maioria dos entrevistados compreenderem as várias formas de expressão da violência contra a mulher, eles destacaram um tipo em específico: a violência psicológica. Esta pareceu deter uma significação maior para compor a dimensão das demais formas de violências contra as mulheres. As narrativas dos profissionais Fernanda, Ana Sônia, Pablo e Ana Simone sintetizam essa dimensão, representando, de certa forma, o núcleo da violência cotidiana, daquela violência rotineira contra a mulher; mesmo que venha acompanhada dos outros tipos: violência física, sexual, moral e patrimonial.

A forma como foi expressa pelos profissionais aponta a nuance que essa forma violadora pode conter – seja através das palavras diretas e/ou não ditas, mas compreendidas pela espiral crescente de acontecimentos violentos contra as mulheres – e que muitas vezes passa encoberta pela capa da cultura, das influências familiares e sociais.

> “A violência verbal, psicológica, esse tipo de agressão que não é física é muito forte [...] Essa agressão psicológica, muitas vezes, parece que ficam mais marcas [...] Geralmente essa dói mais. Muitas pacientes não conseguem se libertar e se mantêm.” (Fernanda, Política de Saúde)

> “Eu acho que a violência é muito camuflada, talvez pouco divulgada na questão da violência psicológica.” (Ana Sônia, Política de Assistência Social)

> “A mulher, ela começa a aceitar aos pouquinhos, ela vai aceitando [...] Ela não percebe no primeiro momento que vai sendo uma violência [...] Tem muitos casos que começa

> devagarzinho, e a mulher só se dá conta quando já começa a ser uma violência física." (Pablo, Política de Segurança Pública)
>
> "Muitas mulheres, elas dizem que ele sempre foi violento verbalmente [...] Ela não consegue perceber isso como uma violência, e nem as palavras pejorativas como violência, então ela acha que é normal." (Ana Simone, Política de Segurança Pública)

Nesse sentido, essa violência rotineira sofrida pelas mulheres, que os entrevistados nomearam como violência psicológica, parece se aproximar de outro fenômeno social como o racismo. De forma geral e resumida[9], entende-se racismo como um conjunto ideológico que se manifesta de diferentes formas para segregar e oprimir grupos humanos conforme sua raça, baseando-se em ideias preconcebidas referentes a esses grupamentos (OLIVEIRA, MENEGHEL, BERNARDES, 2009). Essa aproximação pode ser considerada diante do fato de que tanto a população negra como as mulheres ainda sofrem discriminações das heranças culturais e sociais segundo o critério de raça e gênero, respectivamente. No artigo *"Racismo no Brasil: Tentativas de Disfarce de uma Violência Explícita"*, Nunes (2006) expõe que para a população negra brasileira não lhe foi negado o direito de ser livre, mas lhe foram negadas as condições dignas de viver; muito atreladas às práticas racistas explícitas ou não. A autora ainda complementa que mesmo diante do país amenizar a presença do preconceito e da discriminação social, ainda são visíveis as manifestações de racismo no cotidiano da vida social brasileira. Complementando a autora; Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009) descrevem que o racismo e o sexismo potencializam os aspectos da violência, uma vez que se acumulam nas práticas cotidianas e instauram-se como discursos sociais legítimos e hegemônicos segundo critérios do contexto do qual fazem parte.

Ainda sobre essa aproximação, vale destacar a narrativa do profissional Elias, da Política de Saúde. Durante a entrevista, o comparativo foi descrito pelo entrevistado quando lhe foi questionado sobre como combater a violência contra a mulher. De forma espontânea, ele descreve a dificuldade de prevenção dessa violência, assim como é difícil minimizar o preconceito destinado à população negra:

> "É difícil combater [...] tão difícil quanto em outras situações, como o preconceito com o negro. Quanta gente vem batendo nessa tecla, e a gente não tá resolvendo. O preconceito ainda existe, então temos que evoluir muito ainda sobre isso, principalmente enquanto sociedade." (Elias, Política de Saúde)

[9] Para maior aprofundamento nos estudos sobre racismo, ver a Dissertação: "Violências contra mulheres e interfaces com o racismo: o desafio da articulação de gênero e raça". SILVA, T. M. da 2013. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/pos/contents/pdf/bibliovirtual/dissertacoes-2013/dissertacao-terlucia-maria-da-silva-ppgcj.pdf

Nesse sentido, o processo discriminatório presente no racismo parece verter da mesma fonte que a violência psicológica nomeada pelos profissionais. Os entendimentos de que essa violência contra a mulher se expressa "devagar", à surdina, quase que imperceptível para quem a sofre; remetem à forma como se desenvolve o racismo através das pesquisas apontadas por Nunes (2006) e Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009). Vale relembrar que o funcionamento dessas questões sociais se baseiam pela violência simbólica instituída a essas duas classes sociais; auxiliando, assim, a naturalização da discriminação entre as raças e entre os gêneros. Além disso, essa violência simbólica promove uma forma de relacionar-se com o outro (independente se for mulher ou negro) sustentada por ideais hegemônicos e hierárquicos das relações.

A respeito da violência psicológica praticada contra as mulheres, ao analisar estudos que problematizam sobre essa questão (SILVA, COELHO, CAPONI, 2006; SCHRAIBER *et al*, 2006; KRONBAUER, MENEGHEL, 2006) destaca-se que a mensuração dessa forma de violência é considera de difícil acesso, uma vez que a manifestação é variada conforme a cultura, sendo expressa em sua maioria por palavras, xingamentos, ameaças e subjetivações nem sempre claras; estando sobreposta ou antecipando outras formas de violências mais severas, como a violência física e sexual, minimizando, assim, sua visibilidade tanto para quem a sofre (mulheres) como para quem atua sobre ela (profissionais). Além disso, as pesquisas corroboraram a descrição dos profissionais anteriormente citados a respeito de que nem sempre as mulheres reconhecem a violência da qual sofrem, banalizam e justificam as agressões dos maridos e/ou companheiros íntimos por longa data.

Na pesquisa de Silva, Coelho e Caponi (2006) intitulada *Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica*, esse silêncio da violência psicológica se apresentou gritante. Para o estudo, os autores pesquisaram o programa anterior ao CREAS, nominado Centro de Atendimentos a Vítimas de Crimes (CEVIC) em Florianópolis, que se destinava a acompanhar famílias e indivíduos encaminhados pela Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) da cidade. Foram analisadas mais de 1200 fichas cadastrais para levantamento dos tipos de violências sofridas por mulheres, e entrevistados homens e mulheres que se dispuseram a participar do estudo entre os anos de 2000 e 2001. A análise dos autores indicou que a violência psicológica se inicia lenta, progredindo e intensificando suas consequências. Na maioria das vezes, a violência física não é utilizada nas primeiras manifestações, mas, sim, quando a mulher se encontra em estado avançado de humilhação, constrangimento, desmerecimento, ao ponto de tolerar

agressões posteriores. Assim, pode-se subentender que a violência psicológica abre portas para as demais formas de violações contra as mulheres.

Apesar de essa pesquisa ter sido realizada há mais de 10 anos no estado, mostra-se muito atual, vindo ao encontro com a descrição do profissional Pablo, da Política de Segurança. Em sua descrição, ele faz uso da metáfora do sapo na panela de água morna que vai esquentando aos poucos, desvelando como a violência contra a mulher se instaura, ocorrendo de forma gradual e agravando-se conforme acontece. Isso ocorre ao mesmo tempo em que passa despercebida por quem faz parte dela, sobrepondo as manifestações violentas e naturalizando-as com o passar do tempo:

> "Se você pegar um sapo e colocar ele numa panela de água fervendo, ele vai pular fora. Agora, se você colocar o mesmo sapo numa água normal e começar a aquecer essa água, ele não vai sair dali, ele vai morrer ali cozinhando." (Pablo, Política de Segurança Pública)

Com essa descrição, pode-se acrescentar que "os sapos" não necessariamente são apenas mulheres, mas também homens cozinhando nessa panela de violência. Vale resgatar o embasamento teórico de Zuma *et al.* (2013) ao considerar que no tocante a violações de direitos que envolvem gêneros, quem a pratica, também a sofre; pois homens e mulheres estão aprisionados em padrões identitários masculinos e femininos ditados pela sociedade, cultura e historicidade da qual fazem parte.

Sobre isso, alguns profissionais indicaram em seus entendimentos sobre a temática que tanto mulheres como homens necessitam de intervenções ou ações externas para (re)significar seu papel dentro da sociedade, da família; reformulando, assim, o entendimento sobre si mesmo no tocante às identidades sociais e, ainda, sobre as razões em usar da violência contra a mulher como uma resolução de conflitos entre os gêneros:

> "Eles (homens) precisam entender que isso vem passando de pai para filho, de avô; de geração em geração masculina [...] Eles estão também em conflito, estão também perdidos com essa libertação das mulheres." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

> "O agressor, ele não assume que ele precisa de ajuda também; tanto a mulher quanto o homem precisam." (Pablo, Política de Segurança Pública).

> "Esses homens que são assíduos nesses encontros do Fórum e que realmente levam a sério essa reflexão, o índice de reincidência nesse tipo de violência é muito baixo."(Adriele, Política de Justiça)

Neste último comentário, a entrevistada se refere ao grupo de apoio aos homens sentenciados pela Vara de Violência Doméstica da comarca da cidade a frequentar os encontros reflexivos devido ao cumprimento da sentença em função das agressões perpetradas. Esse grupo de apoio aos homens é desenvolvido pelo núcleo psicossocial do Fórum, e as reuniões se destinam a oportunizar um espaço para refletir sobre os motivos que os levaram a agredir em função do gênero.

Nesse sentido, a revisão de literatura (DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000; SILVEIRA, MEDRADO, RODRIGUES; 1999; SAFFIOTI, 1999) corrobora os apontamentos realizados pelos profissionais a respeito das dificuldades, tanto de homens quanto de mulheres, em lidar com as diferenças entre os gêneros; usando da violência para realocar os papéis masculinos e femininos instituídos histórica e culturalmente. Dessa forma, ambos necessitam de espaços e de oportunidades para reformular seus entendimentos sobre ser homem e ser mulher na contemporaneidade.

Essa compreensão é reforçada por Bourdieu (2012). O autor aponta que a dominação masculina, ao mesmo tempo em que apresenta privilégios aos homens, oferece igualmente um peso grande a eles: serem prisioneiros da sua própria construção social. É imposto ao homem o dever de afirmar constantemente sua virilidade, temendo reconhecer e/ou assumir elementos ditos femininos, como a angústia e a vulnerabilidade.

Dialogando com Bourdieu, Welzer-Lang (2001) também defende que a construção do masculino perpassa o mesmo processo cristalizado da identidade feminina. O autor acresce à discussão indicando uma aprendizagem social para os gêneros. No tocante aos homens, desde cedo se estabelece aos meninos a ideia de que (um verdadeiro) homem deve repudiar aspectos que se aproximam das mulheres, ocupando um habitat da masculinidade dominante: "*a casa-dos-homens*" (p. 463). Nesse espaço simbólico, cultural, histórico e de gênero, permeiam as referências e ritos que definem o homem com "H"; além de oferecer a transmissão da aprendizagem em cada etapa da construção do masculino na vida dos homens.

Dessa forma, os serviços e Políticas Públicas devem se manter atentos para acolher esse indicativo e, consequentemente, apresentarem propostas concretas para trabalhar a (re)aprendizagem dos gêneros. Encontrar alternativas para além do grupo reflexivo sentenciado pela Justiça e/ou grupos destinados a mulheres como no CREAS, mas também ampliando as discussões de gênero nos programas e projetos dos serviços básicos já existentes: Saúde do Homem – PNAISH (BRASIL, 2009); Saúde da Mulher – PNAISM (BRASIL, 2004) e PAIF (BRASIL, 2012).

Apesar de a perspectiva de gênero ter marcado significativamente a atenção à violência na área da saúde, principalmente no campo de direitos sexuais e reprodutivos, como afirmam Sarti, Barbosa, Suarez (2006), ainda assim as diretrizes e documentos públicos não contemplam discussões ou reflexões sobre o entendimento dos gêneros – significações a respeito do ser homem e/ou mulher – nos programas e serviços desenvolvidos com os usuários das Políticas Públicas. Isso vai de encontro ao que é colocado na Lei Maria da Penha (BRASIL, Lei 11.340/06), a qual cita como uma de suas diretrizes que a prevenção da violência contra a mulher ocorra através de capacitações permanentes dos profissionais atuantes nas Políticas Públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, Judiciários, Ministério Público, Segurança, Guardas Municipais, Bombeiros) quanto às questões de gênero e de raça/etnia.

As significações apresentadas pelos profissionais da rede de atendimento nas diferentes Políticas Públicas da cidade do oeste catarinense versam sobre dimensões multifatoriais. Mas... e quanto a outras regiões do país e do mundo?

Sobre a realidade brasileira, a pesquisa de Schraiber *et al*. (2007), além de corroborar com os significados e características nomeadas pelos profissionais entrevistados, acrescenta que as violências se estendem à saúde física, psicológica e reprodutiva das mulheres, podendo permanecer mesmo após a violência cessar. O estudo comparou duas regiões distintas brasileiras: uma região da cidade de São Paulo e outra no interior da Zona da Mata de Pernambuco, entrevistando mulheres de 15 a 59 anos[10]. Em geral, a localidade rural (54%) apresentou taxas de violência mais elevadas que a urbana (46%), sendo ao menos uma forma de violência por parte dos parceiros íntimos realizadas contra as mulheres. Em relação às diferenças principais entre as duas regiões, destacam-se os aspectos culturais e sociais locais. No meio urbano, há maior facilidade de acesso às Políticas Públicas e aos serviços de suporte, além do fato de a presença de movimentos por direitos das mulheres serem mais efetivos na cidade do que no campo.

A realidade para as mulheres latinas também não difere das mulheres brasileiras. De acordo com Sagot (2009), a violência contra a mulher é um componente estrutural das opressões de gênero, sendo um dos meios mais efetivos de controle sobre as mulheres. Segundo a autora, as investigações realizadas na América Latina apontam que mais de um quarto das mulheres já afirmaram ter sofrido algum tipo de violência desde os 16 anos. A

[10] Maiores detalhes sobre a metodologia e amostragem para a pesquisa ver SCHRAIBER, Lilia Blima *et al* . Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, Oct. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014&lng=en&nrm=iso.

família é apontada como o grupo mais violento, em que as relações familiares, de afinidade ou convivência são responsáveis por perpetuar os atos violentos, concentrando-se na figura do companheiro.

Em conformidade com os achados de Sagot, Gherardi (2016) acrescenta que o que mais mobilizou as sociedades latino-americanas e os movimentos feministas foram as violências extremas praticadas contra as mulheres: os feminicídios. Esses são cometidos contra mulheres diversas: adolescentes, jovens e adultas, na cidade e no campo, com diversas profissões e condições socioeconômicas. Esse tipo de crime alcançou taxas elevadas em países como Honduras, El Salvador, Guatemala e República Dominicana. Diante disso, os Estados aprovaram leis específicas sobre feminicídios e/ou agravação das penas sobre esse crime.

O contexto latino-americano aproxima-se em partes com a realidade das mulheres iranianas. Segundo Tohidi (2016) em seu artigo *"Direitos das mulheres e movimentos feministas no Irã"*, a situação das mulheres e de seus direitos no Irã, Oriente Médio e Norte da África percorrem uma trajetória de ativismo feminista e movimentos femininos paradoxais e complicados. A autora apresenta que muitos fatores moldaram esse cenário contraditório[11] influenciando as políticas e os discursos nacionais sobre os direitos das mulheres e as questões de gênero. Apesar de as mulheres iranianas obterem sucessos nos campos da educação, criação científica, literária e, até certo ponto, na participação sociopolítica, não conseguiram direitos iguais nas questões familiares (herança, casamento, divórcio e custódia de filhos), ficando, assim, o ambiente familiar e as relações de gênero sob o controle do clero e das autoridades religiosas. Esse controle alcança sua expressão máxima pelas práticas discriminatórias sobre a sexualidade e o corpo da mulher. Castigos, apedrejamentos, mutilações sexuais femininas, e o uso do *hijab* (véu obrigatório) reforçam a violência e a subjugação das mulheres.

Em contrapartida, as mulheres iranianas continuam a resistir e a buscar por seus espaços de igualdades e de direitos. Por trás do véu, encontram-se mulheres que contornam a discriminação do gênero pelo que Tohidi (2016) denominou como *"poder da presença"* (p. 80). As mulheres do Irã buscam envolvimentos com as práticas diárias da vida: trabalhando fora de casa, na prática de esportes, dirigindo ou concorrendo a cargos públicos; fazendo-se presentes em outras áreas cotidianas que até então não estavam inseridas.

[11] Os principais versam sobre: padrões patriarcais da cultura iraniana, influências religiosas islâmicas, tendências ideológicas anti-imperialismo e, mais recentemente, a globalização e os direitos humanos.

A aproximação da violência vivida por mulheres na América Latina e no Oriente Médio refere-se ao contexto cultural no qual estão inseridas, tendo a família como seu maior representante. A maior parte das agressões provém do núcleo familiar e/ou por costumes sociais destinados ao papel de homens e mulheres. Isso significa afirmar que a violência doméstica afeta as mulheres do mundo todo, reafirmando o que Bastos, Ramos e Silva (2007) consideram como um problema social que atinge diferentes estratos das sociedades cada vez mais multiculturais.

Mas qual a relação entre a cultura e a violência? Como essa relação se organiza para emergir em cada sociedade? Esses questionamentos refletem a compreensão para o conceito de cultura que, segundo Morin (apud BASTOS, RAMOS E SILVA, 2007), é coprodutora da realidade dos indivíduos. Essa produção, além de ser influenciada pelos aspectos fisiológicos, psicológicos, históricos e sociais, reproduz conhecimentos que hierarquizam ideias e informações sobre a construção social da realidade. Ou seja, no caso da violência contra a mulher, a produção sobre o que é considerado como violência está intimamente ligada ao que é atribuído em cada sociedade como violento. A (re)produção desse tipo de violência varia de acordo com os aspectos socialmente aceitos da realidade dos indivíduos (hábitos, costumes, crenças). Assim, o entendimento para a violência contra a mulher não é estático, mas se transforma conforme mudam os valores e as atitudes daquela sociedade, como as considerações a respeito da violência contra as mulheres na América Latina e no Oriente Médio.

Dessa forma, isso vem ao encontro com a descrição da socióloga Luiza Helena Bairros realizada para o *"Dossiê Violência Contra as Mulheres"* [12] , o qual resume muito bem a relação entre a violência e a cultura. Bairros considera que a violência não cria a cultura, mas é a cultura que estipula o que seja considerado como violência, em maior ou menor grau, dependendo do ponto de vista da sociedade humana, da compreensão do que seja dito como prática violenta ou não.

Nesse sentido, as significações que emergiram nas narrativas dos profissionais da rede de atendimento nas diferentes Políticas Públicas da cidade do oeste catarinense versam sobre dimensões multifatoriais. Dentre elas, se destacaram as demarcações culturais, familiares, hierárquicas entre os gêneros, a naturalização da violência e na relação conjugal.

[12] O "*Dossiê Violência contra as Mulheres*" é uma iniciativa do Instituto Patrícia Galvão, criado em 2015 para apoiar a produção de notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres no Brasil. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/

Na próxima seção, serão apresentados os significados atribuídos pelas mulheres que frequentaram o grupo de acompanhamento psicossocial realizado no CREAS I e, ainda, serão contempladas aproximações e particularidades apresentadas pelas participantes.

4.4.2 Os significados atribuídos pelas mulheres em situação de violência

Esta categoria versa sobre os significados a respeito da violência contra a mulher atribuídos pelas mulheres que participaram do grupo psicossocial realizado no CREAS I, no ano de 2016. Essas participantes descreveram suas vivências de violências, experiências, sentimentos e as relações intrafamiliares. Em suas descrições, podem ser percebidas aproximações nos significados atribuídos pelos profissionais, assim como a possibilidade de aprofundamentos sobre esses entendimentos, não apenas ligados às demarcações referentes a sua complexidade – sociais, históricas, culturais, familiares, relacionais, diferença entre gêneros – mas também em suas dimensões subjetivas, que apenas quem vive esse tipo de violência pode significar e narrar .

Dentre as percepções de proximidade no significado da violência contra mulher, tanto para os profissionais como para as mulheres do grupo, as que mais se destacaram foram as dimensões familiar, relacional e geracional da violência contra a mulher.

> "Sempre meu marido foi muito agressivo. Eu era submissa a ele porque aprendi assim, com minha mãe, com minha avó, que depois que casasse tinha que ficar com aquele, não podia ficar pulando de marido em marido." (Begônia, 3º grupo)

> "Quando minha mãe faleceu, uma semana antes de morrer, ela foi lá em casa e me disse que sabia tudo que eu sofria, que eu apanhava, mas que eu tinha que aguentar." (Hortência, 11º grupo)

> "Eles (pai e mãe) não se metiam, porque sabe essas coisas de marido e mulher, e a gente foi criado assim. Eu era ingênua, aquele menininha que só sabia trabalhar, e casei e continuei naquele ritmo. Eu fui criada sempre trabalhando, sem ter ninguém pra ter uma orientação diferente do que é hoje." (Begônia, 7º grupo)

Nessas descrições, fica clara a inferência sobre a posição feminina ocupada tanto na vida da família de origem como na vida da família atual. Assim como suas mães, as mulheres do grupo de apoio reproduziram os papéis femininos impostos histórica, social e culturalmente às mulheres da família. Essa condição social e familiar da figura feminina foi percebida e significada como natural, em que a mulher, para tornar-se mulher, deveria ser subjugada nos relacionamentos, com pouca possibilidade de reação e/ou enfrentamento, assim

como descreveu Hortência sobre o "conselho" da mãe em ter que aguentar as agressões sofridas.

Com isso, as violências vividas no casamento também seguiram essa lógica de entendimento e, de uma forma gradual, condicionada, frequente e reproduzida através das gerações. Desse modo, o significado da violência passa a ser uma condição da vida feminina para essas mulheres, podendo levá-las a aceitar as relações abusivas. Dessa forma, as relações ocorrem amortecidas, anestesiadas, como considerado por Moré (2011).

Além disso, acrescenta-se a indicação de Schraiber *et al.* (2007) quando os autores apontam que as mulheres não se percebem vivendo em uma relação de violência, mas, sim, do uso da violência para resolver conflitos conjugais, onde esse entendimento foi reforçado a priori através da família.

As significações da violência contra a mulher começam a ocorrer desde a infância na vida das mulheres. Em suas narrativas, as participantes Begônia e Hortência descreveram como a família se destacou para que os entendimentos a respeito da violência no casamento e entre os familiares fosse apreendido e naturalizado. Em grande parte, essa naturalização ocorreu pela cristalização da forma de se relacionar entre os gêneros, gerando, assim, relações conjugais permeadas por violências e conflitos para resolução dos problemas da vida conjugal e da vida em família como um todo. Com isso, a percepção dessa forma de "funcionar" nas relações generalizou-se ao longo da vida das participantes. Orquídea e Margarida indicam as significações que esse tipo de violência imprimiu em suas vidas não apenas como um relacionamento natural dos pais e da vida conjugal, mas também impactando no entendimento enquanto condição de existir como ser humano, sem atribuição de valor ou reconhecimento, como descreveu Hortência quando menciona o desvalor sobre si.

> "Quando eu era pequena, meus pais sempre foram assim, e eu achava que era normal viver assim com brigas, era normal viver assim." (Orquídea, 16º grupo)
>
> "Tu fica nisso uma vida, e daí isso faz com que você pense que é assim mesmo, que você não tem direito em nada." (Hortência, 1º grupo)
>
> "Com o pai, eu vivi 9 anos, e 20 com o marido, de revólver, dando tiro antes de chegar em casa." (Margarida, 11º grupo)

Assim como descrito na revisão bibliográfica (D'OLIVEIRA, SCHRAIBER, 1999; GROSSI, 1994; SANTOS, MORÉ, 2011), o uso da violência se apresenta como uma saída para resolver os conflitos da cena conjugal. Ao ampliar a análise sobre essa resolução, observa-se um aprendizado sendo transmitido aos filhos e filhas. Este envolve a relação entre

os gêneros, a hierarquia que se estabelece entre eles e o papel ocupado por cada um. Além disso, nas descrições das participantes, fica subentendido que as relações com a família de origem e, posteriormente, com os maridos foram impregnadas por vazios, falta de perspectivas ou alternativas para sair dessa condição de violência.

Dessa forma, os achados das significações da violência vivida pelas mulheres do grupo corroborou com Rodrigues *et al.* (2016) ao descrever que as relações entre homens e mulheres não são dadas, mas construídas segundo parâmetros de desigualdade entre os gêneros. Essa construção ocorre recebendo as influências da convivência familiar e do contexto de violência entre seus pais. De modo geral, a família estrutura sua convivência com base nesses conflitos passados de geração para geração como um legado familiar, naturalizando, assim, as formas violentas de se relacionar.

Dessa forma, cabe estabelecer um paralelo com o entendimento de Welzer-Lang (2001) quando descreve sobre o processo da aprendizagem social do gênero masculino em que os meninos habitam e frequentam a "casa-dos-homens" para tornarem-se homens. As descrições das mulheres do grupo apresentaram o lócus do papel feminino – seja na família, enquanto meninas, e no casamento, quando adultas. A construção social para tornar-se mulher compreende uma mulher que não contradiz a cultura machista e dominadora das relações entre os gêneros, que mantém a hierarquia entre eles e ensina as significações sobre seu próprio corpo e sexualidade como foi indicada nas narrativas a seguir. Além disso, os papéis atribuídos às mulheres circulam entre filhas, mães, esposas, prostitutas e adúlteras, posições estereotipadas assim como coube aos homens quando aprenderam a definir seu *status* masculino (machão, viril, viado, provedor, dominador).

> "Minha mãe também não me explicou essas coisas (menstruação, namoro). Nós éramos em três irmãs e nove irmãos. Pensa que meu irmão casou com 26 anos e, quando foi para casa dele, a mulher estava nos dias, e ele quis devolver para o pai dela porque ela era prostituta e saía com os homens." (Hortênsia, 7ºgrupo)

> "A mãe não conversava sobre essas coisas com a gente. Se tu vai falar com ela de alguma coisa assim, tipo menstruação, ela fica quieta e sai de perto, vira as costas." (Begônia, 7º grupo)

> "Eu tive que contar que fiquei menstruada, e eles (família) falaram que eu estava saindo com os guris lá no rio, nem um chá quente eles fizeram, tanto que depois eu tive que fazer tratamento quando tinha 16 anos, porque minha menstruação não veio mais [...] me senti humilhada, porque eu não estava fazendo nada, não sabia nem o que estava acontecendo, e eles acusando a gente que estava fazendo sem-vergonhice." (Gérbera, 7º grupo)

As narrativas de Hortência sobre a devolução da cunhada e a de Gérbera sobre ser rechaçada por familiares ao se descobrir mocinha esclarecem essa estereotipia dos papéis atribuídos às mulheres. Como descreveu Welzer-Lang (2001), se para os homens a cada etapa da construção do masculino foi apreendida pelo grupo de pares – os mais velhos iniciavam os mais novos – pode-se considerar que para as mulheres participantes essa iniciação ocorreu através do grupo familiar. A família apresenta-se como lócus da construção do gênero feminino para as mulheres do grupo, concentrando não apenas os moldes que produzem os entendimentos sobre ser mulher, mas também carrega as demais influências que fazem parte da sociedade e da cultura.

Assim, a tradução das participantes sobre a construção do gênero feminino considerou essa cultura machista prevalecendo no imaginário social do homem e da mulher. Além disso, a distorção sobre o corpo e o universo feminino é permeada pelo senso comum, culpabilizações e pelo não-dito dos tabus familiares.

Ainda sobre a cultura machista, estigmas do corpo e da sexualidade feminina, a literatura (LOURO, 2013; WEEKS apud LOURO, 1997; FOUCAULT, 2007) complementa que os corpos ganham sentido socialmente adquiridos sobre inscrições de um contexto da cultura da qual fazem parte, carregando suas marcas, estigmas, diferenças entre gênero, classe, raça, etnia etc. Vale resgatar que essa construção do gênero feminino não é exclusividade das mulheres do grupo psicossocial. Como mencionado anteriormente sobre a realidade das mulheres da América Latina e do Irã, esses entendimentos a respeito do lócus feminino, da forma como a mulher deve exercer sua sexualidade e perceber seu corpo, também se estendem a outras culturas e sociedades, em que o aprendizado sobre o gênero é tido como tabu familiar e social.

Nesse sentido, Foucault (2007) esclarece que as relações de poder encontram-se na normalização da conduta de mulheres e homens desde a infância e na produção de saberes sobre suas sexualidades e seus corpos assim como o que foi narrado pelas participantes. A constituição desses corpos inclui sua condição biológica, além das dimensões psicológicas, culturais e sociais, presentes no aprendizado que se dá ao longo da trajetória de vida das pessoas. Desde a infância, e especialmente durante a juventude, cada trajetória biográfica tem de dar conta do pluralismo de discursos oriundos das instituições e redes de pertencimento: família, escola, amigos, comunidade religiosa etc. Esses discursos normativos definem como os corpos se relacionam com o gênero e também com o exercício da sexualidade.

No caso das participantes do grupo, os discursos normativos que mais prevaleceram foram os da família de origem, principalmente pelas falas das mães e irmãs mais velhas, que apresentavam as explicações sobre “as regras”, “o modess”, as consequências sobre namorar e engravidar. Mesmo quando essas orientações aconteciam, eram acompanhadas por mitos, ficando incompletas, deixando “coisas” subentendidas diante da força dos tabus familiares e sociais; oportunizando lacunas que foram preenchidas com a imaginação e a fantasia das mulheres que, na época, eram meninas.

> “Quando fiquei menstruada, não era assim que eles chamavam, tinha outro nome, ‘regras’ minha mãe falava [...] Eu lembro que ela foi no mercadinho, onde ela comprava a prazo, e comprou os absorvente; me lembro que a marca era *Ella* e era um pacote bem estranho assim. Mas quando veio a primeira vez, que desceu, a minha mãe sentou e explicou pra gente o que acontecia, que iria vir uma vez, que se eu mantivesse contato com um homem podia engravidar. Eu achava que contato fosse só um beijo. Minha mãe falou que meu lado menina tinha ficado para trás, que agora eu era moça. Ela só não falou o que era uma relação sexual, né?!” (Margarida, 7º grupo)

> “Quando eu fiquei menstruada, minha mãe não explicou nada, mas eu conversava muito com uma irmã minha; nós dormíamos juntas e, quando eu tinha quase 11 anos, ela me explicou que iria descer sangue; e quando fiz 11 anos, iríamos viajar; daí eu disse para minha irmã que não iria ir junto porque estava saindo sangue, e minha irmã me arrumou uns paninhos de algodão, na época não tinha modess, essas coisas que tem hoje [...] Minha mãe ficou sabendo só cinco anos depois, porque eu tinha muita vergonha de contar. No dia que me formei na 8ª série, eu estava menstruada, e minha mãe e meu pai ficaram sabendo.” (Begônia, 7º grupo)

> “A mãe não falava com a gente sobre essas coisas. Quando eu comecei a namorar, nós namorávamos de longe, com os irmãos por perto. Um dia, meu namorado colocou a mão na minha perna, e minha mãe viu. Ela disse que não era para deixar, porque tinha que se dar o respeito.” (Dália, 7º grupo)

> “Eu também demorei anos para beijar meu namorado, porque eu namorava assim de longe, tinha que ser na frente dos meus pais e com meus dois irmãos no meio da gente.” (Gérbera, 7º grupo).

Sobre esses achados das narrativas das mulheres, Vieira (2005) descreve em seu artigo “*A identidade da mulher na atualidade*” sobre a sexualidade como construção cultural em que a família se apresenta como o primeiro dos grupos sociais que irá influenciar a construção dos gêneros. A autora ainda reforça que certos tabus cristalizados são estendidos às questões sexuais em geral, mas de modo muito mais rigoroso ao gênero feminino e à sua sexualidade, que, historicamente, têm sido alvos frequentes da repressão e dos cuidados morais da sociedade em geral. Com isso, o estudo corrobora que o ambiente e as relações familiares serão os primeiros responsáveis pela definição de modelos identitários, não apenas para representações de gênero, mas também para a reprodução cultural de valores e de princípios morais e sexuais de cada pessoa.

Dessa forma, pode-se inferir que além dessas descrições das mulheres de como viveram suas sexualidades e construções do corpo com a família, possibilidades de consequências puderam ser percebidas referentes à repressão com que os assuntos eram tratados. As participantes mencionaram abortos entre as gestações, principalmente para aquelas em que a repressão familiar moldava o entendimento sobre questões sexuais e corporais. Mesmo possuindo motivos diversos para que os abortos ocorressem, a fala da participante Begônia esclarece muito bem essa repressão e contextualiza como o discurso familiar foi transmitido de uma mulher para a outra a respeito do seu corpo e da sua sexualidade e, ainda, contextualiza sobre possíveis desdobramentos para a saúde reprodutiva da mulher.

> "Eu tive dois abortos e não tive dieta, porque eu contei pra minha mãe, e ela disse para eu pedir para minha sogra que teve abordo, porque minha mãe não falava isso com a gente, né?! Aí eu fui pedir para minha sogra, e ela disse que não precisava fazer nada. Então, eu passei os dois abordos e continuei indo na roça os 40 dias, sem parar, sem me cuidar" [...] Depois eu tive outro aborto. E nos três primeiros meses da gestação dos meus filhos que nasceram, eu tive que ficar internada para não abortar também. Depois eu tive que tirar o útero e os ovários, e a dor de cabeça que tenho até hoje é dessas dietas não curadas." (Begônia, 7º grupo)

Diante disso, abre-se espaço para problematizar uma possível relação entre a violência doméstica e a saúde reprodutiva das mulheres que sofrem violência. Alguns estudos (SCHRAIBER et al. 2007; SANTOS et al. 2010; DINIZ et al. 2011; GOMES et al. 2012) apontam a gravidez como fator de risco para a ocorrência de violência doméstica, destacando-se suas consequências: o abortamento, a natimortalidade, a hemorragia pré-natal, o sangramento anômalo, a ruptura prematura da membrana e outras. Com relação à saúde reprodutiva, algumas pesquisas (GOMES *et al*. 2012; SANTOS *et al.* 2010; DINIZ *et al.* 2011) têm evidenciado que a violência contra a mulher encontra-se associada a dores pélvicas crônicas, doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) e doenças pélvicas inflamatórias, gravidez indesejada e abortos (provocados e espontâneos).

Corroborando essa relação, Diniz *et al.* (2011) entrevistou 147 mulheres internadas por abortamento em uma maternidade pública de Salvador-BA. O estudo mostrou que 88% das entrevistadas declararam vivência de violência em algum momento de suas vidas. E ainda 67% das entrevistadas declararam sofrer violência doméstica na gravidez atual, e acreditam que a situação de aborto seja em função dessa vivência.

Dialogando com Diniz et al. (2011), Santos et al. (2010) refere que de 30% dos abortamentos atendidos no período de agosto de 2006 a julho de 2007 em um posto de atendimento médico na cidade do Rio de Janeiro, 12,4% foram abortos induzidos e 16,3% foram abortos espontâneos. Das 330 mulheres entrevistadas, obteve-se um índice de prevalência de 42,6% sobre relatos de maus tratos ao longo da vida praticados por familiares e/ou parceiros íntimos.

As pesquisas sugerem, portanto, que vivências de violência comprometem de alguma forma a saúde reprodutiva das mulheres, mesmo que as variáveis para esse comprometimento não se limitem à reprodução, mas também alcançam variáveis sobre a saúde mental e orgânica das mulheres (GOMES et al. 2012). Dessa forma, a descrição anterior de Begônia respalda os achados das pesquisas sobre essa questão e indica o quanto a aprendizagem social e familiar sobre a construção do corpo e da sexualidade precisa ser (re)construída, não apenas para evitar a repressão como forma de entendimento sobre o universo feminino, mas também para evitar possíveis consequências na saúde das mulheres.

Com isso, aponta-se um excerto de interação com uma das profissionais que desenvolveram o grupo. No diálogo, foi destacado o questionamento realizado pela psicóloga do CREAS I para desconstruir os estereótipos que as mulheres do grupo apresentaram em suas falas e entendimentos sobre o corpo, a menstruação, o sentir-se mulher e o quanto os papéis femininos determinados pela família, sociedade e cultura limitam suas vidas. Assim, segue um recorte do 7º grupo:

> **"Profissional:** Margarida acho que isso que tu tá trazendo é muito importante e a gente tem que continuar a conversar sobre isso, mas uma coisa que você falou e eu não queria que se perdesse, e tem muito a ver com que a história que a gente tá conversando e que a Gérbera e a Hortência estavam falando, que você disse que quando a gente se torna mulher, acho que é também antes de ter uma relação e ficar menstruada, e isso que tu falou, Hortência, que faltou aquele chazinho quente da mãe, dos pais, isso tem muito a ver como que a gente se percebe como pessoa e como mulher. E eu queria perguntar pra vocês, como que é isso pra vocês falar que lá atrás com o pai e a mãe, faltou o chazinho? Acho que aqui no grupo vocês, trazendo as histórias, falando de como era em casa e de como foi a família de vocês, vai ajudar vocês a pensarem sobre essas posições que hoje tem na família. Na verdade, a gente sabe que não foi só a falta de um chá, né? O que será que aconteceu com vocês?"
> **Begônia:** "Mas isso que tu fala eu tive do meu pai, dele cuidar de mim quando eu fiquei doente. Ele capinou uma colônia de terra para eu não molhar os pés quando ia para a aula. Minha mãe, quando eu menstruei, eu ficava muito mal de vomitar e ela fez um chá de noz moscada e canela e colocava um saco de farinha de milho quente na barriga e me acalmava a dor."
> **Profissional:** "Mas Begônia, foi você que nos contou que teve de perder um filho pra tua mãe te ver e ver que precisava dela? E, gente, vou perguntar uma coisa pra vocês também, pra pensarem um pouco nisso, que se os pais de vocês foram criados desse jeito, sem conversar e tal, eu fiquei pensando no quanto vocês se permitem viver

> diferente do que eles viveram, de vocês talvez serem felizes de um jeito que os pais não puderam ter sido. Será que vocês já pensaram sobre isso?"

As intervenções das profissionais auxiliaram as participantes a perceberem as influências que provinham das suas famílias para construir seus entendimentos enquanto seres humanos e femininos. Além disso, as intervenções auxiliaram-nas a reconstruírem-se enquanto mulheres e refletirem sobre a perpetuação desses não-ditos sobre a constituição dos corpos, de viver a sexualidade descolada das pré-concepções sociais e culturais que foram reforçadas pelas famílias. Essa postura foi defendia por Gomes *et al*. (2012) quando indicou essencial que os profissionais desenvolvam a escuta qualificada e o olhar treinado para intervir em casos inter-relacionados de violência e saúde feminina. Nesse sentido, segundo os autores, é necessário promover o alcance do modelo de cuidado que vá além da objetividade do tratamento de lesões ou doenças, sendo algo capaz de estabelecer uma relação de respeito e confiança com a mulher e auxiliando no fortalecimento dela.

Outra significação contida nas narrativas das mulheres indica as sobreposições de violências que ocorrem no fenômeno da violência contra a mulher. Apesar da existência de todas as formas de violências – física, psicológica, sexual, patrimonial, moral – suas descrições destacaram a forma como elas se sobrepõem durante o fenômeno. As palavras, as ameaças, as surras, o terror dentro da relação, as violações simbólicas dilacerando e invertendo os valores, gerando entendimentos de humilhação e desmerecimento em suas condições de gênero e humanidades não são dirigidas apenas para figura da esposa, mas estendendo-se para as mulheres da família e da comunidade: as filhas, vizinhas e conhecidas.

> "Sofri 32 anos com um casamento sofrido, de apanhar, dele me bater, falar palavrões que nunca pensei em ouvir na vida, de ele andar armado, dormir com o revólver na cinta, acordar com o revólver na cinta, dando tiro dentro de casa, colocar facão embaixo da cama, dando faconada na casa [...] e ele dizia que se eu denunciasse ele, era eu que seria presa [...] Ele era muito ruim, quando os filhos estavam tomando café, ele dava um tapão que atirava eles longe, batia muito neles, não chegou a estuprar ninguém, mas batia demais e deixou muitas cicatrizes neles, mas o pior é que deixou cicatrizes também na alma." (Hortência, 1º e 9º grupo)

> "Eu tenho uma filha que tá a favor do pai, arrumou advogado pra ele, e ele tá botando palavra na boca dela, na cabeça dela, porque ela disse que eu destruí a família, que transformei tudo em pó." (Orquídea, 1º grupo)

> "Ele reagiu à prisão e disse pra elas (filhas): 'Olha o que tua mãe está fazendo comigo' e disse de novo, que depois que fosse solto, ele iria me matar e matar elas." (Petúnia, 1º grupo)

> “Eu era muito humilhada, as agressões eram mais de palavras, e o quanto isso destrói a gente, e os familiares não entendem isso, acham que a gente inventa mais do que acontece de verdade.” (Rosa, 2º grupo)

> “Quando a gente tinha relação, depois ele dizia que eu era podre e fedida. Um dia ele me contou: ‘Sabe a tua comadre? Comi. Sabe a tua vizinha? Comi. Sabe a tua amiga? Comi. Sabe aquela menininha que a mãe estava preocupada que tinha sangue na calcinha? Comi. Ela foi lá no quarto e se ofereceu pra mim’. Então foi assim minha vida.” (Lavanda, 7º encontro)

> “Ele voltou a perseguir minhas filhas na escola. Pediu para elas se eu tinha amante e disse que ia pegar elas se elas não contassem para ele. Fico só trancada dentro de casa por causa do medo [...] Você fica naquela loucura, fechada dentro de casa.” (Azaleia, 2º grupo)

> “Ele sempre me disse que eu não servia para nada, e como ele já teve amantes, eu pedi para ele pensar se eu também arrumasse um, e então ele me disse que jamais eu encontraria outro marido que me quisesse, porque eu tenho cara de sonsa, sou gorda, feia, inútil, com cara de sonsa.” (Violeta, 3º grupo)

Assim como se destacou nas significações dos profissionais sobre a violência psicológica ser a abertura para as demais violações contra as mulheres, esse tipo de violência também se sobressaiu nas descrições das mulheres. Não apenas da forma como ela ocorre, mas oferecendo a profundidade e dimensão que ela alcança. As descrições das participantes podem ser resumidas pela fala de Calêndula quando afirma que *“as palavras machucam mais que um tapa”* (7º grupo).

As constatações apontadas pelos achados da pesquisa corroboram com o que a literatura apresentou a respeito da violência psicológica. Assim como Coelho, Silva e Lindner (2014) apontaram, esse tipo de violação é frequente, existindo, talvez, em uma proporção maior do que a violência física. Na maioria das vezes, os agressores utilizam-se da violência psicológica para torturar e promover, através de ameaças, o controle de comportamentos e/ou atitudes das companheiras; impedindo reações, fugas ou denúncias, como foi descrito pela participante Hortência quando descreve que a violência *“deixa cicatrizes na alma”*, ou quando Rosa indica que *“agressões em palavras destrói a pessoa por dentro”*. As autoras ainda complementam que a violência psicológica pode causar efeitos prejudiciais em termos de autoestima e autoimagem de quem a sofre, tornando as mulheres inseguras em seu julgo de valor e capacidades a ponto de ocorrerem rompimentos e retornos frequentes à relação conjugal.

Nesse sentido, mesmo as mulheres percebendo a violência psicológica sofrida, os desdobramentos emocionais gerados pelas agressões interferem no rompimento do ciclo violento; podendo manter as mulheres em matrimônios permissíveis à eclosão de violência.

Dialogando sobre como a violência psicológica interfere na perpetuação e no agravamento para as demais formas de violências, Saffioti (2002) acrescenta que algumas mulheres não levam em conta a escalada da violência na qual o tapa pode evoluir para o empurrão, até chegar, ao longo do tempo, ao feminicídio. Segundo a autora, essa escalada que se inicia na violência psicológica refere-se aos sentimentos de onipotência e negação experimentados por algumas mulheres. Nesse sentido, isso contribui para que fantasias de mudanças ou interrupções da violência por parte do agressor sejam alimentadas. A autora denominou esse movimento da mulher como *inocente útil* (p. 68) para que outras violências possam fazer parte das agressões.

A respeito da escalada da violência indicada por Saffioti (2002), um evento trágico ocorreu na cidade durante o período em que ocorriam as reuniões do grupo, repercutindo na mídia, na população e sendo mencionado pelas mulheres durante o encontro. Esse episódio de violência contra a mulher sobressaiu-se diante de um feminicídio ocorrido na cidade. As participantes conversaram sobre a insegurança, o medo e a possibilidade de uma nova reincidência de violência dos companheiros. Essas constatações expuseram-se principalmente quando uma mulher foi assassinada pelo ex-companheiro a facadas dentro de casa, em um bairro da região sul, onde algumas das participantes também moravam. Esse fato foi discutido na reunião do grupo seguinte ao ocorrido, mobilizando as participantes a pensar sobre e refletir em função da relação existente entre as partes e a repercussão da violência.

Vale ressaltar que a discussão sobre o assassinato não ocorreu logo no início do grupo. O debate começou enquanto Violeta descrevia como havia sido a audiência sobre o processo judicial pela agressão do ex-companheiro. O diálogo do 15º encontro do grupo é apresentado na íntegra, incluindo as intervenções das profissionais:

> **Violeta**: A juíza e as pessoas que estavam lá conversaram e me perguntaram o que eu queria, e eu respondi, como é mesmo a palavra que eu disse? Assim: de ficar segura. Eu disse que queria me sentir segura, que eu queria uma segurança pra mim.
> **Profissional 1:** Mas, Violeta, como assim isso de se sentir segura? Não entendi, o que quer dizer segurança?
> **Violeta:** Assim, que a gente se sinta segura, onde a gente estiver, que não se incomode mais.
> **Margarida:** A gente não se sente segura, quando que a gente vai se sentir segura? Eu digo isso porque quando nós, mulheres, vamos estar seguras? Olha o que aconteceu na sexta-feira. Como que pode isso? Quando que nós vamos poder sair sem ter medo?
> **Profissional 2:** Mas o que aconteceu na sexta feira?
> **Margarida:** Aquela mulher que morreu a facadas dentro de casa. O cara entrou na casa, no Bairro X, e matou a mãe na frente das filhas.
> **Dália:** Nada justifica uma pessoa matar a outra, mas a minha menina viu no Face que eles já vinham brigados, que ela tinha postado que ia matar ele, e ele tinha registrado ocorrência no mesmo dia, mas ela escreveu que não importava papel nenhum que ia matar ele igual. Quem coage também é coagido.

> **Profissional 1:** Mas Dália, isso que tu falou. Tu acha que ela buscou a própria morte?
> **Dália:** Eu acho, por mais que nada justificasse ele matar ela, ela também ameaçava muito ele. Eles terminavam e voltavam.
> **Margarida:** Nada justifica. Por que nós, mulheres, somos ameaçadas, andamos sempre com medo? E até quando vai ser assim? Esses dias eu tive que perder um compromisso que eu tinha, por medo. [...]
> **Violeta:** Eu também era muito ameaçada pelo meu ex-marido, e a gente tem esse medo, essa insegurança em pensar que vai acontecer alguma coisa pra gente.
> (15º grupo)

As participantes Margarida e Violeta nomeiam as sensações de medo e de insegurança contidas na violência contra a mulher e, em suas conotações, parecem generalizar essas nomeações à condição feminina. Sobre isso, pode-se inferir que a insegurança e o temor são significações que descrevem não apenas a violência sofrida, mas uma parcela do sentimento de ser mulher. Ao papel da mulher estaria subentendido o julgo e obediência à sociedade masculina que lhes impõe sua vontade e o respeito pela força e por intermédio de ameaças, como ambas descreveram a respeito da perseguição e das intimidações dos ex-maridos.

Terra, D'Oliveira e Schraiber (2015) – que publicaram um estudo indicando sensações de insegurança, pavor e medo de novas agressões pelos ex-companheiros, as quais foram descritas por 40 mulheres em situação de violência que frequentavam a rede pública de saúde nas cidades de Recife e São Paulo – problematizaram quais seriam as dificuldades encontradas por mulheres ao buscarem a interrupção da violência sofrida. Os achados corroboram as nomeações de Margarida e Violeta, além de acrescentar a sensação de vergonha associada à violência vivida. Esses sentimentos foram indicados pelas autoras como *fatores obstaculizadores "internos"* (p. 111). Entre eles, há o medo e o amor pelo agressor, além da vergonha, elementos esses que dificultam o progresso para a ruptura do ciclo da violência doméstica.

A respeito da fala da participante Dália sobre *"quem coage também é coagido"*, pode-se inferir a respeito da maneira com que homens e mulheres se relacionam durante os episódios de violência. Por mais que não se possa generalizar a respeito dessa característica para todos os casos de violências contra a mulher; muitas das situações acompanhadas no CREAS I possuem esse aspecto intrínseco na demanda em questão. O que vai ao encontro com o que Falke, Wagner e Mosmann (2013) apontaram como uma bidirecionalidade da violência contra a mulher; ou seja, onde tanto o homem quanto a mulher tornam-se agressores e vítimas, mesmo havendo agressões graves de forma dessimétrica, mas sempre mútua entre o casal. As autoras ainda complementam que o padrão de interação desses cônjuges tolera uma série de atos violentos que não seriam aceitos se exercidos por pessoas estranhas à relação.

Nesse sentido, pode-se inferir sobre uma correlação entre a bidirecionalidade da violência contra a mulher descrita pelos autores com o fato de que muitas mulheres não reconhecerem a legitimidade do documento jurídico da Medida Protetiva. Dália refere sobre que *"não importava nenhum papel"* na postagem realizada pela falecida. Isso remete ao fato de que na descrição da Lei Maria da Penha (BRASIL, Lei 11.340/06) está incluso a possibilidade de determinação da separação de corpos, caso o juiz responsável compreenda assim ser necessário. Ou seja, que a mulher também seja obrigada judicialmente a se manter afastada do(a) companheiro(a) para fazer valer a solicitação de Medida Protetiva para sua própria proteção. Desse modo, a mulher não pode manter contato de nenhuma forma com a pessoa a quem o documento determina a distância.

Dessa forma, vale frisar que independentemente de determinações judiciais e/ou normativas documentais reguladoras sobre o entendimento e a caracterização da violência contra a mulher, ainda resta uma abertura para que a violência contra as mulheres venha a ocorrer. Nos documentos oficiais, ainda não se considera essa bidirecionalidade da violência conjugal, principalmente no reconhecimento dessa característica que parte, em alguns casos, da mulher na situação de violação, ou como descrito por Dália em que *"ela também ameaçava muito ele".*

Outro significado a respeito da violência contra a mulher emitido pelo grupo de mulheres foi a relação de poder entre os gêneros e a disputa hierárquica entre eles. Na fala da participante Begônia, ela descreve que o registro da ocorrência foi motivado para que o marido mudasse, mas não para que implicasse na responsabilização pelo ato violento. Com isso, pode-se inferir que a intenção principal para o registro da violência é para "aplicar um corretivo" no marido, assim como já apontado por Oliveira, Costa, Moreira, 2016; Silveira, Medrado, Rodrigues, 2009; Deslandes, Gomes, Silva, 2000; Saffioti, 1999.

> "Ele mudou muito, porque ele se envergonhou do que ele fez. Pensa que eu fui lá e abri minha vida, contei tudo que ele fazia, e a gente joga baralho com um promotor de justiça, um advogado e um empresário, como que ele vai ficar se ele fizer isso? Agora, se ele faz alguma coisa, ele fica no quarto, como um cachorrinho envergonhado." (Begônia, 8º grupo)

Pela narrativa dessa participante, ainda se pode inferir que além da correção ao marido pelo registro de boletim de ocorrência, a intenção é valer-se dos dispositivos legais para reequilibrar a disputa de poder entre os gêneros, usando a rede de proteção e as figuras de autoridade que dela fazem parte, como: juízes, policiais, promotores, advogados e, até mesmo, o atendimento psicológico em alguns casos, como este da participante Begônia.

Durante o processo de acompanhamento no grupo psicossocial, o marido dela procurou o serviço CREAS I e as profissionais de referência para justificar-se e/ou dar a sua versão da "história", como se o grupo fosse para apontar culpados ou inocentes na relação conjugal.

Outra significação que foi comum aos dois grupos analisados refere-se ao uso da violência na base das relações familiares. Esse uso serve para corrigir maridos e esposas ou filhos e filhas, impondo limites com o abuso da força. Nesse sentido, pode-se inferir que o significado da violência, para muitas mulheres, é que bater significa cobrar, educar; é a indicação dos pais/mães aos filhos(as), dos maridos as esposas, e vice-versa. Esse significado também é reforçado e difundido na sociedade pelos valores culturais, históricos e morais sobre o uso e permissão da violência como correção e repressão em certos contextos, assim como foi apresentado na revisão teórica por Bonamigo *et al.*, 2011; Machado, 2010; Bonamigo, 2008; Michaud, 1989.

Nesse sentido, as mulheres do grupo explicitam, em suas narrativas sobre o contexto das relações familiares, a permissão para usar da e justificar o uso da violência como forma de educar os filhos, impor limites e, inclusive, como expressão de amor e cuidado, mesmo que através da violência. Essa ideia chega ao ponto de esses entendimentos serem reforçados por figuras representativas na sociedade, como os policiais:

> "Uma vez, meu irmão bateu o pé pra minha mãe, e eles se pegaram lá em casa, e meu irmão disse que ia registrar [...] O policial perguntou o que tinha acontecido, e ela falou que estava ensinando o filho a ser gente e não bicho, e o policial deu razão pra ela, que tem que fazer isso mesmo pra aprender." (Calêndula, 10º grupo)

> "Uma filha minha era muito levada, e eu pegava a vara e dava mesmo, mas falava que eu fazia isso por amor e não porque estava com raiva dela, mas pra ela aprender, e ela dizia que quem ama, não bate; e eu dizia 'bate sim, porque eu faço isso por amor, pra te educar.'" (Azaleia, 10º grupo)

A literatura indica que a violência física ainda é compreendida como uma ferramenta pedagógica, permanecendo no imaginário social como recurso permitido e apropriado para a educação dos filhos. Quando Calêndula e Azaleia descrevem sobre os motivos em bater nos filhos, denota-se que essa "aprendizagem pela agressão" é compartilhada pela sociedade e cultura. Dessa forma, segundo essa visão, a criança deve ser submissa a qualquer forma de tratamento e educação, fazendo com que a palmada, a surra e "os cascudos" ainda sejam considerados como uma forma de transmitir e/ou apreender o conceito de certo e errado, o que leva muitos pais e mães, que foram educados dessa forma, repetirem esse comportamento

com seus filhos (TORRES et al, 2015; PATIAS, SIQUEIRA, DIAS; 2012; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA e CALDANA, 2009; MINAYO, 2001).

Vale destacar o defendido por Minayo (2001), que considera ainda recente a visualização da criança como sujeito de direitos. A autora afirma uma oscilação por parte das sociedades que, por um lado, transgridem no dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e, de outro, coisificam as crianças. Ou seja, negam e/ou não reconhecem o direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. Essa oscilação é percebida na fala das participantes, quando Calêndula narra que sua mãe bate no irmão *"para ele ser gente e não bicho"*, assim como Azaleia justifica a surra na filha pelo amor que tem a ela.

Dessa forma, a família, respaldada por concepções sociais e culturais, constrói uma comunicação infraverbal, que, entre outros significados, comunica e justifica o uso da violência nas relações familiares. Nesse sentido, Patias, Siqueira e Dias (2012) referem que as estratégias violentas para "educar" contribuem para intensificar a percepção de valores e de padrões morais como externos à criança. Com isso, é necessário um agente externo que regule seu comportamento, já que a violência não facilita a internalização de normas sociais. Com isso, pode-se estender esse entendimento não apenas para as crianças, mas também para algumas mulheres em situação de violência que utilizam das políticas e/ou serviços públicos para mediar os relacionamentos violentos com os parceiros.

Tratando-se dos significados da violência contra a mulher, que podem ser alcançados por subjetivações, como descrito pelo recorte anterior em que "bater é uma forma de amor", outro significado emerge das falas de algumas participantes: o entendimento, enquanto condição feminina, que ser mulher é sofrer. Essa significação aponta que a mulher está predestinada ao sofrimento, a ponto de lamentar nascimentos femininos na família e/ou ser um castigo o simples fato de ser mulher:

> "Quando minha filha ficou grávida, eu rezei muito para ser um menino, porque a vida de mulher é muito sofrida." (Violeta, 12º grupo)
>
> "A gente sente vergonha e muita culpa também, como se a gente tivesse feito alguma coisa errada que mulher não deve fazer." (Orquídea, 9º grupo)
>
> "Eu vivi 12 anos assim também. Tinha me separado, mas minha família não sabia, pra não dividir a família. Não era isso que eu queria." (Margarida, 9º grupo)
>
> "[Emocionada] Eu fico pensando se eu tivesse chamado os meus filhos, se eu tivesse conversado isso com eles, eles podiam ter levado ele de casa pra outro lugar; mas, agora, ele tá lá preso, e me sinto culpada" (Hortência, 9º grupo).

A respeito desse entendimento narrado por Violeta e Orquídea, a literatura (BARCISKI *et al*, 2013; DESOUZA, BALDWIN, ROSA, 2000; GROSSI, 1995) conceitua-o como o ideal de comportamento feminino marcado pelo sofrimento, o que é conhecido como "marianismo". Este compreende um código de conduta para mulheres, especialmente as de origem latino-americana, com base na figura da Virgem Maria. O modelo de gênero feminino proveniente dessa teoria identifica mulheres tidas como modelos para a sociedade desempenhando papéis sociais (esposas, mães) e idealizados (idolatrada, provedora, mártir, assexuada), assegurando, assim, dentro de suas culturas, o respeito através da correspondência dessas funções.

Considerando a dor e o sofrimento como formas de identificar a imagem da mulher latino-americana, Grossi (1995) afirma que a do parto e o sofrimento acabam se tornando uma questão central para a construção da feminilidade. Em suas pesquisas, a autora correlaciona essas subjetivações com a violência contra mulher quando identificou que as queixas femininas são envoltas pela descrição do sofrimento, sendo expresso como uma necessidade de constituição feminina, inclusive a ponto de envolver outras pessoas no sofrimento, como, por exemplo, a prole.

Quando Margarida descreve que *"eu vivi 12 anos assim"*, indica outro aspecto da mulher marianizada, assim como Hortência quando se emociona pela culpa que sente pelo ex-companheiro estar preso. Nessas narrativas, podem ser observadas as características esperadas pelas mulheres marianizadas: a renúncia, o sacrifício, a devoção à família, a subordinação aos homens, a subserviência e a obrigatoriedade feminina em manter a união familiar. Isso acaba concretizando o que D'Souza, Baldwin e Rosa (2000) chamaram de *"síndrome da mulher auto sacrificada"* (p. 490), que é uma condição em que as mulheres, para se considerarem honradas, devem sacrificar-se para manter a união da família, dos filhos e do casamento, mesmo que isso signifique anos de sofrimentos, como demonstraram em suas histórias de vida.

Os autores (BARCISKI *et al.*, 2013; DESOUZA, BALDWIN, ROSA, 2000; GROSSI, 1995) concordam ao comparar que o marianismo e o machismo são componentes sociais e históricos complementares para o entendimento da cultura de gênero brasileira. Nesse sentido, o marianismo desconstruiria a imagem negativa ligada ao gênero feminino, apresentando-a romantizada. Da mesma forma, o cavalheirismo suaviza alguns aspectos machistas sobre o ideal masculino de ser, prevalecendo uma imagem de homem honrado, educado, provedor e protetor da família.

Dialogando com esses autores, Welzer-Lang (2001) complementa essa ligação entre o marianismo e o machismo. Em seu texto *"A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia"* o autor descreve que a aprendizagem social do "tornar-se" homem se faz pelo sofrimento. Desde pequenos, os meninos são ensinados, pela cultura, que homens não choram, não devendo expor seus sentimentos, pois isso pode ser um sinal de fraqueza. São ensinados que precisam aguentar calados. Alguns desses comportamentos e dessas atitudes são as garantias necessárias para que possam acessar a masculinidade dominante.

Vale destacar que apesar das mulheres descreverem sentimentos de dor, culpas, vergonhas ou outras expressões de sofrimentos em suas narrativas, não se pode considerar que essas sensações permanecem estagnadas durante o percurso de suas vidas. Assim como afirmado por Moreira e Dutra (2013), a experiência de sentir é subjetiva e diz respeito ao mundo interior do ser humano. Os sentimentos são particulares, únicos, genuínos e expressos pelo autoconceito.

As mesmas autoras ainda destacam que o desenvolvimento do autoconceito é permeado por valores, expectativas sociais, modos de pensar e agir característicos do contexto no qual o ser humano está inserido. Nesse sentido, pode-se inferir que as participantes do grupo tiveram modos de existir e sentir-se como mulheres de forma muito específica, tendo a violência, as demarcações sociais, culturais e históricas como referências para a construção do autoconceito de mulher.

Nesse sentido, em linhas gerais, alguns significados atribuídos pelas mulheres do grupo psicossocial se aproximaram dos significados emitidos pelos profissionais. Ainda assim, apesar dos pontos comuns, algumas significações puderam ser aprofundadas e ampliadas, como a dimensão alcançada para a composição de entendimentos do ser mulher, a cristalização de papéis sociais, os tabus sobre o corpo feminino e sobre a sexualidade, a repetição da herança familiar e o uso da violência como ferramenta de educação conjugal e familiar.

Vale ainda destacar que apesar da Lei Maria da Penha e dos demais documentos normativos que direcionam as Políticas Públicas, esses não garantem a complexidade e a abrangência sobre os significados que o fenômeno da violência contra a mulher possui. A riqueza das colocações das narrativas dos profissionais especializados e das mulheres do grupo psicossocial deixou clara que os entendimentos são adquiridos também pela experiência de cada um e da forma como cada um experimenta o fenômeno.

Nesse sentido, Gomes (2012) e Bruner (1997) descrevem que a forma de aproximação dos significados com a experimentação de uma vivência perpassa pelo processo de simbolização das partes envolvidas. Os autores defendem que para a produção de significados, as pessoas constroem entendimentos baseando-se nos sistemas simbólicos alicerçados pela cultura e linguagem das quais fazem parte. Ou seja, os significados que emergiram pelas subjetivações dos profissionais e das mulheres que integraram a pesquisa construíram-se pela cultura da cidade do oeste catarinense. A pesquisa, tendo aberto um espaço para esses sujeitos narrarem suas opiniões e entendimentos sobre a violência contra a mulher, tornou esses significados públicos e conhecidos para eles mesmos.

Diante disso, a próxima seção versa a respeito de como esses significados foram construídos; quais as mudanças de significações percebidas e qual a possibilidade das interações entre profissional e mulher e entre mulher e mulher serem uma mola propulsora de aberturas, ampliações, mudanças e (re)significações sobre o entendimento do fenômeno da violência contra a mulher.

4.5 A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS, SUAS (RE)SIGNIFICAÇÕES E OS DESDOBRAMENTOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta seção contempla a trajetória da construção dos significados sobre a violência contra a mulher para profissionais e mulheres em situação de violência. Busca, também, explanar sobre como essa construção transcorreu, as influências que se manifestaram ao longo da construção e a possibilidade de (re)significações sobre o fenômeno da violência contra a mulher, mesmo tendo em vista a complexidade do tema.

Diante disso, durante a análise das entrevistas, pôde-se inferir que a construção dos significados emitidos pelos profissionais a respeito da violência contra a mulher construiu-se de forma gradual, conforme os entrevistados foram somando e acumulando entendimentos ao longo do tempo, ancorando-se na formação profissional, nas experiências pessoais de vida, na execução e experiência do trabalho, na interação com as próprias mulheres e no serviço/órgão público no qual desempenham suas profissões. Essa gradação permite compreender e visualizar a violência contra a mulher de uma forma mais profunda e abrangente, aumentando o conhecimento sobre o conceito, permitindo, assim, visualizar a violência contra a mulher com a propriedade que o tema exige:

> "No dia a dia, na convivência com outras pessoas, relatos, também estudando [...] a gente constrói gradativamente." (Pérola, Política de Assistência Social)
>
> "A gente tá trabalhando em um serviço que só atende essas demandas de violência doméstica e familiar. Claro que ampliou muito a forma de como eu olho a situação hoje." (Adneia, Política de Assistência Social)
>
> "Um pouco desse pensamento a gente já tem pela formação; mas quando a gente vai trabalhar no serviço, a gente vai aperfeiçoando. A gente acha que não eram tão graves, começa a ver com um pouco mais de gravidade pelas circunstâncias que você trabalha no dia a dia." (Ana Sônia, Política de Segurança)

Como foi descrito por Bruner (apud CORREIA, 2003), nas narrativas, é possível interpretar a vida em ação. Dessa forma, os profissionais construíram seus significados sobre a violência contra a mulher conforme desempenharam suas profissões e atividades de trabalho com a temática, bem como quando desenvolviam os atendimentos e interagiam com as mulheres, ampliando e compartilhando dos significados que estas também atribuíam às violências que sofriam.

O reconhecimento do conjunto de ações e produções significativas, reveladas pelos profissionais, confirma o argumento de Bruner (1997) ao afirmar que a produção dos significados está intimamente ligada com a cultura na qual o indivíduo está inserido. Nesse sentido, a cultura a qual o autor se refere pode ser o lugar ocupado pelo profissional, não apenas no sentido da formação acadêmica, mas também no contexto da política pública em que este desempenha sua profissão, a inserção em determinada comunidade e/ou região territorial e o contexto sócio-histórico. Isso também influenciou a forma como os entrevistados compreenderam, interpretaram e perceberam a violência conta a mulher, principalmente se o trabalho envolve um contato muito maior com a demanda em si, como descreveram as profissionais Adneia, e Ana Sônia.

Por isso, durante as entrevistas, foram percebidas algumas distinções na construção dos significados. Para os profissionais provenientes da Política de Saúde, as significações estavam imersas em considerações sobre o corpo, as lesões evidentes, as marcas físicas. A circunscrição do corpo para a construção do significado da violência contra a mulher traduziu-se pela violência física e sexual; as quais os profissionais descreveram durante a entrevista. Isso pode ser observado tanto na fala do profissional Elias, que recordou de casos diante da gravidade das lesões e traumas que as mulheres sofreram – amputação de membros e afundamento de crânio – quanto os casos de estupros descritos pela profissional Mônica, pelos quais as mulheres buscavam a Unidade de Saúde, descrevendo sintomas de estresse pós-traumático, informações sobre abortos e curetagens.

> "Recordo de uma mulher ter chegado totalmente espancada pelo marido [...] Ela estava toda deformada, mutilada, com traumatismo craniano, que, consequentemente, deixou sequelas." (Elias, Política de Saúde)

> "Já peguei violências, casos de estupros [...] Ela (mulher) veio só por isso. Se não fosse isso, ela nem tinha pisado na Unidade. Ela já tinha se informado que tinha direito ao aborto." (Mônica, Política de Saúde)

Esses achados corroboram as descrições realizadas pela literatura (PEDROSA e SPINK, 2011; SHRAIBER, 2001; SHRAIBER, D'OLIVIERA, 1999; D'OLIVEIRA, 1999) em referir que agravos à saúde da mulher por violência doméstica são queixas frequentes nos serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, e raramente são reconhecidos e abordados como tal. O discurso médico e de saúde reduz a questão social em aspectos individuais, técnicos e corpóreos. O mesmo diagnóstico e conduta são realizados tanto para a mulher deu entrada por fraturas de acidente de automóvel quanto àquela que apresentou fratura por espancamento do marido.

Dialogando com a literatura, Pedrosa e Spink (2011) indicam que apesar da mudança de compreensão na área da saúde em prestar atenção integral e humanizada aos usuários da Política de Saúde, as especializações do saber e das práticas médicas tendem a facilitar o distanciamento dos profissionais de saúde em relação aos pacientes atendidos, que passam a serem considerados corpos desconectados de classe social, de ambiente cultural e de condição humana. Esse distanciamento dos profissionais da saúde em abordar a violência contra a mulher pode estar associado à representatividade que o discurso médico possui na sociedade que o sustenta.

Em seu artigo intitulado *"Discurso, gênero e violência: uma análise das representações públicas dos crimes de estupro"*, Figueiredo (2014) defende que um discurso reflete e representa uma sociedade e que, para além disso, ele pode significar, construir e modificar determinado contexto social. Nesse sentido, a autora afirma que o processo de naturalização da violência é discursivo; em especial para os crimes sexuais, os quais são carregados de estigmas e cristalizações socioculturais. O entendimento público de crimes de estupro passou do nível de fatos extraordinários e cruéis para o patamar de mais um crime comum, do cotidiano das grandes cidades. Na concepção da autora, os discursos midiáticos, da religião, da ciência e da lei colaboram para essa construção discursiva sobre a banalização desse tipo de violência. Sendo possível, com isso, a naturalização descrita pela profissional Mônica, ao indicar que a paciente havia buscado a unidade para realizar um aborto; ficando subentendido realizar mais um procedimento médico do qual ela tinha direito.

Sobre essa reação da paciente e do profissional de saúde que parecem minimizar a violência, Figueiredo (2014) ainda complementa que inúmeras mulheres encaram o estupro como algo sem importância, ou consideram, ainda, que o ocorrido tenha sido por sua culpa, acreditando que não devem fazer "*tempestade em copo d'água*" (p. 144). Casos em que o estupro foi cometido, como a autora denominou, em *"condições duvidosas"* (p.144), tais como: dentro do casamento, por algum conhecido, sem a utilização da força física, etc. sendo difícil desafiar o discurso banalizador de que as mulheres não têm direito de reclamar. O caso mencionado por Mônica corrobora o descrito pela autora. Mesmo com a sensibilização e acolhimento da profissional, a paciente apenas indicou que ninguém poderia saber que ela havia sido estuprada, pois era casada, e o agressor era alguém da comunidade em que morava, acarretando muitas complicações para si caso denunciasse ou revelasse a violência.

Para os profissionais da Política de Assistência Social, de modo geral, a construção dos significados permeou o contexto social, principalmente no grupo familiar e comunitário. As narrativas dos profissionais descreveram desdobramentos da violência através dos membros da família e de como as sequelas da violência interferem nas gerações e nas relações entre as pessoas, estigmatizando os papéis identitários de homens e mulheres, meninos e meninas, os quais são transmitidos pelos costumes e valores da sociedade incorporados pela cultura. A indicação de Ana Simone condensa os entendimentos dos demais entrevistados dessa política, indicando como a violência da mulher era percebida ou revelada através do comportamento dos filhos, ou quando estes apresentavam "problemas" na escola ou no programa de apoio comunitário.

> "A gente atendeu uma situação porque o menino era agressivo [...] Na conversa com a mãe, ela abriu que o marido batia nela, fazia coisas com ela, obrigava ela a manter relação sexual; enfim, vivia uma situação de violência, né?" (Ana Simone, Política de Assistência Social)

Alguns estudos na área do Serviço Social (GROSSI, COUTINHO, BITENCOURT, 2015; GROSSI, TAVARES, OLIVEIRA, 2009) corroboram as narrativas dos entrevistados. As permanentes agressões no lócus familiar tornaram-se um desafio para o trabalho cotidiano dos profissionais da Política de Assistência Social, demandando atendimentos, encaminhamentos, orientação, informação, recursos e capacitação para os profissionais, principalmente pelo fato de que os serviços básicos dessa política se apresentam como sendo os primeiros a serem buscados pelas mulheres quando a violência eclode.

A narrativa de Ana Sílvia vai ao encontro do exemplo utilizado por Grossi, Tavares e Oliveira (2009) no qual também descrevem o caso de uma mulher da comunidade que buscou orientações e auxílio no CRAS do território sobre a violência doméstica em que vivia. As autoras afirmaram que muitas mulheres não expressam de imediato as violências vividas no âmbito familiar, ou ocorridas com elas; necessitando de uma vinculação maior com os profissionais e serviços para fazer essa revelação. Nesse sentido, os Serviços da Proteção Básica da Política de Assistência Social e das Unidades Básicas de Saúde se apresentam como as autoras denominaram de *rede de apoio imediato* (p. 222) para a atuação dos casos de violência contra as mulheres.

Já para os profissionais inscritos nas Políticas de Segurança e Justiça, a construção dos significados valeu-se do discurso jurídico, da importância dos fatos, da prova; acrescido do reconhecimento das influências culturais e sociais para a violência ocorrer. As narrativas dos profissionais dessa política, apesar de reconhecer os demais aspectos que envolvem a violência contra a mulher, o peso dos procedimentos realizados, as movimentações processuais e a letra da lei sobressaíram para descrever suas construções de significados. Apesar disso, todos os profissionais atuantes na política em questão reconheceram que a prática do trabalho com a violência contra a mulher oportuniza um crescimento de entendimento sobre o assunto, bem como aperfeiçoa e ensina muito mais do que descrições teóricas e/ou acadêmicas.

> "Comecei a desenvolver esse pensamento quando eu vim pra cá, que antes eu tinha uma noção geral e aqui a gente tem mais conhecimento do que se trata da violência contra a mulher." (Priscila, Política de Segurança)

> "O convívio que eu tive fora daqui, pela minha graduação e pós-graduação, do convívio que eu tive com elas (mulheres) aqui também [...] Quando eu vim trabalhar aqui, a gente tem um convívio maior com esse tipo de situação. Eu aprendi que o modo que você trata as pessoas é um modo de violência também." (Pâmela, Política de Segurança)

> "Eu construí o meu entendimento a partir da minha vivência somado ao número de atendimentos que eu faço aqui no meu trabalho." (Adriana, Política de Justiça)

No artigo "*Gênero e o discurso do poder jurídico*", Figueiredo (1997) afirma que mesmo o discurso jurídico estando preocupado com fatos, provas e legitimidades de verdades, ainda assim reflete valores e crenças da sociedade da qual faz parte. No tocante à violência contra a mulher, a autora aponta que as sentenças jurídicas e os argumentos utilizados pelos operadores do direito para caracterizar a violação de direito da mulher estão espelhados em

condutas morais dos comportamentos aceitáveis femininos e cristalizações de papéis de gênero para homens e mulheres.

Esse ponto de vista também foi indicado por Guimarães e Pedrosa (2015) ao defenderem que as definições legais e jurídicas apresentam limitações. Para os autores, no que compete à abrangência de subjetividades envolvida na relação de conjugalidade, no contexto das relações de gênero e da violência, os aparatos jurídicos ainda não englobam essa complexidade existente nesse tipo de violação. Dessa forma, corrobora-se com as descrições dos profissionais ao afirmarem que após o trabalho com a demanda da violência contra a mulher conseguiram ampliar seus conhecimentos a respeito do tema.

Pelas narrativas dos entrevistados, pode-se perceber que essa distinção de construção de significados foi, em alguma medida, influenciada pela formação do profissional, pela função pública em que atua, pelos discursos dos documentos oficiais, pelas práticas em cada serviço público e o tipo de atendimento que prestam às mulheres em situação de violência. Apesar de cada área de especialidade dos profissionais apresentarem peculiaridades em função do discurso, o objetivo científico parece ser o mesmo: o controle da sociedade através das Ciências.

Seja pelo corpo, como no caso da saúde; seja pela família, como no campo social; seja pelas leis e normas, como no discurso jurídico, o controle dos indivíduos passou a ser desenvolvido pela biopolítica e governamentalidade aplicadas às Políticas Públicas, como explicado por Foucault (1989 apud CAPONI, 2009). Dessa forma, pode-se considerar que, em parte, as práticas dos profissionais são normatizadas pelos documentos e normativas oficiais, onde o trabalho desenvolvido com as mulheres em situação de violência é justificado por uma equipe multidisciplinar, que norteia e exerce um saber sobre aquela demanda. Orientar abordagens, avaliar situações e estabelecer alguns critérios para determinar o ato violento são procedimentos técnicos que produzem significações sobre o trabalho executado; não apenas para aqueles que o exercem, mas também para aqueles que o recebem.

As peculiaridades da violência contra a mulher puderam ser ampliadas e visualizadas com maior clareza pelos profissionais a partir do momento que entraram em contato direto com o tema. Suas graduações, demais estudos e experiências de vida introduziram o conhecimento e iniciaram a construção gradativa dos significados desse tipo de violência. Essa graduação na construção dos entendimentos vem ao encontro do que é proposto por Bruner (1997) ao considerar que as significações dos indivíduos se refletem na e circundam a comunidade da qual fazem parte. Dessa forma, o contato com a demanda da violência contra a

mulher foi um dos últimos degraus nos quais os profissionais concretizaram suas significações.

Apesar de a maioria dos profissionais, independente de atuação na Política Pública, terem indicado que a formação acadêmica auxiliou na construção do significado da violência contra a mulher, ainda assim esse conhecimento acadêmico não veio na Graduação. Foi necessária a busca por parte do profissional por leituras extracurriculares, pois o conhecimento técnico obtido na academia apresentou-se insuficiente e superficial para atuação nessa demanda de trabalho. Recordando-se do indicativo apresentado no item que versa sobre o perfil dos profissionais entrevistados, vale resgatar que mesmo sendo profissionais com níveis de escolaridades altos, ainda assim os estudos não se referem a instruções a respeito de conhecimentos sobre a violência contra a mulher.

Com isso, pode-se inferir que a busca por aperfeiçoamentos dos profissionais a respeito da violência contra a mulher ocorreu por leituras que envolvem os documentos públicos e as normativas técnicas que regulamentam suas ações e trabalhos com a demanda; de forma que o profissional pode-se perceber solitário para aperfeiçoar os significados a respeito do tema. Na descrição das profissionais Adneia e Ana Sônia, essa trajetória em buscar por aperfeiçoamentos para o trabalho fica clara. O percurso percorrido pelos profissionais para construir maiores conhecimentos perpassa por trocas entre colegas mais experientes, palestras que o próprio trabalho lhe oferece e pesquisas individuais.

> “Acredito que só a graduação não me aproximou tanto, porque a gente não tem matérias voltadas na graduação pra isso.” (Adneia, Política de Assistência Social)

> “Eu acho que a formação acadêmica te coloca linhas gerais, mas a qualificação para o trabalho é você que tem que buscar dentro daquilo que você tá exercendo. Minha formação não me qualificou para trabalhar com violências, ainda mais da mulher [...] Eu fui pesquisando, procurando na internet, conversando com colegas que tinham mais experiência. A gente tem que ir atrás, tem que se virar.” (Ana Sônia, Política de Segurança)

Pelas narrativas das profissionais, que exemplificaram a maioria dos entrevistados, foi possível perceber que suas formações acadêmicas não envolveram questões ligadas às diferenças e violências entre os gêneros. Ainda na academia existem lacunas para o trabalho e atuação com a violência contra a mulher. Apesar de a formação das profissionais envolverem noções de direitos humanos, que compõe as Ciências Humanas, os profissionais precisaram buscar e preencherem sozinhos essa qualificação. Ainda mais quando esse conhecimento requer esclarecimentos sobre questões polêmicas e complexas, como o tema da violência.

Nesse sentido, a construção do entendimento da violência contra a mulher para os profissionais entrevistados recebe influências que emergem do contexto de trabalho do qual fazem parte, dos contextos acadêmicos pregressos e posteriores a execução da atividade profissional e das influências da visão de mundo, como o da família e da sociedade da qual fazem parte:

> "Eu aprendi, desde pequeno, que a gente tem que manter o respeito, independente de sexo. Se é homem ou mulher, você tem que ter um respeito [...] Lógico que depois você vai aprendendo, vai lendo livros, você acaba aumentando teu conhecimento. Depois que eu comecei a estudar mais sobre a situação de violência doméstica, a gente vê que, às vezes, pequenas atitudes que a gente não enxergava como violência, elas são uma forma de violência." (Pablo, Política de Segurança Pública)

Dessa forma, pode-se inferir que a construção para os significados que os profissionais atribuíram para a violência contra a mulher são também compostos por valores influenciados pela vida em família, o que acaba sendo ampliado com o lugar ocupado dentro da política da qual está inserido e pela bagagem de estudos que fizeram para exercer suas funções. Esse conhecimento técnico adquirido pode atuar como um multiplicador e desmistificador para a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher.

Vale lembrar que, como descrito no perfil dos profissionais, o tempo de trabalho com a demanda da violência contra a mulher e o tempo de atuação na Política Pública foi uma média de 2 a 3 anos para a maioria dos entrevistados. Essa característica, somada com as descrições apresentadas nas entrevistas, leva a crer que essa gradação na construção dos significados é dinâmica, estando ainda em construção. Além disso, os entendimentos construídos não se limitam a estudos, vivências particulares, práticas diárias, mas também são adquiridos e transformados conforme a abertura oferecida por cada profissional; seja para executar sua prática de trabalho, (re)pensar sobre ela e acumular experiências dentro da profissão e da Política Pública.

Esse argumento vai de encontro com o que Bruner (1991, 1997; 1986 apud Correia, 2003) afirmou quando descreveu que os significados são construídos de forma narrativa a partir de um pano de fundo ditado pelas normas socialmente construídas. Na medida em que as pessoas negociam e (re)negociam essas significações na prática social, a construção se caracteriza como conquistas sociais ao longo da história de cada um. Isto é, mesmo que os profissionais apresentem compreensões a respeito da violência contra a mulher desde sua vida em família, essas compreensões podem ser pensadas e (re)pensadas conforme outras influências que o social vai apresentando ao longo da história de vida.

Essa mesma inferência para a construção dos significados foi percebida no grupo de mulheres. Na descrição de Margarida, ela faz uma analogia sobre sua participação no grupo. A participante aproximou o crescimento de uma planta ao seu processo de (re)significar a experiência da violência vivida; descrevendo como a transformação dos significados ocorreram durante as interações no grupo psicossocial. Ao narrar sobre o desenvolvimento e o crescimento da semente, simbolizou como o entendimento que possuía sobre o que aconteceu pode ser ampliado a ponto de transformar suas lágrimas de tristeza em alegria.

> "Vou sentir falta de vir para o grupo (se emociona). Se estou chorando hoje, não é de tristeza, é de alegria. É como se eu tivesse plantado uma semente, que eu cuidei, dei água, zelei, e essa semente se transformou em uma planta, que deu flores e frutos, e eu quero continuar cuidando dela." (Margarida, 18ºgrupo)

Assim, a construção e a aquisição dos significados são regidas pelo contexto. Mesmo que as pessoas guardem certa individualidade para fazer suas (re)construções e buscar por outras significações, estas são frutos do somatório dos sistemas simbólicos oferecidos pela cultura e pelo contexto social, como foi descrito pelos profissionais e exemplificado pela narrativa da participante do grupo (BRUNER, 1991; 1987 apud CORREIA, 2003).

Talvez essa argumentação se torne clara com um aspecto bem particular encontrado durante a realização das entrevistas: a ocorrência da violência contra a mulher dentro de seus contextos familiares. Dos 13 profissionais entrevistados, três deles expuseram relatos em suas histórias de vida que presenciaram a ocorrência da violência dentro de suas próprias casas e com pessoas próximas da família. Esse fato demarcou e influenciou muito mais a significação a respeito do tema.

> "Um pouco por vivência pessoal [...] Eu tive uma experiência anterior. Por mais que eu separe as coisas, eu trago meu aspecto pessoal para as minhas vivências profissionais." (Adriele, Política de Justiça)

> "A experiência familiar mesmo. Minha mãe foi vítima de violência doméstica durante muitos anos enquanto eu era criança/adolescente. Então, isso foi algo muito presente na minha vida." (Pietro, Política de Assistência Social)

> "Se for ver, pela minha família, a relação não era boa. Ele queria ser superior a ela. Desde daí, a gente começa a perceber certa violência acontecendo." (Fernanda, Política de Saúde)

Com as narrativas desses entrevistados, fica claro que a construção dos significados para os profissionais está imersa nas mesmas dimensões que se atribui para compreender a violência contra a mulher. Ou seja, os aspectos e as características determinantes para

compreender esse tipo de violência também estiveram presentes na vida de alguns dos entrevistados. Marcas culturais, sociais, históricas, familiares, de gênero, de gerações e da relação entre as pessoas estão na base para construir os significados da violência contra a mulher tanto para profissionais como para as mulheres que frequentaram o grupo de apoio psicossocial. Ir além dessa construção dos significados torna-se fundamental, sendo algo desafiador para o trabalho com a demanda da violência contra a mulher.

Vale ressaltar que o ir além da construção desses significados nada mais é do que dar-lhes outro sentido. Uma forma possível seria fazer questionamentos e problematizar essas significações para as pessoas que estão envolvidas na construção ou sendo submetida a ela. Entretanto, para alcançar de fato outros significados para a violência contra a mulher, são necessárias (re)significações nas dimensões que fazem parte desse fenômeno, atingindo a sociedade e a cultura como um todo e não apenas a população pesquisada.

A partir da transformação dos significados que a violência contra a mulher possui, será possível alcançar mudanças e ampliar entendimentos. Isso vai ao encontro do que Pietro descreveu quando começou a (re)significar a violência contra a mulher que foi exposta na família:

> "Eu não entendia como violência contra a mulher. E era uma violência que uma pessoa cometia contra a outra, o meu pai contra a minha mãe, não tinha esse entendimento por ela ser uma mulher [...] Eu pensava que eram conflitos que todas as pessoas tinham, e uma pessoa perdia a cabeça e agredia a outra, nada mais que isso [...] Hoje, eu identifico diferente a partir da minha formação, que ela sofria violência por ela ser mulher única e exclusivamente." (Pietro, Política de Assistência Social)

O profissional descreve a naturalização da violência, do fenômeno em si e ainda indica sobre o desconhecimento a respeito da questão de gênero. Pode-se observar como suas considerações sobre o que acontecia na família e entre os pais foram sendo gradualmente esclarecidas com o advindo de outros significados e compreensões trazidos pela graduação profissional, por seu amadurecimento e abertura para tal.

Nesse sentido, pode-se inferir que a construção gradual do entendimento da violência contra a mulher também está aberto a mudanças, mesmo que esses significados tenham sido enraizados durante a origem das pessoas, de seus contextos culturais, históricos e sociais. Quando questionado sobre alguma mudança no entendimento sobre a violência contra a mulher, o profissional confirma essa possibilidade de alcance e abertura de (re)significados para além dessas relações familiares, com mudanças de entendimentos sociais, históricos e culturais da sociedade quando se percebe menos machista:

> "Deixei um pouco de ser machista. Não deixei de ser por completo, porque a cultura é machista [...] A gente acaba tendo posturas machistas, mas deixei de ser um pouco devido à minha história de vida e da minha formação." (Pietro, Política de Assistência Social)

A partir do momento em que se oportuniza questionamentos sobre os significados expressos a respeito da violência contra a mulher, também se possibilita que estes possam ser (re)significados, de forma que sua construção possa ser analisada, refletida e ressignificada. Para isso, é necessário buscar a compreensão da violência em si, englobando a forma como a dinâmica do fenômeno ocorre, sem taxações, estereótipos ou julgamentos. A narrativa da profissional da Política de Saúde corrobora e reforça essa argumentação ao afirmar que:

> "Talvez entender por que as coisas são assim, ou por que o homem faz essa violência e por que a mulher aceita. Tentar entender, não só julgar; mas tentar entender o porquê dessas relações." (Fernanda, Política de Saúde)

Pelo fato de a pesquisa envolver a compreensão a respeito dos significados da violência contra a mulher para os profissionais especializados, buscou-se apenas questionar e ouvir a opinião dos entrevistados – assim como a profissional Fernanda mencionou – um aspecto relevante pode ser inferido durante as entrevistas: o fato de que a própria pesquisa em si serviu como forma de (re)pensar e (re)significar o entendimento da violência contra a mulher.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a maioria dos profissionais parou para pensar sobre o fenômeno com o qual trabalham, da forma como atuam, correlacionavam e criticavam as orientações que receberam das Políticas Públicas. Pode-se dizer que, de certa forma, ampliaram suas percepções e pensamentos sobre a temática em questão. A descrição de Fernanda indica claramente sobre essa abertura para mudanças de pensamentos sobre a violência contra a mulher que a pesquisa ofereceu:

> "A gente não para pra pensar nesse assunto e, agora, refletindo, eu penso como a gente não trabalha isso na Saúde [...] e de como precisaria. É tão claro e existe tanto na nossa sociedade. A gente fala tão pouco desse assunto de violência contra a mulher. Acho que serviu até pra eu refletir um pouquinho. A gente precisa melhorar e discutir mais em relação a isso." (Fernanda, Política de Saúde)

Outras mudanças de entendimentos da violência contra a mulher narrados pelos profissionais que acompanharam essa gradação na construção dos significados também foram contempladas. As principais versam sobre o ato violento contra a mulher não ser um episódio de violência isolado, mas podendo ser uma forma frequente dentro da relação do casal; as

sequelas que a violência ocasiona a quem a sofre; de um entendimento sobre o fenômeno não ser simplista, mas complexo, envolvendo um contexto no qual a mulher está imersa dentro dele; sobre a revelação da violência não ser apresentada para o profissional, mas este precisando de capacidade técnica para abordá-lo. E ainda, há a questão dos estigmas sociais a respeito da violência, como a vergonha e a não exposição perante a comunidade, mesmo que isso sacrifique o direito da mulher à proteção.

> "Eu não tinha essa visão antes [...] que de repente faz as pazes e logo passa. Hoje, a gente percebe que esse momento que logo passa pode ser algo que muito tempo tá ali. Pode ser que eu visualizei hoje, mas a mulher que tá recebendo essa situação tá a mais tempo nessa relação." (Pâmela, Política de Segurança Pública)
>
> "De quando eu não trabalhava e de agora, eu acho que essa percepção da autoestima da mulher, que a gente conversa com ela e vê que ela, geralmente, tá dependente do marido." (Priscila, Política de Segurança Pública)
>
> "Eu tinha uma visão assim imediatista. Eu achava que as mulheres tinham que sair daquela condição de qualquer jeito [...] Depois, percebi que não será na pressa, não vai ser assim da noite pro dia." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)
>
> "Eu não tinha aquela noção de entender o contexto no que ela estava inserida, entender a educação que ela teve, o ambiente que ela veio, a família [...] Entender que nós que temos que ter certas artimanhas pra abordar esse tipo de situação. No início, eu tinha a percepção que tinha que esperar ela trazer pra mim e não precisava fazer questionamentos." (Elias, Política de Saúde)
>
> "Ela sente vergonha por ser vítima de violência. O fato de ela não se expor com as visitas na casa dela é que às vezes ela pensa na imagem dela perante a vizinhança e não quer fazer parte do Programa da Rede Catarina." (Pietro, Política de Segurança)

Sobre essas narrações, pode-se perceber a amplitude alcançada para a construção dos significados, pois os profissionais descrevem os aspectos intrínsecos, subjetivos e a complexidade que a violência contra a mulher carrega: as características relacionais, da dinâmica conjugal, dos prejuízos emocionais que a violência causa, as marcas sociais, históricas e culturais que fazem parte do contexto da violência e da forma indireta que a violência contra a mulher transparece durante o trabalho do profissional.

Dessa forma, pode-se também apontar como inferência o fato de que a prática do trabalho com a violência contra a mulher é, em si, uma possível promotora para mudanças de significados. Os profissionais mensuram muito a forma como percebiam o fenômeno antes de atuar e trabalhar com ele. Isso indica o quanto a percepção e construção dos significados desse tipo de violência pode ser transformado com a vivência prática da profissão e, consequentemente, muito influenciado com a interação desenvolvida entre o profissional e a mulher em situação de violência.

Os significados que os profissionais atribuíam antes do trabalho e interações diretas com as mulheres em situação de violência foram se transformando na medida em que desempenhavam suas funções profissionais. Isso quer dizer que a interação proporcionada pela prática dos atendimentos pode ser uma ferramenta para alcançar a (re)significação a respeito do fenômeno da violência contra a mulher. Entretanto, vale ressaltar que a forma como o profissional conduz essa interação e o quanto se demostra aberto a (re)pensar sobre sua prática são fatores determinantes para novos significados a respeito da violência.

Esse argumento foi construído durante a análise dos dados, uma vez que a percepção dos profissionais sobre a interação com as mulheres em situação de violência apresentou-se em três percepções distintas. A primeira versa sobre os profissionais que, apesar de acreditarem ser possível alcançar outro entendimento sobre a violência vivida, consideram difícil que isso ocorra. Essa dificuldade reside em uma percepção extrema para a (re)significação ocorrer. Na opinião dos profissionais, a cultura da violência está impregnada na forma de vida e de relacionamentos das mulheres a ponto de continuarem a reincidir casos de situações de violência em suas vidas, mesmo com outros parceiros/companheiros e com o acesso à rede de serviços e orientações dos profissionais. A transformação da violência vivida poderia ser alcançada apenas por medidas extremas, por exemplo: anos em psicoterapia e/ou separação conjugal.

> "Eu acho que sim, mas é um processo difícil; é uma história de vida, e aquilo está muito dentro delas, fixado, e, às vezes, a gente conseguir acessar pra poder mudar isso é difícil." (Fernanda, Política de Saúde)

> "É difícil [...] Eu acho que o caminho é longo. Eu acho que a mulher vítima, ela tem que passar por anos de terapia. Acho que primeiro ela tem que se separar do agressor, buscar outro caminho. Eu incentivo a separação, tanto pro homem quanto pra mulher." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

> "Muito difícil [...] O percentual de mulheres que mudam o pensamento depois de passarem por um processo de Lei Maria da Penha é muito baixo, pois aqui já passaram mulheres que vieram três vezes de três relacionamentos diferentes [...] Então quer dizer que o comportamento delas também não teve nenhum tipo de modificação, e estão vivendo a mesma situação de violência." (Adriana, Política de Justiça)

Nesse sentido, os profissionais não descreditam no trabalho que fazem durante o atendimento com as mulheres, nem da estruturação das Políticas Públicas e da atuação dos serviços e órgãos públicos; mas ainda assim a percepção é de que a transformação ou (re)significação da violência sofrida é tido como algo difícil a ser alcançado. Mesmo com as intervenções durante a interação com o profissional, a transformação do vivido parece ser algo distante para a realidade dessa demanda.

Na segunda percepção das narrativas dos entrevistados em considerar a interação entre profissional e mulher ser uma possível ferramenta para a (re)significação da violência sofrida, esta parcela considerou que seja possível uma (re)construção do significado, mas se estiver atrelado a uma condição: a de que "a mulher também tem que querer".

> "Pode, sim. Só que não vai depender só da pessoa que quer ajudar. Depende também muito dela, porque a gente aqui vivencia muito isso de a gente querer ajudar, e a pessoa não querer ser ajudada." (Pâmela, Política de Segurança)
>
> "Acredito que sim. Não são todas; mas a gente vê que com orientação, com auxílio, que às vezes a pessoa não tem com quem conversar, não é fácil romper esse ciclo [...] mas acho que a própria pessoa mesmo que está sofrendo a violência tem que dar um basta, tem que dizer 'eu não quero mais isso', 'eu não aceito mais isso'. É aí que entra as Políticas Públicas e os serviços para auxiliar esta pessoa." (Pérola, Política de Assistência Social)
>
> "Eu acho que é válida a tentativa. É válida em muitos casos. Tem alguns que a gente até consegue abrir os olhos dessas pessoas, mas tem outros que vão muito além da nossa orientação." (Pablo, Política de Segurança)

Nesse sentido, pôde-se inferir que a percepção dos profissionais sobre a (re)construção do significado da violência vivida vai estar a cargo da própria mulher. Esse entendimento parece se contrapor às orientações dos principais documentos e normativas oficiais das Políticas Públicas - Orientações Técnicas: CREAS, 2011; CRAS, 2012; NASF, 2009; Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, 2011.

As orientações oficiais descrevem que os profissionais devem buscar estabelecer, além de um vínculo de confiança, uma relação de referência com a população atendida pelas Políticas Públicas. Ou seja, a postura acolhedora, ética e não discriminatória deve permear o desenvolvimento do trabalho como um todo e nas intervenções realizadas (BRASÍLIA, 2011). Nesse sentido, os profissionais precisam estar preparados para acolher as mulheres considerando a complexidade da situação de violência, suas singularidades e dificuldades. No tocante à demanda da violência contra a mulher, idas e vindas aos serviços públicos, desistências, reincidências de relacionamentos abusivos são elementos que precisam ser acolhidos e trabalhados durante a interação profissional e mulher.

Se considerarmos a forma como os significados são construídos e apreendidos pelas pessoas segundo as considerações de Bruner (1991, 1997), nessas duas percepções os entrevistados não compreenderam o quanto a interação e a partilha de pensamentos, crenças e diálogos entre profissionais e mulheres podem contribuir para que (re)significações a respeito do fenômeno da violência contra a mulher possam ser alcançados.

Durante a interação e o atendimento da demanda de violência, seja de forma direta (registro de denúncia, instauração de procedimentos, audiência judicial) ou indireta (consulta médica, atendimento social, orientações sobre seus direitos e a rede de proteção), o compartilhamento de visões de mundo é realizado por uma conversa, que nada mais é do que uma narrativa interativa. Nessa ação de narrar e ouvir sobre o ocorrido, a interação torna-se a chave para a abertura de novos significados, pois é a ação necessária para que as concepções culturais, históricas e sociais sejam narradas e reorganizadas para os envolvidos na ação, no caso, na violência: as mulheres.

Esse entendimento também foi defendido por Fonte (2006 apud AQUINO, CONTI, PEDROSA, 2014), que aponta o poder transformador das narrativas em residir na capacidade de recontar os acontecimentos da vida, atribuindo-lhes novos significados a partir do momento que o faz com o auxílio ou a interação com outras pessoas.

A respeito da concepção dos profissionais basearem-se na ideia de que "a mulher também tem que querer", no artigo: *A "conflitualidade" conjugal e o paradigma da violência contra a mulher*, Soares (2012) aponta que o conceito "violência contra a mulher" tornou-se uma espécie de paradigma, desenvolvendo um tipo ideal da vítima de violência por parceiro íntimo: a mulher dominada, subjugada, agredida recorrentemente, violentada, humilhada e desqualificada, generalizado a qualquer mulher em contexto doméstico violento. Com base nesse ideal, a relação entre os gêneros passou a ser vista como *"a mulher que apanha"* e o *"homem que agride"* (p. 197), repetindo comportamentos padronizados e identificados de acordo com os respectivos papéis construídos socialmente. A autora ainda esclarece que esse ideal corresponde à minoria dos casos reais de violência contra a mulher (a esposa indefesa, apassivada, submetida cotidianamente ao poder arbitrário e tirânico de seu parceiro masculino, aterrorizada e paralisada diante de suas ameaças e agressões), mas que, com o passar do tempo, transformou-se na matriz universal de todas as violências vividas por mulheres. Nesse sentido, a compreensão dos profissionais reflete esse ideal da vítima de violência, desacreditando na possibilidade de repercussão dos investimentos das Políticas Públicas para transpor o fenômeno da violência contra a mulher.

Com isso, alcançamos a terceira percepção dos entrevistados, os quais descreveram acreditar que a interação com as mulheres durante os atendimentos realizados seja promotora de novos significados a respeito da violência vivida. Para essa parcela, mesmo reconhecendo as dificuldades existentes na situação de violência, há a crença de que seja possível alcançar transformações nos significados da violência sofrida.

> “Tem mulheres que não conseguem sozinhas. Elas precisam de uma orientação, um encaminhamento, de um alguém que faça uma abordagem com elas. Algumas até conseguem, outras não. Elas não vão sair se elas não tiverem um suporte, uma ajuda, alguém que interaja e auxilie.” (Ana Sônia, Política de Segurança)

> “Acredito que sim. Acho que tu tá empoderando ela, dando possibilidades de ela pensar [...] Às vezes, ela tá ali naquele meio e não consegue visualizar saídas sozinha, na medida em que ela tem o acesso à informação, ela se empodera, toma conhecimento.” (Ana Simone, Política de Assistência Social)

> “Acho que sim. Como aqui a gente é uma porta aberta, nós fomos a primeira pessoa que ela contou (violência sexual) [...] Ela não tinha ninguém pra falar sobre isso e tinha muita vergonha. Então eu acredito que a gente faz a diferença sim.” (Mônica, Política de Saúde)

> “Sim, a gente explica, dá orientações pra ela pensar nela primeiro. A gente relata que isso não é normal, que é um abuso que o agressor tá fazendo contra ela. A gente orienta muito isso.” (Priscila, Política de Segurança)

> “Com certeza, esse contato, esse olho no olho, esse acolhimento que o profissional pode dar faz toda diferença e colabora em muito no sentido de prevenir, porque se ela foi agredida, pra ela não ser agredida novamente. Demonstrar que se ela ainda não tem conhecimento dos direitos e até do que aconteceu com ela, ela pode se empoderar e não ser conivente com o que ela vive” (Elias, Política de Saúde).

Através das descrições dos entrevistados, pôde-se perceber o quanto essa parcela de profissionais compreende a interação com a mulher em situação de violência como uma abertura para o pensamento, para a aquisição de conhecimento sobre o que ocorreu com a mulher. Para eles, consequentemente essa abertura oportuniza ampliar e adquirir outros significados sobre o que ocorreu com ela. Assim como os profissionais integraram suas percepções de forma gradativa com outros entendimentos sobre o fenômeno da violência contra a mulher, as mulheres também podem fazê-lo durante a interação dos atendimentos ofertados pelos profissionais nos serviços públicos. As informações, as orientações, os encaminhamentos e os procedimentos durante a abordagem do trabalho podem oferecer outras percepções para compreender o que as mulheres viveram.

Esse argumento vai ao encontro do que Vygotsky (1989, apud Borges, 2012) descreveu a respeito do uso de instrumentos ou mediadores para o processo da aquisição da aprendizagem. O autor propõe que os significados gerados por esses mediadores são produzidos histórica e culturalmente, ou seja; a mediação nada mais é que uma ação humana produtora de significados. Na medida em que os profissionais interagem com as mulheres durante o contato nos atendimentos, oportuniza-se a ação de (re)aprender sobre a violência que se vive/viveu.

Os profissionais, nesse sentido, passam a ser um canal de informações, ou um "gatilho", para a construção de outros significados a respeito da violência contra a mulher. Em alguns casos, são a única fonte de novas percepções que a mulher poderá ter, como bem descreveu a profissional Mônica ao indicar que a paciente nunca havia falado com alguém sobre o que lhe aconteceu. Essa fragilização de apoio na rede primária de contatos da mulher em situação de violência também foi constatada em pesquisa realizada por Grossi, Tavares e Oliveira (2009). Os autores apontaram que os profissionais, as instituições, as associações e os grupos comunitários possuem a incumbência de fornecerem atenção especializada, orientação e informação, já que a rede de apoio primária das mulheres não supre esse papel, e quando o faz ainda é de forma precarizada ou rompida.

A partir do momento em que os profissionais percebem sobre a importância da interação, passam a usá-la de forma a promover benefícios durante o atendimento; não apenas como algo informativo, mas também como uma forma de empoderamento para a mulher em situação de violência. A interação profissional e mulher, se bem executada, corrobora com Freitas, Oliveira e Silva (2013), quando defendem que a prática de ações voltadas ao enfrentamento da violência favorece a construção de vínculos entre profissionais e mulheres contribuindo para a superação da opressão de gênero. Para as autoras, a importância de se redefinir instrumentos, materiais e saberes para o trabalho cotidiano dos profissionais é de suma importância, uma vez que se pode levar em consideração a subjetividade da mulher frente à violência e aos determinantes sociais e culturais que amparam ou suavizam esse fenômeno.

A utilização do termo empoderamento pelos profissionais faz referência às descrições dos documentos das Políticas Públicas que compreende que empoderar as mulheres em situação de violência é ofertar espaços públicos para que seu desenvolvimento integral de cidadã seja alcançado (Orientações Técnicas: CREAS, 2011; CRAS, 2012; NASF, 2009; Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, 2011).

Nesse sentido, empoderamento para as mulheres em situação de violência é a forma de resgatar a autonomia social, psicológica, econômica, política e cultural da figura da mulher através dos serviços públicos destinados a ela. Sobre o entendimento a respeito do conceito de empoderamento, alguns estudos (KLEBA, WENDAUSEN, 2009; GONH, 2004) o descrevem como um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos, sociopolíticos e comunitários. Isto é: autonomia pessoal e de grupos sociais nas relações interpessoais e

institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social como as mulheres, os negros e a população LGBT.

Assim como o conceito de empoderamento descrito pelos profissionais, a abertura para a inclusão de novos significados a respeito da violência contra a mulher pode ser promovida pela mediação do profissional. Essa mediação dos significados nada mais é que a visualização de alternativas, possibilidades sobre aquilo que a mulher está vivendo no momento em que acessa a rede de proteção da cidade. Os caminhos e escolhas que deverão ser percorridos pela mulher ficam, assim, ao seu critério; mas a função de indicar e auxiliar a mulher nesse processo de inclusão de novos significados é função dos profissionais inscritos nas Políticas Públicas. A descrição de Pietro transparece esse entendimento:

> "Seria a nossa função enquanto trabalhador dessas políticas quando se depara com essa demanda, dar alternativas, dar caminhos, porque é como se ela (mulher) tivesse fechada, sem visão do mundo em que vive. A gente dá a claridade, dá a luz pra ela de uma forma que ela enxergue caminhos e alternativas." (Pietro, Política de Assistência Social)

No mesmo sentido, está a interpretação da profissional Adneia feita sobre o entendimento da Lei Maria da Penha ao considerar sobre as desistências, dificuldades e resistências em as mulheres acessarem ou manterem os atendimentos e procedimentos necessários frente à denúncia e/ou à vivência da violência. Sua compreensão revelou que a orientação do documento jurídico já previa que as mulheres iriam passar por dificuldades e desistências e que, por causa disso, era preciso que a sociedade, o Estado e as Políticas Públicas mantivessem os investimentos e o resgate permanente desse empoderamento da mulher frente à violação de direitos sofrida.

> "Quando você lê a letra da lei, você vê quantas peculiaridades que o legislador criou ali ou imaginou que pudesse acontecer [...] O fato de elas darem o primeiro passo e voltar atrás, de ir lá registrar o boletim de ocorrência; mas não perceberem que aconteceu aquela violência com elas e que precisam dar continuidade nos atendimentos ou procedimentos [...] Então, acredito que seja algo permanente das Políticas Públicas, que é trabalhar as mulheres, empoderá-las." (Adneia, Política de Assistência Social)

Pode-se inferir que essas narrativas de Pietro e Adneia, contrapõe a percepção dos profissionais que indicaram sobre "a mulher também tem que querer"; pois afirmar sobre a necessidade de permanente investimento – seja de profissionais, das Políticas Públicas e da sociedade – no empoderamento das mulheres, mesmo ocorrendo desistências, infrequências ou retrocessos, é ter consciência de que a violência é um fenômeno inerente das sociedades assim como foi descrito pela literatura (MACHADO, 2010; BONAMIGO, 2008; MICHAUD

1989). A violência, sendo ela contra a mulher ou não, precisa ser canalizada para algo produtivo, transformador da realidade que a produz. O profissional, ao interagir com a mulher em situação de violência, promovendo pensamentos sobre o ocorrido e fomentando questionamentos para a visualização de alternativas, é de suma importância para a transformação dos significados produtores da violência. Assim, as sociedades podem alcançar maneiras para lidarem com os problemas e sequelas inerentes das relações violentas, ou inclusive (re)significar os fatores que a promovem.

A opinião do profissional Elias exemplifica bem essa colocação. Ele descreve que os próprios profissionais devem evoluir em seus entendimentos e significações a respeito da violência contra a mulher, a fim de que possam transcender essas marcas sociais, históricas e culturais impostas à figura da mulher, vista como a responsável por sua condição e superação da violência. Dessa forma, o entendimento do pensamento comum sobre "a mulher também tem que querer" pode ser ampliado, transformado e atingindo outras significações e/ou evoluir transcendendo as dificuldades que se apresentam para a mulher durante o percurso da superação da violência em que vive.

> "Essas questões estão muito presentes na sociedade. A gente espera só que a mulher fale ou a gente acha que o problema tem que ser resolvido é particular dela e do marido. Se ele tá agredindo e tu não falou, é porque tá gostando e tem que se ferrar mesmo. Não!! A gente pode colaborar quanto a isso. Só que a gente tem que evoluir também nessa questão." (Elias, Política de Saúde)

Nesse sentido, a evolução nas significações a respeito da violência vivida pelas mulheres pode ser alcançada se a interação entre profissional e mulher for bem-sucedida, desenvolvida de uma forma sensível à escuta qualificada e, principalmente, se o profissional for ético ao desempenhá-la. Durante a análise das entrevistas, foram nítidas essas preocupações na maioria da fala dos entrevistados. A rede de proteção da cidade do oeste catarinense é composta por profissionais comprometidos com o trabalho que fazem. Eles demonstraram executar suas atribuições da melhor forma possível dentro do âmbito de sua função, de seu conhecimento e da política pública que representam. A sensibilidade durante a interação com a mulher em situação de violência pode ser percebida enquanto recordavam-se de atendimentos com as mulheres e descreviam a forma como ampliavam a visão da mulher sobre aquilo que havia lhe acontecido.

A seguinte narrativa da profissional Priscila representa muito bem essa interação como uma ferramenta de alcance de novos significados para a violência sofrida pelas mulheres:

> "Teve um caso de uma mulher que veio fazer o boletim de ocorrência que era de ameaça. Daí eu consultei e já tinha vários B.O. dela contra esse marido [...] Eu auxiliei que se ela não tomasse uma providência, poderia acontecer algo pior. Eu vi que ela ficou meio pensativa e quis o encaminhamento ao procedimento pro inquérito [...] Às vezes, a gente que tá auxiliando percebe que de fora ninguém dá esse estalo pra ela tomar alguma providência maior pra ela mesma se proteger." (Priscila, Política de Segurança)

Nesse exemplo, pode-se inferir que além de uma interação na qual o profissional é sensível e empático o suficiente para compreender a situação de forma que provoque o pensamento sobre a situação de violência da mulher, ele também promoveu a canalização do significado da violência para algo produtivo. Muito mais do que apenas orientar, fazer procedimentos e encaminhamentos sobre a questão, ele foi capaz de oportunizar um espaço de interação para outro significado, que antes a mulher não havia percebido, do perigo que poderia estar correndo caso não se protegesse de fato.

Da mesma forma, uma lembrança narrada pela profissional Ana Sílvia demonstra que se essa interação profissional e mulher for desenvolvida em desacordo com as necessidades que a situação exige, ela pode ser maléfica, pois pode manter a mulher em situação de violência e cristalizar ainda mais as dimensões dos significados sociais, históricos e culturais da violência contra as mulheres.

> "Atendi, recentemente, uma mulher que veio de outro município buscar orientações sobre a pensão dos filhos, pois havia se separado recentemente. Ela acabou abrindo sobre a violência que vivia com o ex-marido [...] Ela me contou que as assistentes sociais da cidade dela nunca tinham falado aquilo pra ela, sempre diziam que 'ele me batia só porque tinha bebido, que na verdade ele era um bom marido e pai'. Eu falei exatamente o contrário, que ela não precisava aceitar aquilo, que a bebida não justifica nada disso da forma de tratar uma pessoa [...] Eu acho que isso acendeu uma luzinha na cabeça dela." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

Neste recorte da narrativa da profissional, fica evidente que a interação tem uma importância considerável para o alcance de (re)significações para a violência vivida pelas mulheres. A entrevistada ainda descreve que a usuária se manteve por mais tempo na situação de violência devido à abordagem que recebeu da colega do outro município. Isso quer dizer que a ampliação dos significados da violência vivida pelas mulheres também está correlacionada com a amplitude de (re)significados que os profissionais conseguem transmitir durante as interações realizadas nos atendimentos. Isto é: as significações que o profissional possui podem interferir na forma como esse interage com a mulher, transmitindo novos significados ou reforçando estereótipos, como demonstrado na narrativa anterior.

Em consonância com a descrição da profissional, D'Oliveira e Schraiber (2013) indicaram uma pesquisa realizada na América Latina pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e replicada no Brasil. Essa pesquisa descreve que a busca por interrupção das violências vividas pelas mulheres pode ser difícil e cheia de obstáculos. As autoras afirmaram que as mulheres encontram respostas desestimuladoras para interromper a violência por parte de familiares, comunidades e serviços estatais, tais como: delegacias de polícia, serviços jurídicos, de saúde e assistência social. Orientações inadequadas e atitudes não acolhedoras e impregnadas de julgamento moral foram frequentes nos achados da pesquisa replicada no país. Esse percurso tortuoso para algumas mulheres denominou-se de *"rota crítica*[13]*"*, na qual as decisões e as ações das mulheres para interromper o ciclo da violência podem receber respostas inadequadas ou culpabilizadoras por parte da rede primária e secundária de proteção. Dessa forma, essas respostas acabam não sendo efetivas e/ou reiterando a violência vivida.

Entretanto, é necessária uma ressalva importante sobre o alcance de (re)significações sobre a violência vivida não ser exclusividade da interação entre profissionais e mulheres. Outra forma percebida durante a análise dos dados foi a interação entre as próprias mulheres promovido pelo grupo psicossocial realizado pelo CREAS I. A interação entre mulher e mulher também serviu como ferramenta para abertura de novos significados. As participantes descrevem sentimentos de alívio e segurança quando se perceberam ouvidas, seja umas com as outras, pelos profissionais ou simplesmente por ter um espaço para falar sobre o ocorrido com elas. Ainda descreveram sentimentos e sensações sobre (re)significações sobre si mesmas, sobre como se percebem mulheres e da forma como essa interação propicia o processo dos ressignificados.

> "Depois que a gente fala, fica pensando do porquê que não fez isso antes, porque dá um alívio grande e a gente percebe o tempo que passou sofrendo sozinha e achando que isso não podia ser diferente." (Hortência, 11º grupo)

> "Aqui no grupo, a gente tem com quem falar essas coisas, consegue ter o apoio que a gente precisa, porque mesmo que você faça a denúncia, ninguém conversa com você, lá na audiência mesmo, eu vi ele, e fiquei firme." (Rosa, 12º grupo)

[13] A sequência de decisões e ações executadas pelas mulheres em situação de violência, bem como as respostas encontradas em sua busca por soluções, é chamada de "rota crítica" e determina os passos antes da chegada aos serviços públicos de referencia para o tema. Tal definição foi proposta pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Fizeram parte do estudo: Shrader E, Sagot M. Domestic Violence: Women's Way Out [Internet]. Washington: Pan American Health Organization; 2000. 124p. [cited Sep 12, 2016]. Available from: http://www1.paho.org/english/hdp/hdw/ womenswayout.pdf.

> "Quando eu saio aqui do grupo, eu fico refletindo e pensando, porque antes eu pensava que só eu sofria e, agora, eu vejo que outras pessoas já passaram pelo que eu passei e conseguiram." (Margarida, 5º grupo)
>
> **Violeta:** Mas hoje quando eu vi você chegando eu percebi que você estava diferente, que tinha alguma coisa, estava mais bonita, veio com o cabelo diferente.
> **Hortência:** É você está mais bonita, Margarida, tua pele está mais bonita, tu parece bem melhor.
> **Margarida:** Teve um tempo que eu só chorava pelos cantos, que estava mal mesmo, mas agora eu estou me amando, e muitas pessoas dizem que eu estou bem. Acho que eu sai do armário." (Diálogo entre participantes, 13º grupo).
>
> "Eu também estou me sentindo mais forte, que aos poucos a gente vai tirando aquele sofrimento e no lugar vai entrando mais força [...] Tive audiência da nossa separação e o meu ex-marido esperava uma mulher fraquinha, que se jogasse nos pés dele, de cabeça baixa. Mas não! Eu cheguei decidida. O juiz pergunta se ambos estão certos disso, e eu, de cabeça erguida, respondi: 'Sim, Senhor'. Meu ex-marido demorou uns 15 minutos pra responder. Ele falou pra uma das minhas filhas que nunca foi casado com aquela mulher que ele viu ali, que não me conhecia mais, porque imagina: eu tinha que lavar os pés dele, dar comida, servir no prato. Agora, cada dia estou me sentindo mais poderosa, dona de mim mesma, da minha vida." (Hortência, 13º grupo)
>
> "No dia da audiência, minha filha disse que eu tinha que ir diferente, porque não sou mais a mesma pessoa, e falou que não era pra eu ir de qualquer jeito. Eu coloquei a minha melhor roupa, minha filha me maquiou e eu fui [...] Fui diferente, e o choroso também estava lá. Ele ficou lá chorando, me pediu pra passar uma esponja no que a gente viveu e começar de novo. 'Mas eu esperei 23 anos para você mudar e ficou só um ano sem beber, os outros sempre bêbados, agora vou seguir minha vida sozinha'. A juíza e as pessoas que estavam lá conversaram e me perguntaram o que eu queria, e eu disse que queria me sentir segura, que eu queria uma segurança pra mim." (Violeta, 15º grupo).

O grupo psicossocial ofertou essa escuta e promoveu a transformação dos aspectos envolvidos durante a situação de violência por oportunizar essas interações entre as mulheres. Pelo fato de encontrarem esse espaço de interatividade e compartilhamento de significados do ocorrido, o grupo acaba tornando-se mais um caminho para a construção de outros significados que não apenas o da violência em si, mas sobre si mesmas, ao perceberem-se fortalecidas, empoderadas como mulheres, com a (re)construção de suas imagens femininas de sofrimento e fragilidades para uma nova de superação, força e usufruindo da feminilidade sem a repressão anteriormente descrita, conforme transcrito no recorte do diálogo entre Violeta, Hortência e Margarida.

Esses achados foram corroborados por Kleba e Wendausen (2009) ao indicarem que o empoderamento promovido por grupos desenvolve sentimentos de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. As autoras ainda complementam que a experiência do empoderamento ocorre quando a pessoa vivencia suas capacidades em situações de carência ou de ruptura. Além disso, consegue reconhecer não apenas recursos e possibilidades pessoais, mas também as saídas para afastar-se da posição de impotência e resignação que,

muitas vezes, são pré-determinadas por um constructo social e cultural. Assim, as mulheres empoderadas, frente à situação de violência em que viveram, conseguem fortalecer-se e desenvolver novas habilidades para enfrentar as incertezas, adversidades e situações de risco futuras, caso reincidam outros relacionamentos abusivos.

Diante do fato de que o fenômeno da violência contra a mulher ocorre num contexto social, cultural e complexo, o espaço interativo do grupo promove uma semelhança de dinâmica social, com trocas e interações sobre e das mulheres que viveram essa violência. Dessa forma, os sofrimentos, as sensações e as sequelas geradas e causadas pelos históricos de violências conseguem obter um espaço diferenciado para alcançar novos significados. As (re)significações se expressaram como descobertas das individualidades e qualidades que as mulheres descreveram, sobre o que levaram dentro de si após a experiência da interação sentida no grupo e de como isso afetou e impactou diretamente em suas vidas.

Nesse sentido, a narrativa da participante Hortência versa sobre essa (re)construção ao afirmar o modo como esses (re)significados de sua potencialidade enquanto mulher foram modificando-se ao longo dos encontros do grupo até alcançar uma (re)aprendizagem sobre seu histórico de vida, o que possivelmente transmitirá para suas filhas.

> "No grupo, eu descobri que era capaz, eu sabia que era capaz, que iria conseguir; mas, no início, pensava que só as minhas amigas, as minhas vizinhas conseguiam. Mas, no grupo, eu conheci os meus limites. Eu percebi que eu podia e era capaz [...] Eu não achei que fosse capaz de seguir a vida sozinha, sem depender de ninguém, mas eu me transformei numa outra mulher. Antes, eu queria esquecer o meu passado, e, agora, eu aprendi que eu tenho que conviver com ele. Agora, eu sigo em frente, só olhando para frente, eu com as minhas filhas." (Hortência, 18º grupo)

Nessa mesma lógica, o diálogo entre Begônia e Rosa fornece esse entendimento de que a interação entre as mulheres no grupo possibilitou o encorajamento para continuidade do trajeto na "rota crítica". A participante Begônia recebeu apoio e incentivo por parte de Rosa para continuar a frequência no atendimento, fazendo, inclusive, a distinção de que a oficialização da violência com o boletim de ocorrência não garante a transformação da situação de violência; alertando que também é preciso trabalhar os significados internos da violência sofrida.

Vale destacar que esse diálogo foi travado durante o segundo encontro do grupo, oportunizando, assim, o estabelecimento da confiança no grupo, da interação das mulheres e a compreensão, por parte delas, sobre a importância da transformação do vivido e de como isso repercute positivamente em suas vidas.

> **Begônia**: Você que já participou do grupo, o que achou? Te ajudou em alguma coisa?
> **Rosa**: Me ajudou a tomar muitas decisões. Eu já tinha tomado a atitude de registrar, mas não tinha me separado. E, com o grupo, eu consegui resolver isso. Eu não tive apoio da família [...] Eu sofri ainda mais, calada." (Diálogo entre participantes, 2º grupo).

Dessa maneira, pode-se afirmar a existência de uma proximidade na forma como a construção dos significados se desenvolvem tanto para profissionais como para mulheres em situação de violência. Na medida em que a graduação e amplitude de significações ocorrem em ambos os lados, essas características também se destacaram para a análise dos discursos dos documentos públicos.

Vale lembrar que as discussões a respeito do fenômeno da violência contra a mulher ganhou força na década de 1990 com as diretrizes, documentos e portarias apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) ao considerar esse tipo de violência como um caso de saúde pública; ou seja, um fenômeno social ser a causa de um agravo na saúde da população.

Dessa década para adiante, o Brasil passou a participar de inúmeros tratados e acordos internacionais para promover o reconhecimento e o enfrentamento da violência contra a mulher em território nacional, bem como estabelecer dispositivos públicos e jurídicos que intervissem e organizassem a forma de coibir, prevenir e sistematizar os trabalhos a respeito do tema. Na própria descrição da lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), esse apontamento é claro a respeito dos avanços e amplitudes que ocorreram anteriormente à efetivação da lei em si, destacando as principais diretrizes que oportunizaram e pressionaram a criação da lei, que hoje regulamenta muitas das ações que as Políticas Públicas desenvolvem.

> "Art. 1º esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do € 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil [...]" (Lei nº 11. 340/06).

Nesse trecho do documento, podemos observar que o entendimento para a violência contra a mulher já está atrelado ao ambiente doméstico e familiar e ainda tem como referência as Convenções e Tratados Internacionais realizados sobre a violência. Isso quer dizer que muito dos significados e entendimentos descritos sobre a caracterização da violência contra a mulher no Brasil veio de outros países, de outras culturas e sociedades; sendo incorporados pela sociedade brasileira.

Mesmo guardando certa peculiaridade frente à cultura do país, ainda assim se pode incluir outros entendimentos e significações a respeito do tema, pois a amplitude de compreensão da Lei Maria da Penha para caracterizar a violência contra a mulher é uma das mais completas, segundo a literatura (HASSE, 2014; BANDEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2009). Esses estudos ainda apontam que com a Lei Maria da Penha se inaugurou uma nova fase na medida em que dispensou à mulher um tratamento diferenciado, com a tentativa de reparar uma omissão histórica do Estado e da sociedade brasileira diante da violência constatada nas relações afetivas, de coabitação e das desigualdades entre os gêneros.

Dessa forma, a Lei Maria da Penha – se comparada aos demais documentos – representa a materialização da gradação dos significados alcançados para compreender a violência contra a mulher não apenas nos âmbitos da conceituação e entendimentos, mas também na formulação e estruturação de serviços, medidas e responsabilidades para poderes públicos, órgãos/serviços e agentes públicos.

Como já mencionado durante o levantamento bibliográfico da pesquisa, a amplitude sobre o entendimento da violência contra a mulher pode ser constatado nos diferentes documentos, planos nacionais, diretrizes, portarias e normativas técnicas (Tabela 1: Documentos e Normativas das Políticas Públicas) que acompanharam o aprimoramento das ferramentas públicas e estabeleceram planos de ações para executar os níveis de intervenções para combater o fenômeno da violência contra a mulher.

Mas como as prescrições das Políticas Públicas ocorrem na prática do trabalho diário? Como os profissionais realizam suas intervenções? Será que a forma de executar a Política Pública garante ações efetivas na rede de proteção da cidade pesquisada? Esses questionamentos e outras considerações sobre as intervenções dos profissionais e o funcionamento da rede de proteção do município valem ser destacados. Por isso, abre-se uma subseção para a discussão.

4.5.1 As intervenções dos profissionais e os desdobramentos para as políticas públicas

Esta subseção versa sobre alguns achados a respeito das intervenções realizadas pelos profissionais especializados, e de como estas impactam na rede de proteção e serviços das Políticas Públicas instaurada na cidade.

A primeira questão que se sobressaiu nas narrativas dos profissionais entrevistados refere-se sobre a mudança para o trabalho com a demanda da violência contra a mulher.

Alguns entrevistados, principalmente aqueles que atuam a mais tempo na rede, apontaram que devido à estruturação da rede de serviços, as revelações de casos de violência contra a mulher passaram a ser concentrados nos serviços especializados para isso, tais como: a Delegacia de Proteção à Mulher, a Guarnição Especializada, o CREAS e a Vara de Violência Doméstica.

> "Muitas vezes ela vai fazer a denúncia depois, no momento que ela tá mais calma e decidida [...] E também tem o fato de que ela não precisa se expor para a vizinhança. Ela não quer a polícia ali na porta da casa dela, então ela pode ir direto na Delegacia." (Pablo, Política de Segurança Pública).

> "Olha, nesses sete anos que estou aqui na Delegacia, a violência vem no mesmo ritmo, mas a busca pelos atendimentos e as denúncias têm aumentado muito nesses últimos dois anos [...] então o serviço está sendo muito procurado." (Ana Sônia, Política de Segurança Pública)

> "Nesses 4 anos e meio que estou aqui no CRAS, pra elas chegarem aqui e contar da violência foram raros [...] e quando a gente fica sabendo é por denúncias de vizinhos que pedem pra gente ir fazer uma visita. Daí a gente orienta todos os serviços que existem na rede que ela tem a disposição pra se proteger." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

> "Com a Delegacia, com o CREAS, eu mesmo trabalhei na rede antes e depois da Casa Abrigo da Mulher [...] Então teve assim uma evolução que agora essa demanda não chegar tanto a nós (CRAS) hoje [...] e a divulgação de todos esses serviços." (Ana Simone, Política de Assistência Social)

Pelas narrativas dos profissionais, pode-se observar que a mudança sobre o trabalho com a violência contra a mulher pode estar implicada pelo fato da estruturação da rede de Políticas Públicas na cidade. A partir do momento que são estruturados serviços e oportunizados atendimentos especializados para o trabalho com esse tipo de demanda, o acesso aos serviços pode ser facilitado. Vale destacar que essa facilidade em acessar os serviços e órgãos públicos também perpassa pela divulgação e pelo conhecimento dos seus direitos por parte das mulheres. Ainda assim, vale uma ressalva: mesmo com essa evolução e estruturação da rede de atendimento, como indicou Ana Simone, isso não significa, necessariamente, que revelações veladas de violências ou dificuldades para executar o trabalho não façam parte do cotidiano das intervenções dos profissionais.

Os profissionais também indicaram que apesar da estruturação da rede de proteção, as revelações sobre casos de violência contra a mulher também chegam de forma indireta aos serviços não especializados, como o CRAS e as Unidades de Saúde.

> "A existência de toda essa rede, infelizmente, não é motivo de cessar ou diminuir a violência [...] Eu atendi uma situação de quando eu trabalhava em outro território que a mulher veio esfaqueada no CRAS pedir ajuda pra nós. Ela correu pro serviço que ficava bem perto da casa dela. [...] Enfim, fomos nós que chamamos o SAMU e a polícia." (Ana Simone, Política de Assistência Social)

> "Eu mesma atendi uma família por quase um ano. A gente acompanhava a situação. O marido trabalhava, ela dizia que ele era um bom pai e atendia a casa, não faltava nada; mas depois a gente ficou sabendo que ela era espancada, e a gente não sabia. Eu vi que ela tinha metade dos dentes falhados; mas nunca, nunca percebemos nada, nunca tivemos informação disso [...] A gente atendia ela com frequência. Ela vinha sempre aqui, pegando cesta básica ou alimentação." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

> "Eu atendo muito as mulheres do abrigo, e elas vem aqui buscando atendimento para os filhos que não dormem à noite, ficam gritando a noite inteira." (Mônica, Política de Saúde)

> "A maioria dos casos atendidos na atenção básica não são casos que a mulher vem e relata que ela está sofrendo uma violência [...] Ela vem por já ter sintomas do tipo de violência que ela tá sofrendo [...] Às vezes, num pré natal, aquela mulher que vem o tempo todo em consulta e vem sempre por vários motivos: um dia é por insônia, outro é por dor de cabeça. Cada vez, é um sintoma diferente que é investigado; mas não tem um diagnóstico preciso com uma causa definida." (Elias, Política de Saúde).

As descrições dos profissionais versam sobre formas indiretas e veladas em que os casos de violência contra a mulher se apresentam na rede de serviços. As buscas indiretas aos atendimentos corroboram com a literatura (HASSE, 2014; ANDRADE, 2008; DESLANDES, 2000) em que os sintomas físicos, psicossomáticos e desdobramentos na vida da família, em especial dos filhos, também são descritos.

Assim como apresentado na revisão bibliográfica (HASSE, 2014; LETTIERE, NAKANO, RODRIGUES, 2008; SCHRAIBER, 2001), nem sempre nos serviços básicos das Políticas de Saúde e de Assistência Social os profissionais conseguem decodificar a demanda da violência contra a mulher nos atendimentos diários, como foi expresso pela profissional Ana Sílvia.

Vale apontar que outros fatores também interferem para que a violência contra a mulher se apresente de forma indireta nos serviços públicos. A profissional Mônica destaca sobre os procedimentos em saúde estarem voltados para identificações de sintomas, muito mais do que investigações sobre a causa dos agravos de saúde, herança do modelo do controle do corpo difundido nas Ciências em Saúde. Além disso, durante a realização da entrevista com a profissional, a pesquisadora questiona a respeito das notificações e protocolos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde para registrar as situações de violência atendidas pelas Unidades Básicas. O trecho do diálogo indica que subnotificações de casos de violência mantêm o fenômeno velado.

> "Ela vem com isso, e quando a gente consegue identificar é porque já está estourando; porque a gente tá sempre envolvido com os procedimentos da Unidade, com essa preocupação em captar a questão de saúde, que normalmente é associada ao corpo, porque a gente já vem com isso da faculdade, falta um jeito de captar [...] só esperar delas falarem, às vezes já é tarde." (Mônica, Política de Saúde)

> **Pesquisadora:** E esses casos de violência não são notificados? Não viram estatísticas?
> **Profissional:** Pior que não, nenhum deles. [...] Pra achar uma resolução, deveria ser realmente contabilizado. A gente notifica muito pouco." (Diálogo durante a entrevista com a profissional Mônica)

Com isso, pode-se inferir que por mais que a cidade possua uma rede de proteção contra a violência contra a mulher, e esta esteja estruturada e em pleno funcionamento, ainda assim a parcela velada da violência fica de fora do alcance das ações da rede de Políticas Públicas. Ou seja, a rede de proteção e os serviços disponibilizados pautam os trabalhos com a demanda da violência contra a mulher para situações onde a violação se apresente aberta e revelada. Nesse sentido, a rede de serviços está direcionada para que as mulheres acessem os serviços já revelando a violência sofrida para só então receberem os encaminhamentos e providências necessárias. Para os casos onde a demanda se apresenta de forma indireta, como em consultas de rotina e/ou em atendimentos socioassistenciais, o trabalho com a demanda parece estancar ou ficar à margem de ações efetivas da rede de proteção e, consequentemente, das intervenções dos profissionais.

Esses achados são respaldados por Schraiber (2001), quando a autora confirma em sua pesquisa *"Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde?"* que mesmo sem reconhecer as situações de violência contra a mulher com notificações e protocolos oficiais, o planejamento de ações deve ser claro quanto ao trabalho para com a demanda da violência independentemente de como essa se apresente para o trabalho em si. A mesma autora, dialogando com Deslandes (2000), concorda que não assistir integralmente as mulheres em situação de violência acarreta situações onerosas às Políticas Públicas, diante do fato de que desencadeia gastos desnecessários para a rede de atendimento: ônus de recursos humanos – desgastes dos profissionais – e reincidências dos casos de violência aos atendimentos e serviços públicos.

Os profissionais também descreveram algumas lacunas a serem preenchidas para melhorar o funcionamento da rede de proteção existente na cidade. Entre elas, destacaram o fato de algumas mulheres não conseguirem acessar a rede de atendimento devido ao fato de residirem no interior do município. Este ponto também foi correspondido no grupo de mulheres analisado, já que apenas duas participantes eram oriundas do território interiorano da cidade.

> "Eu noto bastante que tem casos no interior. A minha área de atuação cobre bastante a população do interior [...] As pessoas lá ainda pensam muito como antigamente, e sair disso é ainda mais difícil." (Mônica, Política de Saúde)

> "A dificuldade é grande de chegar nas mulheres do campo. Elas dificilmente denunciam." (Pablo, Política de Segurança)

> "No campo, tem essa questão de que a violência, ela é acobertada pela distância, a família vive mais isolada [...] então é uma forma de acobertar a violência pela questão do isolamento. É distante até de vizinhos que possam denunciar o que está acontecendo, diferente da cidade." (Pietro, Política de Assistência Social)

Pelos relatos dos profissionais, essa lacuna a ser preenchida refere-se ao acesso das mulheres do campo à rede de serviços. Essa dificuldade parece não apenas existir para as mulheres que se encontram distantes geograficamente, mas também para a rede de serviços públicos acessarem essa população. Mesmo com ações intersetoriais das Políticas Públicas referentes à abordagem da violência contra a mulher no interior do município, como o Programa Mulher Viver Sem Violência, promovendo a passagem do Ônibus Lilás[14] pela cidade no início do mês de junho de 2018, ainda assim as ações e intervenções dos profissionais e da rede de proteção para as mulheres no campo parecem escassas.

Alguns estudos (BUENO, LOPES, 2018; GROSSI, COUTINHO, 2017; SILVA, SILVA, PINTO, 2016) corroboram essa dificuldade encontrada. Os autores afirmam que em alguns municípios as ações desenvolvidas são pontuais, desarticuladas e com pouca efetividade para alcançar as mulheres em situação de violência que residem no campo. A cultura machista e patriarcal, a dependência econômica e a falta de autonomia da mulher também são fatores que dificultam os movimentos dessa população em buscar os serviços de proteção. E mesmo que se movimentem para interromper o ciclo de violências, as mulheres encontram muitas dificuldades diante do isolamento, da falta de transporte e do apoio familiar, além da falta de estrutura de alguns municípios.

Em pesquisa realizada por Grossi e Coutinho (2017) com mulheres residentes na região rural de municípios do Rio Grande do Sul, as autoras complementam que minimamente a rede contribui com ações pontuais de informação sobre legislação, sobre as medidas de proteção e dos serviços existentes, quando os municípios os dispõem. As autoras ainda referem que o descompromisso da gestão local frente a esse fenômeno são elementos que levam a questionar a capacidade protetiva das Políticas Públicas, bem como abre a

[14] O trabalho envolve uma parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal, via Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina, tendo como foco levar o acesso à informação sobre os direitos das mulheres à população que reside no interior do Estado e dos Municípios. visa, também, prestar o conhecimento das violências existentes contra as mulheres, da Lei Maria da Penha e da rede de proteção e de serviços existente em cada cidade. Nesse processo, os municípios articulam ainda a participação dos setores de justiça, saúde, segurança pública, assistência social e outros. O veículo é adaptado para o atendimento ao enfrentamento da violência contra a mulher no campo, sendo, inclusive, equipado com salas de atendimento individual.

possibilidade de as mulheres serem revitimizadas pela própria rede que, ao contrário disso, deveria lhes garantir segurança e proteção.

Dialogando com Grossi e Coutinho, Bueno e Lopes (2018) avaliam que é preciso considerar os contextos adversos de vida e exclusão que faz parte da realidade das mulheres que vivem no campo. Apesar de os autores reconhecerem que essas mesmas adversidades fazem parte da vida das mulheres nas cidades, as dificuldades encontras pelas mulheres no campo são potencializadas. As situações de vulnerabilidade social verificadas pelo isolamento em relação à rede de proteção produz e reproduz cotidianos violentos, gerando a sensação de impunidade pelas práticas violentas por parte dos agressores, justamente por se sentirem protegidos pelo distanciamento do poder público e geográfico.

Esse contexto da violência contra a mulher no campo foi confirmado pelo diálogo estabelecido entre algumas participantes do grupo psicossocial enquanto discutiam sobre o conhecimento dos seus direitos. Hortência confirma sobre a desinformação a respeito dos direitos das mulheres e o desconhecimento sobre o acesso à rede de serviços, bem como Calêndula reforça sobre as informações a respeito dos direitos das mulheres demorarem a chegar ao campo.

> "**Petúnia:** Hortência você tinha acesso à televisão?
> **Hortência**: Sim, mas não sabia dos meus direitos.
> **Gérbera:** Lá na escola dos meus filhos, eles falam sobre isso, sobre a violência, sobre a lei, eles trazem livros pra casa que falam sobre isso [...] em escola do interior é diferente?
> **Calêndula:** A minha mãe estudou em uma escola do interior, e ela contou que a informação da Lei Maria da Penha chegou muito tempo depois." (Diálogo durante o grupo 1º)

Nesse sentido, a literatura (BUENO, LOPES, 2018; GROSSI, COUTINHO, 2017; SILVA, SILVA, PINTO, 2016) aponta que, para além das fontes tradicionais de informação como as mídias, uma forma de promoção do acesso e divulgação dos direitos das mulheres para a população residente no campo seria fortalecer os movimentos sociais de mulheres campesinas. Dessa forma, deveriam ser potencializados os coletivos de mulheres no campo, além de implantações de unidades móveis ou serviços descentralizados de atendimento, como alguns CRAS específicos para zonas rurais, a exemplo da cidade de Viamão-RS, que conta com uma unidade rural de CRAS desde 2009.[15]

[15] Maiores informações ver PASINATO, MACHADO, 2014. CRAS RURAL: LUGAR DE EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/ARTIGO-CRAS-RURAL-ATUAL.pdf

Devido às colocações dos profissionais e o que se pode inferir sobre elas, abre-se a possibilidade de problematizar a forma como a rede de proteção organiza o trabalho com a demanda da violência contra a mulher na cidade. Se a estruturação da rede de serviços e as atuações dos profissionais são baseadas sobre a vontade, ou melhor, a "boa vontade" das mulheres em acessar as Políticas Públicas; então se abrem reflexões: o que fazer quando essa "boa vontade" não corresponde? Como trabalhar com a lacuna existente entre a mulher acessar a rede de proteção e o fato do contexto sócio-histórico e cultural da violência contra a mulher não propiciar seu empoderamento? Essas reflexões podem ser contrapostas com as descrições, a seguir, dos profissionais, que mesmo descrevendo sobre algumas dificuldades da atuação em rede das Políticas Públicas, e das dificuldades para desempenhá-las, parecem também apontar caminhos para responder a esses questionamentos.

Os relatos dos profissionais referem-se ao fato de o trabalho da demanda da violência contra a mulher estar voltado para atuações posteriores à eclosão da violência. Os profissionais reconheceram que são necessárias ações preventivas para a situação de violência contra a mulher na cidade, tanto quanto a rede de Políticas Públicas promoverem a intersetorialidade para construção de ações efetivas. Além disso, as narrativas ainda versam sobre o aprimoramento do fluxo de informação dentro da própria rede e entre os profissionais.

> "Todos os serviços vão trabalhar no viés de quando ela já existiu. A saúde vai trabalhar quando ela existiu. A assistência social, nós aqui trabalhamos quando a violência já existiu ou aconteceu. Então, é preciso um trabalho de prevenção dos seus aspectos [...] uma sensibilização das pessoas sobre o que é a violência e o que ela causa no outro. Por uma educação, talvez a gente consiga equilibrar um pouco [...] Existe a falha de comunicação entre os serviços [...] E, com as mulheres, a gente precisa, nesse momento, é aproximar os serviços e as mulheres, criar um fluxo de informações pra que se conheça como fazer." (Adneia, Política de Assistência Social).

> "Acho que a saúde pode trabalhar junto com outros setores da assistência social, com a segurança pública, talvez fazer com que todas as Políticas Públicas sejam efetivas trabalhando junto. Talvez as coisas não precisem ser tão separadinhas, fazer com que tudo se converse pra que seja melhor pra elas (mulheres) e mais efetivo pra nós (profissionais)." (Fernanda, Política de Saúde)

> "A cidade tem uma rede ampla, profissionais qualificados, com boa vontade, mas a rede, ela ainda deixa a desejar [...] A gente sempre trabalha no sentido curativo, imediato. Se tivesse mais profissionais, poderia se fazer um trabalho de prevenção que daí, sim, iria fazer a diferença [...] Não teve mais contratações de profissionais, apenas para substituições dos que saíram, então a demanda aumentou, acompanhando, também, o aumento da cidade, mas o avanços nas políticas ainda não se avançou." (Ana Sônia, Política de Segurança Pública)

Os profissionais reconhecem a necessidade de ações de prevenção sobre a violência contra a mulher como forma de efetivar e aprimorar o trabalho já realizado. Com isso, a

execução das Políticas Públicas antecipa-se sobre as violações existentes contra as mulheres do município. Entretanto, para efetivar esse trabalho, é necessário que seja realizado pela articulação da rede de serviços, ou como os profissionais indicaram: através do uso da intersetorialidade das políticas. Também é necessário que os serviços da rede de proteção tenham garantidos equipes de profissionais proporcionais com o volume de trabalho e que, além disso, sejam oferecidas capacitações para a realização das intervenções, as quais devem estar voltadas para construir ações conjuntas entre as políticas. Com essas modificações, talvez assim surjam resultados mais efetivos e concretos do trabalho da rede de proteção e dos profissionais, ou, como mencionou a profissional Ana Sônia, avance.

Vale destacar que o uso do termo "intersetorialidade", por parte dos profissionais, advém dos documentos oficiais e das normativas das Políticas Públicas. Nas descrições dos profissionais, o termo parece possuir um entendimento raso e superficial. A ideia central da indicação dos profissionais versa em desempenhar ações conjuntas das principais políticas, serviços e profissionais da rede de proteção com vistas a prevenir a violência contra a mulher. Entretanto, segundo a literatura, a ideia parece ser muito mais complexa do que isso.

Alguns estudos definem o trabalho intersetorial das Políticas Públicas como a articulação de saberes com o objetivo de planejar, desenvolver e avaliar políticas, programas e projetos públicos no intuito de alcançar resultados efetivos em questões sociais complexas. Ou seja, descreve muito mais do que somente a agregação de setores e secretarias, refere-se a uma estratégia de intervenção integral capaz de englobar a complexidade e os fatores que caracterizam a violência contra a mulher. Com isso, fazem-se necessárias mudanças e (re)avaliações do trabalho, de forma sistematizada, propiciando encontros institucionais para organizar e dinamizar as ações; além de estabelecer a fluidez de comunicação dentro da rede de proteção, agilizando o trabalho, evitando a duplicidade de ações e articulando recursos materiais e humanos (ROMAGNOLI, 2017; D'OLIVEIRA, SCHRAIBER, 2013; GROSSI, TAVARES, OLIVEIRA, 2009; DESLANDES, GOMES, 2000).

Nesse sentido, Romagnoli (2017) defende que as equipes de profissionais, para efetivar ações intersetoriais, precisam dialogar diante das diferenças, ultrapassá-las e encontrar saídas coletivas. Isso corrobora com o apontamento de D'Oliveira e Schraiber (2013) quando indicam que para promoção de ações intersetoriais necessita-se de reciprocidade entre os envolvidos, isto é: superar a visão restrita e independente de cada disciplina, profissão, serviço e Política Pública envolvida. Além disso, também é necessário

reconhecer as mulheres como cidadãs, sujeitos de direitos e capazes de escolhas autônomas sobre suas vidas.

As autoras concordam que promover ações intersetoriais nas Políticas Públicas não é tarefa fácil, pois exige um esforço para lidar com toda a complexidade implicada. Entretanto, D'Oliveira e Schraiber (2013) argumentam que os serviços de atenção básica nas Políticas Públicas podem contribuir para amenizar essa complexidade. Nesse sentido, pode-se inferir que as Unidades de Saúde, os CRAS, Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e as escolas municipais e estaduais são peças importantes da rede para concentrar essas ações preventivas. Isso ocorre pelo fato de que esses serviços estão inseridos nos territórios, conhecendo suas especificidades, mantendo contato direto com grande parte da população, tendo maiores oportunidades de detectar precocemente os casos de violência contra a mulher e atuar antes da eclosão das violações. Dessa forma, pode-se encontrar uma abertura para inverter a lógica de atuação da rede de proteção do município, como foi mencionado nas falas dos profissionais entrevistados, antecipando-se à eclosão da violência.

Outra maneira de atuar precocemente prevenindo a violência contra a mulher é envolver não apenas a rede de Políticas Públicas, mas também somar esforços com iniciativas da sociedade e organizações não governamentais. A profissional Ana Sílvia indicou, durante a entrevista, as iniciativas da sociedade e de grupos pela defesa dos direitos humanos, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB/SC), o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM), o Grupo de Apoio a Prevenção à Aids (GAPA), os quais realizam iniciativas preventivas com a população, em especial nas escolas da rede municipal e estadual do município. Como exemplo dessas iniciativas, foi desenvolvido o "*Gibi Maria da Penha na Escola*"[16], uma ferramenta educativa para trabalhar com alunos do ensino regular da rede municipal a prevenção da violência doméstica contra a mulher.

Assim como uma das ações mais recentes provindas da parceria entre as Políticas Públicas (Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Comunicação Social, Polícia Civil e Militar, Poder Judiciário e Promotoria Pública); organizações de defesa dos direitos (Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/5ª Subseção-SC) e Comissão da Mulher

16 O livro faz parte de um projeto elaborado em 2015 pela advogada Sandra Lúcia Fagundes, com a contribuição das integrantes da Comissão da Mulher Advogada – Chapecó Eldecira Rosa da Silva, Marilei Martins de Quadros e Patrícia Vasconcellos de Azevedo. Mais de 10 mil exemplares foram distribuídos em escolas estaduais e municipais, subseções da OAB/SC e entidades que trabalham com a temática da violência na cidade. O material contém sugestões para uma abordagem interdisciplinar, com sugestões de atividades pedagógicas, como: criação de grupo de teatro/dramatizações; debates acerca das formas de violência na Lei Maria da Penha; entre outros, a fim de que os professores possam trabalhar o fenômeno da violência junto aos alunos. https://premioinnovare.com.br/praticas/2191

Advogada) e a Universidade (Unochapecó). Os projetos para prevenir, coibir e orientar sobre a violência contra a mulher foram elaborados por acadêmicos dos cursos de Ciência da Computação e de Sistemas de Informação, sob a orientação do professor Rodrigo de Oliveira, que desenvolveram protótipos tecnológicos[17] voltados a combater a violência contra a mulher na cidade pesquisada. Os projetos fazem parte do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo: website, jogo educacional, botão do pânico e chatterbot, buscando uma forma alternativa de auxiliar as mulheres em situação de violência no município.

Dessa forma, seja por ações provindas da rede de Políticas Públicas da cidade, seja por parcerias com instituições não governamentais e/ou iniciativas da sociedade, fazem-se importantes que as ações para o combate, prevenção ou coibições da violência contra a mulher envolvam seus significados, sua especificidade e complexidade. Muito mais do que remediar a violência já existente, é necessário promover a (re)significação e transformação dos elementos que sustentam o fenômeno dessa violência: culturais, históricos, sociais, familiares e da percepção dos gêneros feminino e masculino.

No tocante à composição da rede de proteção, este estudo não poderia deixar de apresentar um elemento que, inicialmente, não pareceu relevante para composição da pesquisa, mas que, durante a realização da primeira entrevista com os profissionais, a pesquisadora sentiu a necessidade de incluir mais um questionamento durante a coleta dos dados. Este se refere sobre a questão do gênero do profissional para desenvolver o atendimento a mulher em situação de violência. O questionamento foi "*Pelo fato de você ser um(a) profissional do gênero feminino/masculino, você considera que interfere de alguma forma para realizar o seu trabalho com as mulheres? Se sim, como seria?"*. Nesse sentido, os profissionais variaram suas percepções a respeito da interferência dos seus gêneros durante a interação com a mulher. A maioria dos profissionais indicou que o gênero feminino seria um facilitador do processo, tanto para o profissional como para as mulheres em atendimento, propiciando uma identificação automática que auxiliaria na interação para estabelecer a confiança e a segurança necessária para expor a situação de violência.

> "Pelo fato de eu ser mulher e uma policial, eu acredito que auxilia muito, porque a gente acaba sendo um espelho pra elas. Eu acho que facilita muito mais do que atrapalha. Elas confiam muito mais em contar pra nós, pra uma imagem feminina, do que contar pra um masculino o que ela tá passando." (Pâmela, Política de Segurança)

[17] Os projetos foram lançados em agosto de 2018. Para maiores informações ver: https://www.unochapeco.edu.br/noticias/estudantes-desenvolvem-solucoes-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher

> "Imagino que, para a mulher, eu acho que ajuda sim, porque ela tem a figura feminina ali, e ela se abre mais, digamos assim, do que se fosse com um homem." (Priscila, Política de Segurança)

> "Eu acho que por ser mulher e entender algumas vivências de mulher, eu consigo me colocar no lugar dela, fazendo com que ela também enxergue algumas possibilidades, que ela é capaz, que ela pode enquanto mulher também." (Ana Simone, Política de Assistência Social)

> "Muitas vezes, a gente se põe no lugar dela. Por ser do mesmo sexo, acho que a gente se identifica com certeza." (Fernanda, Política de Saúde)

> "Eventualmente, eu sou substituída por uma pessoa do sexo masculino, e elas sentem constrangimentos em falar determinadas coisas. Elas se sentem muito mais à vontade quando elas entram na sala. Tem vezes que algumas colocaram a mão no peito e disseram do alívio de ver que é outra mulher." (Adriana, Política de Justiça)

> "Talvez a mulher sinta um pouco de receio de expressar tudo que ela tá convivendo por ela achar que, às vezes, o homem vai pensar da mesma forma que o marido dela." (Elias, Política de Saúde)

> "Eu tenho certeza que, de alguma forma, interfere, por mais que todas as pessoas que eu atendi, acho que consigo manter essa diferença e acolher bem; mas eu percebo que, em alguns momentos, nos grupos, na hora de falar, as mulheres são mais inibidas por eu ser homem. Por ter do meu lado colegas mulheres, eu vejo que elas interagem muito mais com elas por ser profissional mulher. A gente percebe isso." (Pietro, Política de Assistência Social)

Essa identificação entre o profissional do gênero feminino e a mulher durante o atendimento nos serviços da rede também foi corroborada pelas mulheres do grupo psicossocial. As participantes Margarida e Hortência mencionam sobre essa empatia automática com a figura feminina para relatar sobre a situação de violência vivida.

> "Quando eu fui registrar, tem um rapaz pra atender a gente, e eu sempre pergunto: 'Mas aqui não é a Delegacia da mulher?' Tem que ter uma mulher pra falar com a gente. Tem coisas que eu não quero falar para um homem." (Margarida, 9º grupo)

> "Minha advogada disse que está tentando buscar isso, que é pra vir uma mulher para a Delegacia, porque eu também, quando fui lá registrar, e ele (rapaz) olha pra gente, se a gente está bem vestida, sorrindo; será que vale a pena continuar, será que é verdade isso? Se é alguém que está muito nervosa, desiste." (Hortência, 9º grupo)

Nesse sentido, recordando-se das considerações sobre o conceito de gênero apresentadas na revisão teórica (ZUMA et al. 2013, GOMES, 2008; MACHADO, 1998; SCOTT, 1995) pode-se inferir que as descrições dos profissionais e das mulheres frente às atribuições sobre o gênero feminino acompanha o papel construído social e historicamente sobre a figura da mulher; sobre o que seja esperado e/ou determinado às mulheres em relação a comportamentos, atitudes, e até formas de ser enquanto sujeito e ao estabelecer relações com os outros. Nesse sentido, a figura feminina remete as identificações com o cuidado, com

a acolhida sem julgamentos, o que talvez não esteja associado ao gênero masculino diante da diferenciação hierárquica, do reconhecimento de padrões comportamentais estabelecido a homens e a mulheres em determinada cultura e contexto histórico.

De acordo com Scott (1995), ao compreender o gênero como uma perspectiva de relação social, este oferece uma forma de interpretar o sentido e compreender as relações entre os humanos. Assim como concorda Louro (1997) ao referir-se que homens e mulheres se formam por um processo de relação. Para esta autora, o masculino e feminino são construídos através das práticas sociais provindas da historicidade e cultura de cada sociedade; isto é: do processo de relação que se estabelece no social para definir o que seja considerado como masculino e feminino para cada contexto cultural. Com isso, ser uma profissional mulher ao escutar sobre a violência vivida fornece essa preconcepção de que a denúncia e/ou situação de vida será compreendida integralmente. Pelo fato de se ter outra mulher para a escuta, pressupõe-se que a relação que se estabelece acompanha a construção social dirigida à figura feminina; já que a construção social atribuído ao sexo oposto envolve associações de inferioridade, subjugamentos e violências.

No artigo intitulado "*Gênero e cuidados em saúde: Concepções de profissionais que atuam no contexto ambulatorial e hospitalar"*, Costa-Júnior, Couto e Maia (2016) investigaram o entendimento sobre gênero e as relações estabelecidas na prática de trabalho dos profissionais de Enfermagem e Medicina. Dentre os achados, os autores indicaram que os profissionais descreveram diferenças no atendimento prestado em relação ao gênero. Essas diferenças foram influenciadas, em sua maioria, pela construção sócio-histórica atribuída aos corpos. As mulheres foram educadas para os cuidados do corpo, muito mais do que os homens, uma vez que devem garantir sua saúde reprodutiva para cumprir o papel social feminino de ser mãe. Em contrapartida, o cuidado com o corpo masculino, ou o adoecimento deste, indica associações com fraqueza e fragilidade, concepções que vão de encontro com as características de virilidade e força atribuídas à masculinidade hegemônica.

Nesse sentido, os entendimentos atribuídos pelos profissionais entrevistados e as mulheres do grupo psicossocial corroboram com as descrições dos profissionais de saúde identificadas no artigo de Costa-Júnior, Couto e Maia (2016). Essa aproximação da identificação dos gêneros pode determinar as atitudes interpessoais a serem adotadas e esperadas socialmente, pois também se espera que uma profissional feminina acolha e desenvolva de melhor forma o atendimento prestado à mulher em situação de violência. Talvez por essa lógica de compreensão sustente-se as indicações do Procedimento

Operacional Padrão (POP-PMSC, 2016) e da Lei Maria da Penha (Lei n. º11.340/06) ao indicarem que a abordagem policial deva ser realizada, preferencialmente, por profissionais do sexo feminino.

Já a percepção de outros profissionais indicou que essa identificação com o gênero feminino possa ser apenas momentâneo e/ou inicial. A interferência maior não estaria voltada ao gênero em si, mas para a forma como a interação ocorre, independentemente se for desenvolvida por profissional mulher ou homem.

> "Acho que faz diferença você colocar tuas mazelas para uma mulher, tem a ver com uma identidade, mas não é determinante [...] Ela pode ser atendida por um homem que tenha compaixão, que esteja preparado, que vai dar uma ótima orientação pra ela, e ela vai se sentir apoiada e confortada; então, não é determinante que só por ser outra mulher que está ali que vai dar esse apoio a ela." (Ana Sílvia, Política de Assistência Social)

> "Na grande maioria dos casos, a gente percebe que a mulher prefere, sim, conversar com outra mulher. Assim, ela acaba se abrindo mais; mas depende de como você conduza com a mulher, se você consegue deixa-la à vontade também. Isso vai depender também do diálogo com ela, da tua forma de conversar [...] Acho que influencia, mas o que mais influencia é como você conduza a conversa com a pessoa. Eu acredito que esse seja o fator mais forte do que a igualdade de sexo." (Pablo, Política de Segurança)

Nesse sentido, as colocações dos profissionais oscilaram entre a identificação do gênero feminino ser um facilitador, enquanto que para outros seja a interação e a forma de abordagem da mulher o elemento facilitador para o atendimento às mulheres em situação de violência. Pode-se inferir que essa oscilação seja produto da dicotomia existente entre os gêneros nas culturas e nas sociedades. A herança patriarcal e machista ainda persiste nas relações entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. As descrições das profissionais da Política de Assistência Social, Ana Simone e Ana Sílvia, são um indicativo dessa cultura machista ser reafirmada por mulheres a outras mulheres, assim como a força da cultura patriarcal também ser identificada na interação com os homens. Nos atendimentos aos homens nos serviços da rede de proteção com profissionais femininas, ficou evidente a hierarquia entre os gêneros pela dificuldade em reconhecer figuras femininas em posições de autoridade, como relatou a profissional Priscila.

> "Eu acho até que sim, mas assim... tem mulheres que julgam muito. A gente vê que os julgamentos são de que se a mulher voltou pra ele, é porque gosta de apanhar. E tem muitas mulheres que pensam assim também, que não pode viver sem homem, coisas assim." (Ana Simone, Política de Assistência Social)

> "Não é determinante que, por ser mulher, irá atender bem, porque tem muitas mulheres machistas. Então se uma mulher vai falar do seu sofrimento pra uma mulher dessas, ela

> pode sofrer muito mais, por um monte de preconceito, saindo pior do que chegou." (Ana Silvia, Política de Assistência Social)
>
> "Em relação aos homens, eles têm muito preconceito. Às vezes, eles vem intimados aqui, e muitos já vem discutindo com a gente por a gente ser mulher, querendo se impor [...] de elevar a voz. Às vezes há xingamentos, até ameaças. Daí quando aparecem os outros colegas homens, eles abaixam a bola." (Priscila, Política de Segurança)

Mesmo com a herança cultural, histórica e hierárquica entre os gêneros, visualizar e experimentar o gênero masculino de forma diferente da qual as mulheres em situação de violência normalmente foram acostumadas pode ser um fato válido para apontar novas identificações com esse. Isso corrobora com o que descreveu a participante Orquídea quando relata a respeito da audiência sobre o processo da denúncia de violência doméstica e da possibilidade de identificar as figuras masculinas como respeitosas e protetivas.

> "Quando eu fui na audiência, era um juiz e um promotor, os dois homens; mas eles me trataram com respeito. Eles perguntaram um monte de coisas, mas me trataram bem. Já com a pessoa que fez isso, eles são bem rígidos." (Orquídea, 9º grupo)

Essa possibilidade de visualizar o gênero masculino como protetivo e respeitoso corrobora com os apontamentos realizados por Silveira, Medrado e Rodrigues (2009) e Louro (1997) ao indicarem que os significados atribuídos às categorias dos gêneros são circunscritos e relativos a contextos específicos; tendo a possibilidade de variar e assumir outras significações que a interação promove. Dialogando com esses autores, Benetti *et al.* (s/data) acrescenta que o gênero não tem uma identidade pré-estabelecida; muito pelo contrário, ele é tido como um conceito performático que se adapta conforme a situação, as relações, o tempo e a cultura que ocupa.

Assim como as mulheres participantes do grupo psicossocial tiveram a oportunidade em remodelar seus entendimentos sobre o universo feminino e a representação de ser mulher durante as interações no grupo; o contato com profissionais masculinos que promovam interações significativas podem auxiliar a (re)construir as identificações com o gênero masculino. Dessa forma, indica-se sobre a importância em a rede de proteção das Políticas Públicas promover capacitações sobre o entendimento sobre o gênero, sobre as relações que este estabelece nas relações humanas e a importância do contato com ambos os gêneros para oportunizar (re)construções sociais e históricas para mulheres e homens que vivem em relacionamentos violentos.

Mesmo esse apontamento podendo ser visto como muito presunçoso e utópico por parte da pesquisadora, pois tanto o contexto social quanto o político abominam as discussões

sobre os gêneros em qualquer esfera pública atualmente, com essas discussões sendo até entendidas como uma afronta moral; vale recordar que mudanças de entendimentos sobre temas sociais são vagarosos e que se demora muito para avançar nas compreensões e nas sociedades.

Esse processo vagaroso, que se constrói com desafios e retrocessos, também foi mencionado pelo profissional Elias ao descrever sobre o funcionamento da rede de Políticas Públicas. O enfermeiro compreende que tanto o funcionamento da rede de Políticas Públicas quanto outras situações que envolvem questões sociais se trata de um movimento contínuo de aperfeiçoamento e trabalho das Políticas Públicas, ainda mais quando envolve o tema da violência.

> "A gente está em uma caminhada, exatamente é uma construção em que ela está. E essa caminhada é lenta, é gradativa, não é só no combate à violência contra a mulher, porque tem várias outras situações semelhantes, mas estamos ainda em passos lentos, tem muito o que evoluir ainda." (Elias, Política de Saúde)

Referente a outras questões sociais que necessitaram de um processo de construção social e cultural de entendimento, cita-se, como exemplo disso, a construção da compreensão da infância, a qual foi assumindo diferentes significados ao longo do tempo, a partir das relações sociais e culturais. A infância sempre existiu desde os primórdios da humanidade, mas a sua percepção como uma categoria e uma construção social foi tomando forma apenas a partir dos séculos XVII e XVIII (MAIA, 2012). Nesse sentido, é possível compará-la com a percepção acerca da violência contra a mulher, que, ao longo do tempo, vem se modificado. O entendimento sobre a forma de tratar, perceber e relacionar-se com as mulheres não permaneceram, e nem podem continuar a permanecer, com base na diferenciação hierárquica dos gêneros, nem na desigualdade, na violência e na imposição de construções sociais, culturais e históricas cristalizadas em papéis identitários impostos pelas sociedades.

Essa construção do processo do reconhecimento da violência contra a mulher também pode ser percebida através do trajeto jurídico para a efetivação da Lei Maria da Penha. Alguns estudos (HASSE, 2014; MACHADO, 2002, 1998) indicam como foi moroso e custoso para que o Brasil deferisse uma legislação para proteção e prevenção das formas de violência contra a mulher. Vale recordar que os movimentos para o reconhecimento dessa forma de violência ganhou força na década de 1990, mas foi apenas em 2006 que se efetivou uma lei específica; ou seja, 16 anos depois.

Apesar disso, ainda não se concretizaram avanços significativos quanto à redução de casos de violência contra a mulher no Brasil, tão pouco os significados da violência foram transformados pela oficialização da violência. Ainda é, e será, necessário o investimento do Estado, das Políticas Públicas, dos movimentos sociais, dos profissionais e demais setores da sociedade para que os significados da violência contra a mulher sejam modificados, (re)formulados e alcancem outras concepções que não as apresentadas nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar os significados da violência contra a mulher que ocorrem em uma cidade do oeste catarinense. Como foi descrito no decorrer do trabalho, a compreensão dessa violência ocorreu através dos significados expressos nas narrativas dos profissionais especializados, mulheres em situação de violência e dos discursos contidos nos documentos públicos.

A pesquisa pode apontar que a violência contra a mulher é uma questão social presente na cidade do oeste catarinense. Dessa forma, a análise dos significados provenientes dessas três perspectivas possibilitou, de alguma forma, compreender os elementos contidos na complexidade inerente dessa violência. Ao voltar-se ao social, mais especificamente para ouvir aqueles que de alguma forma estão envolvidos na violência contra a mulher, a pesquisa realizou o que Bruner (1997) e Gomes (2012) consideram para a produção dos significados e sentidos. Partindo do amparo da literatura, das interpretações, das influências e das opiniões atribuídas pelos profissionais, pelas mulheres e pelos documentos públicos sobre a violência contra a mulher, foi possível apresentar algumas das motivações para que esta violação aconteça.

Dito isso, apresentam-se alguns dos principais significados encontrados para os profissionais especializados. A compreensão deles indicou aspectos multifatoriais para perceber a violência contra a mulher. Descrições subjetivas e objetivas fizeram parte de suas narrativas, correlacionando-se com as indicações expressas pelos documentos públicos das políticas que organizam e orientam suas atuações com a demanda da violência, determinando o que é considerado como violência contra a mulher e como identificá-la.

Além disso, dimensões sociais, históricas e culturais também foram apresentadas para compor as significações dos profissionais. A cultura machista e patriarcal foram os aspectos mais relevantes narrados pelos entrevistados, influenciando a forma como homens e mulheres se relacionam nas sociedades e promovendo as desigualdades e hierarquias entre os gêneros.

Nos significados emitidos pelos profissionais, também se sobressaiu a influência familiar nas relações entre os membros e entre as gerações da família. Essa dimensão da violência foi tão significativa a ponto de possibilitar a construção de uma cultura familiar violenta sendo transmitida de uma geração a outra, tanto por homens quanto por mulheres. Assim, a violência foi compreendida pelos profissionais como sendo uma ferramenta para resolver os conflitos existentes nas relações entre os gêneros, nas relações familiares e entre as gerações.

Já para as mulheres em situação de violência, os significados a respeito da violação vivida se aproximaram com os indicados pelos profissionais. Entretanto, essa aproximação refere-se apenas a indicativa de algumas dimensões; pois as significações alcançam profundidades que apenas quem viveu essa violência pode comunicar. A primeira dimensão refere-se às questões familiares, relacionais e geracionais que as mulheres em situação de violência nomearam como fazendo parte dos significados. O destaque para essas dimensões foi mencionado pelas mulheres como grandes influenciadores da cristalização do papel atribuído à figura da mulher.

Os valores históricos, sociais e culturais foram transmitidos e reproduzidos pelas famílias e com seus integrantes. Assim, a família ocupou um papel central para a naturalização da violência contra a mulher; não apenas para determinar a hierarquia entre os gêneros, mas também para influenciar a forma de relacionar-se entre as pessoas, como se constrói a identidade feminina, a sexualidade e o entendimento das mulheres enquanto seres humanos desprovidos de valor e condicionados ao sofrimento.

As narrativas das mulheres também indicaram sobreposições de violências no fenômeno da violência contra a mulher. A violência psicológica foi indicada como promotora da abertura para as demais formas de violência. Estas evoluem de xingamentos, palavrões; perpassando por agressões físicas, sexuais, patrimoniais, até alcançar o feminicídio.

E por último, a respeito das significações, as mulheres indicaram um significado útil para a violência sofrida: a violência ser compreendida como “educadora” das relações humanas. Tanto para relações conjugais, como para relacionamentos com os filhos; as mulheres também utilizam da violência para reequilibrar o poder na hierarquização entre os gêneros. Mesmo que de forma dessimétrica, as agressões contra os maridos e companheiros envolvem o uso dos dispositivos públicos e legais para corrigir as atitudes dos maridos para com elas. Além disso, a violência física serve para educar os filhos e corrigir suas atitudes.

No tocante a construções dos significados da violência contra a mulher, os profissionais mencionaram que essas ocorreram de forma gradual, acumulada pelas experiências de vida, de conhecimento acadêmico, profissionais e da experiência e prática com o trabalho e interação com as mulheres durante o atendimento da demanda. Vale destacar que o contexto da atuação profissional e/ou cargo ocupado na Política Pública também foi relevante para que os profissionais construíssem suas compreensões sobre o fenômeno.

Também foram destacados os valores provindos da vida em família e em sociedade que também influenciaram as construções dos significados para os profissionais a respeito da

violência contra a mulher. Nesse sentido, aponta-se, em especial, as narrativas dos profissionais Pietro, Adriana e Fernanda, quando indicaram ter vivido experiências de violência contra a mulher em seus núcleos familiares.

Outro aspecto que se destacou na pesquisa e versa sobre a construção dos significados da violência contra a mulher refere-se sobre a possibilidade da interação entre o profissional e a mulher durante os atendimentos em serviços e/ou órgãos públicos. Os achados da pesquisa indicaram que a interação proporcionada pela prática dos atendimentos pode ser uma forma de alcançar a (re)significação a respeito das violências vividas pelas mulheres. Entretanto, faz-se necessário uma ressalva: a forma como o profissional conduz a interação e se demostra aberto a (re)pensar sobre sua prática são fatores determinantes para ofertar (re)significados às mulheres frente à violência que sofreram. Uma vez que a percepção dos profissionais apresentou-se distintas para a ocorrência, ou não, das (re)significações; estas variaram em: 1) ser difícil ocorrerem (re)significações por parte das mulheres; 2) sobre a (re)significação ocorrer com a condição de que "a mulher também tem que querer" e 3) os profissionais que acreditam que as interações são promotoras de (re)significados.

Nesse sentido, a pesquisa apontou que os profissionais são os mediadores das Políticas Públicas para as mulheres em situação de violência; e suas interações, quando bem-sucedidas, podem promover as condições para alcançar o empoderamento e a autonomia das mulheres, conceitos tão mencionados nos cadernos de Orientações Técnicas dos Serviços Públicos (CREAS, 2011; CRAS, 2012; NASF, 2009; Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 2011).

Também o grupo psicossocial se apresentou como outra forma de mediar e promover a autonomia e empoderamento das mulheres frente à violência sofrida. A interação entre mulheres do grupo alcançou (re)significados não apenas sobre a violência contra a mulher, mas também sobre a condição feminina e identitária das mulheres que frequentaram o grupo psicossocial, como ficou evidente nas narrativas das participantes Margarida (13º grupo), Violeta (15º grupo) e Hortência (18º grupo).

Por fim, a pesquisa apontou sobre os impactos das intervenções dos profissionais nas ações desenvolvidas pela rede de atendimento e proteção destinados a trabalhar a violência contra a mulher na cidade pesquisada. Mesmo com a cidade possuindo uma rede de serviços estruturados para trabalhar com a promoção e prevenção do enfrentamento da violência contra a mulher, as intervenções dos profissionais e ações da rede estão concentradas para o trabalho após o episódio de violência.

Ainda se identificou que algumas dificuldades são encontradas para as ações da rede de Políticas Públicas e para as intervenções dos profissionais. Elas se referem à revelação da violência ocorrer de forma velada por parte das mulheres. Também o acesso à rede de proteção por parte das mulheres do campo ser prejudicado foi um assunto debatido. Por fim, chama-se a atenção para a necessidade de equipes de profissionais capacitados e correspondentes com o volume da demanda de violência contra a mulher existente na cidade, já que ainda há pouco profissionais para realizar esse trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa apontou que os profissionais reconhecem os limites para se executar um trabalho preventivo para efetivar as ações já realizadas por eles e pela rede de serviços públicos. Entretanto, se fazem necessárias maiores ações intersetoriais entre as Políticas Públicas, como também em conjuntos com as demais instituições não governamentais da cidade. Além disso, é preciso proporcionar a circulação de informações a respeito dos serviços e/ou órgãos de atendimento, como estes funcionam e de que forma podem ser acessados. Essas informações devem circular pela rede de Políticas Públicas, entre os profissionais especializados e devem alcançar as mulheres em situação de violência.

Dito isso, evidencia-se que realizar a pesquisa sobre um tema tão complexo quanto o da violência contra a mulher, ainda mais quando a proposta envolveu as significações a respeito desta, fez com que as discussões teóricas não pudessem estar ligadas somente a um autor ou a uma corrente de conhecimento específico. Dessa forma, a pesquisadora, em parceria com a professora orientadora, embasou a pesquisa com autores de referência sobre o tema nas diferentes áreas das Ciências Humanas.

Aponta-se que limitações fazem parte de todas as pesquisas científicas. E essa pesquisa teve as suas, já que uma Política Pública não foi envolvida: a Política de Educação. Mesmo não tendo feito parte da análise, pois apenas um profissional com formação na área da Pedagogia foi entrevistado, não significa que seu envolvimento com o tema da violência contra a mulher não seja importante.

Diante das considerações, acredita-se que todos os objetivos deste trabalho foram cumpridos, ou seja, foram identificados os principais significados da violência contra a mulher para profissionais especializados e para mulheres em situação de violência; analisou-se como as interações entre os profissionais e as mulheres violadas interferem para a (re)construção dos significados atribuídos à violência vivida; e, ainda, foi apontado como os impactos das intervenções dos profissionais nas mulheres em situação de violência interferem para a elaboração das Políticas Públicas da cidade do oeste catarinense.

Sendo assim, entende-se ser necessária a realização de novos estudos para que o assunto seja aprofundado e aperfeiçoado. Dessa forma, poder-se-á ampliar a identificação dos significados da violência contra a mulher não apenas para profissionais especializados e mulheres em situação de violência, mas também para os homens e as crianças que fazem parte desse fenômeno e do contexto pesquisado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. de J. M.; FONSECA, R. M. G. S. da. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-595, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2017.

AQUINO, Ana Maria de; CONTI, Luciane de; PEDROSA, Arli. Construções de significados acerca do adoecimento e morte nas narrativas de crianças com câncer. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 599-606, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000300599&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 jan. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BASTOS, Silvia; RAMOS, Martha Lucia Cabrera Ortíz; SILVA, Ana Lucia da. Aspectos culturais da violência doméstica como problema de saúde pública. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo, n. 41, abr. 2007. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 fev. 2019.

BASTOS, Angela. Sozinhas – histórias de mulheres que sofreram violência no campo. **Jornal Diário Catarinense**. 2017. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/violencia_contra_mulheres_do_campo/sozinhas.html> Acesso em: 1 set. 2018.

BARCINSKI, Mariana et al. O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 28, p. 87-100, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BENELLI, Silvio José; FERRI, Gustavo Guimarães; FERREIRA JUNIOR, Nivaldo. Problematizando a noção de rede, suas origens e algumas de suas aplicações atuais. **Rev. Psicol. UNESP**. v. 14, n. 2, p. 54-73, jul. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442015000200006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BENETTI, L.; SOLIVO, E.; DEMARCO, A.; BONAMIGO, I. S. **Violência e gênero no oeste catarinense.** (s/d.) Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/1564.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella; VASCONCELOS, Mario Sergio. Sentir, Significar e Construir Conhecimento com Base nos Erros. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1035-1057, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000301035&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 dez. 2018.

BRASIL. Ministério Nacional da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos.** Bioética. 4(2): 15-25. 1996.

_____. Resolução CFP n. 016/2000. **Disposições sobre a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos**. Brasília, 2000.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 92 p. il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/21/CNSH-DOC-PNAISH---Principios-e-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. Sistema Único da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atenção Integral com Famílias – PAIF**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012; 1. ed.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI MARIA DA PENHA n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/lei_maria_penha.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BONAMIGO, I. S. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, jan. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802008000200006>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____ et al. Violências, direitos humanos e segurança pública em debate. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 800-813, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Trad. De Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300332/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf.> Acesso em: 13 dez. 2018.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRUNER, J. **Atos de significação.** Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. A construção narrativa da realidade. **Critical Inquiry**, 18(1), p. 1-21. 1991. Disponível em: <https://www.academia.edu/4598706/BRUNER_Jerome._A_constru%C3%A7%C3%A3o_narrativa_da_realidade?auto=download>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BUENO, André Luís Machado; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres Rurais e Violências: Leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 21, e 01511, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100308&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, Out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev.

CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. (529-549). **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 19, n. 2. 2009.

CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART (Org.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

COELHO; Elza Berger Salema. SILVA; Anne Caroline Luz Grüdtner da; LINDNER; Sheila Rubia (Orgs.). Violência: Definições e Tipologias. Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Acesso eletrônico. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386310996/Apostila-sobre-violencia-do-parceiro-intimo>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CORREIA, Mônica F. B. A constituição social da mente: (re)descobrindo Jerome Bruner e construção de significados. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 3, p. 505-513, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2017.

COSTA-JUNIOR, Florêncio Mariano da; COUTO, Márcia Thereza; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Gênero e cuidados em saúde: Concepções de profissionais que atuam no contexto ambulatorial e hospitalar. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 97-117, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200097&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2019.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre et al. Organização do trabalho e perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família: um desafio na reestruturação da atenção básica em saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 7-18, set. 2006. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742006000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2019.

DESLANDES, S. F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. da. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 129-137, jan. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____, S. F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7-14, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____, S. F., GOMES, Romeu. Atuação dos serviços de saúde: dois modelos como inspiração. IN: LIMA, Cláudia Araújo de et al. Violência faz mal à saúde. Ministério da Saúde, 2006. Série B. **Textos Básicos de Saúde**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books-MS/06_0315_M.pdf.> Acesso em: 17 de fev. 2019.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicol Reflexo. Crit.** Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DINIZ, Normélia Maria Freire et al. Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 64, n. 6, p. 1010-1015, Dez. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2019.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Violência de gênero, saúde reprodutiva e serviços. IN: GIFFIN, K.; COSTA, S.H.(Orgs.) **Questões da saúde reprodutiva [online]**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. 468 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____, A.F.P.L., SCHRAIBER L.B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**. São Paulo. 2013 abr.-jun.;92(2):134-40.

Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v92i2p134-140>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FALKE, D.; WAGNER, A.; MOSMANN, C. Estratégias de resolução de conflito e violência conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e Família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 159-176.

FRANZOI, N. M.; FONSECA, R. M. G. S. da; GUEDES, R. N. Violência de gênero: concepções de profissionais das equipes de saúde da família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 3, p. 589-597, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2017.

FREITAS, W. M. F, OLIVIERA M. H. B., SILVA A. T. M. C. Concepções dos profissionais da atenção básica à saúde acerca da abordagem da violência doméstica contra a mulher no processo de trabalho: necessidades (in)visíveis. **Saúde debate**. 2013; 37(98):457-466.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Discurso, gênero e violência: uma análise das representações públicas dos crimes de estupros. **Language and Law/ Linguagem e Direito**. v. 1(1), 2014, p. 141-158. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12689.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FONTE, C. (2006). A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. **Psicologia**: Teoria e Prática, 8(2), 123-131.

FOULCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007, 143p.

GARBIN, C. A. et al. Notificação de violência contra criança: conhecimento e comportamento dos profissionais de saúde. **Rev Bras Pesqui Saúde**. 2011;13(2):17-23.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra um mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicol Soc**. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2019.

GHERARDI, Natalia. Violência contra mulheres na América Latina. **SUR 24 Revista Internacional de direitos Humanos.** v. 13, n.24. (129-136). 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/violencia-contra-mulheres-na-america-latina>. Acesso em: 2 fev. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saude soc.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, Ago. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2019.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. IN: DESLANDES, S. F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____, R. et al. A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 275-283, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 5 nov. 2018.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042012000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra mulher no Brasil. **Estudos Feministas**. Ano 2, 2º semestre. 1994, p. 473-483. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16179/14730+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**. v. 75, p. 1-37, 1995. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GROSSI, Patrícia Krieger; TAVARES, Fabricio André; OLIVEIRA, Simone Barros de. A rede de proteção a mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. IN: MENEGHEL, Stela N. (Org.); **Rotas Críticas II**: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009 (p. 212-227).

_____, P. K; COUTINHO, Ana Rita. Violência contra a mulher do campo: desafios às Políticas Públicas. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 20, n.1, p. 25-40, jul/dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32071/23366>.

_____, P. K.; COUTINHO, Ana Rita; BITENCUORT, Joao Vitor. Desafios do Atendimento à Mulher em Situação de Violência no âmbito dos CREAS. IN: **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, 2015, UFSC. Santa Catarina. Br. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9461/2/Desafios_do_Atendimento_a_Mulher_em_Situacao_de_Violencia_no_ambito_dos_CREAS.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

HASSE, M.; VIEIRA, E. M. Como os profissionais de saúde atendem mulheres em situação de violência? Uma análise triangulada de dados. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 482-493, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300482&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2017.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saude soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2019.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, Out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000500001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 fev. 2019.

LETTIERE, A.; NAKANO, A. M. S.; RODRIGUES, D. T. Violência contra a mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 467-473, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2017.

LISBOA, T. K. Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. **Temporalis**, [s/l.], v. 14, n. 27, p. 33-56, ago. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>. Acesso em: 27 fev. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 3. ed.

_____, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf >. Acesso em: 6 set. 2016.

MACHADO, L. Z. **Atender vítimas, criminalizar violências**. Dilemas das delegacias da mulher. Série Antropologia, n. 319, 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie319empdf.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017

_____, L. Z.; MAGALHÃES, M. T. B. de. **Violência Conjugal**: os espelhos e as marcas. Série Antropologia, n. 230, 1998. Disponível em: <http://www.alexandracaracol.com/Ficheiros/violencia%20domestica.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____, L. Z. Os diversos sentidos atribuídos à violência. IN: Machado, L. Z. **Feminino em movimento.** (p. 124-133). 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MAGALHÃES, N. T. Gênero e violência conjugal: olhares de um sistema de justiça especializado. **Revista de Estudos Empíricos em Direito.** v. 2, n. 2, jul. 2015, p. 128-155. Disponível em: <http://reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/73/67>. Acesso em: 21 maio 2017.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de Criança, Infância e de Educação dos Professores de Educação Infantil.** 2012. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf>. Acesso em 23 fev. 2019.

MARQUI, Alessandra Bernadete Trovó de et al. Caracterização das equipes da Saúde da Família e de seu processo de trabalho. **Rev. esc. enferm. USP,** São Paulo, v. 44, n. 4, p. 956-

961, Dec. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre. IN: SOUZA, Jessé (2009). **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Colaboração de André Grillo et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____, M. C. de S. Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. **Temas em Saúde collection**. 132 p. Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>.

MORÉ, C. L. O. O.; KRENKEL, S. (Orgs.). Violência no contexto familiar [internet] 2014. **Curso de Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos** – Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis: UFSC. Disponível em: <www.unasus.ufsc.br>. Acesso em: 20 maio 2017.

MOREIRA, Ana Regina de Lima; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Compreendendo a experiência do sofrimento de mulheres na relação amorosa. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 3-4, jul. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2018.

NARVAZ, M. G.; KOLLER. S. H. Mulheres vítimas de violências: compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1405/1105>.

NJAINE K. Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia. **Interface**. 2013; 10(20):381-92.

NOTHAFT, R. J. **Repensando violência de gênero e Políticas Públicas para combatê-la.** [Internet] 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Ra%C3%ADssa%20Jeanine%20Nothaft.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2016.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 fev. 2019.

OLIVEIRA, Carolina Mesquita; COSTA MOREIRA, Maria Ignez. Os sentidos produzidos para a violência contra as mulheres a partir da perspectiva dos profissionais da delegacia especializada de atendimento à mulher de Betim-MG. **Psicologia em Revista**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 729-748, dez. 2016. ISSN 1678-9563. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2016V22N3P729/11686>. Acesso em: 16 dez. 2018.

OLIVEIRA, Fábio Dantas de. Uma breve análise da Lei Maria da Penha. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2053, 13 fev. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12330>. Acesso em: 6 jan. 2019.

OLIVEIRA, Thaís Thomé Seni S.; CALDANA, Regina Helena Lima. Educar é punir?: Concepções e práticas educativas de pais agressores. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p.266-274, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 1 fev. 2019.

PATIAS, N. D., SIQUEIRA, A. C., DIAS, A. C. G. Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. **Educação e Pesquisa**, 38(4). 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/13.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PEDROSA, Claudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saude soc.** São Paulo, v. 20, n. 1, p. 124-135, mar. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2019.

PINAFI, T. **Violência contra a mulher**: Políticas Públicas e medidas protetivas na contemporaneidade [Internet] 2012. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado>. Acesso em: 10 maio 2017.

RODRIGUES D.P. et al. A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico. **Escola Anna Nery** 2015; 19(4): 614-620. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n4/1414-8145-ean-19-04-0614.pdf>.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Várias Marias: o da Lei Maria da Penha nas delegacias. **Fractal, Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 114-122, ago 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200114&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2019.

RIBEIRO, J. M. L. Uso da palmada como ferramenta pedagógica no contexto familiar: mania de bater ou desconhecimento de outra estratégia de educação? **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 7(1), 52-58, 2012. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7_n1/Ribeiro.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de maio 2017.

_____, H. I. B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza (Org.). Gênero e cidadania. **Revista Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2002. p. 59-70.

SAGOT, Montserrat. Estrategias para enfrentar la violencia contra las mujeres: reflexiones feministas desde America Latina. IN: MENEGHEL, Stela N. (org.); **Rotas Críticas II**: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009 (p. 32-51).

SANTA CATARINA, **Portal de Segurança Pública**. Disponível em: <http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>. Acesso em: 14 out. 2018.

SANTOS, A. C. W. dos; MORÉ, C. L. O. O. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 227-235. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2017.

SANTOS S. A. et al. Violência doméstica durante a gestação: um estudo descritivo em uma unidade básica de saúde no Rio de Janeiro. **Cad Saúde Colet**. 2010;18(4):483-93. Disponível em: <http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_4/artigos/CSC_v18n4_483-493.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

SARTI, Cynthia Andersen; BARBOSA, Rosana Machin; SUAREZ, Marcelo Mendes. Violência e gênero: vítimas demarcadas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 167-183, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 dez. 2018.

SCHRAIBER (A), L. B. et al. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, 2007. 41(3), 359-367. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/ v41n3/5820.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____, L. B. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 41-54, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. de 2016.

_____, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 fev. 2019.

_____, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface**: comunicação, saúde, educação. Botucatu, v. 3, n. 5, p. 11-26, ago. 1999.

_____, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, ago. 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 fev. 2019.

SILVA, Alessandra Maria da; SILVA, Marinete dos Santos; PINTO, Ubirajara Santiago de Carvalho. Na Cidade e no Campo: a violência contra as mulheres do assentamento Zumbi dos Palmares (RJ). **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 102, n. 2. Jul-dez. 2016Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.

SILVEIRA, P. S. S.; MEDRADO B.; RODRIGUES L. O. Sentidos de violência contra as mulheres nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal. **Cadernos de Saúde Coletiva**, RJ, 17 (4): 951-970, 2009.

SOARES, Barbara Musumeci. A "conflitualidade" conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 5; n. 2; abr.-jun. 2012. p. 191-210. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2012/04/DILEMAS-5-2-ArtBarbara_Conflitualidade.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

TERRA, Maria Fernanda; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Athenea Digital.** Revista de pensamiento e investigación social, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 109-125, nov. 2015. Disponible en: <https://atheneadigital.net/article/view/v15-n3-terra-doliveira-schraiber>. Fecha de acceso: 25 feb. 2019.

TOHIDI, Nayerh. Direitos das mulheres e movimentos feministas no Irã. **SUR 24 Revista Internacional de Direitos Humanos.** v.13, n. 24 (p. 75 – 89), 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/direitos-das-mulheres-e-movimentos-feministas-no-ira/>. Acesso em: 2 fev. 2019.

TORRES, E. A. et al. O que pensam os pais sobre a violência infantil. **Journal of the health sciences institute**, 33(2), 160-163. 2015. Disponível em <https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2015/02_abr-jun/V33_n2_2015_p160a163.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015 – homicídios de mulheres no Brasil**. 1. ed., Brasília, DF. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias das sexualidades. Belo Horizonte: Autêntica, 1996, p. 35-81.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008/8853>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado** – uma década de mudanças na opinião pública. Fundação Perseu Abrano, 2013. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf>. Acesso em 1 set. 2018

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. spe, p. 207-238, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 fev. 2019.

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1989. IN: BORGES, Fabrícia Teixeira. A professora que vemos nos filmes: construção identitária e significados da docência. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 32, n. 88, p. 303-317, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ZANETTI, T. G. et al. Perfil socioprofissional e formação de profissionais de equipes de saúde da família: um estudo de caso. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 448-455, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v9i3.7664>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ZUMA, C. E.; MENDES, C. H. F.; CAVALCANTI, L.F.; GOMES, R. Violência de gênero na vida adulta. In: NJAINE, K.; ASSIS, S., G. (Orgs.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013.

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU:
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Profissional,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), na pesquisa "Violência contra a mulher: significados emitidos em narrativas de mulheres em situação de violência, por profissionais especializados e nos discursos oficiais das Políticas Públicas". Esta pesquisa é conduzida pela acadêmica Ana Paula Machado do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim, sob a orientação da pesquisadora e professora Ivone Maria Mendes Silva docente da UFFS – Campus Erechim.

O objetivo desta pesquisa é analisar os significados contidos nas narrativas de mulheres em situação de violência e de profissionais especializados, além dos significados que emergem dos discursos de documentos oficiais das Políticas Públicas quando se considera o fenômeno da violência contra a mulher na cidade de Chapecó-SC.

Justificamos que, ao final dos estudos, nós nos propomos a divulgar os resultados junto aos profissionais e às instituições que estes pertencem, a fim de contribuir para somar esforços e reflexões na teorização sobre o entendimento do fenômeno desse tipo de violência.

A entrevista consistirá em perguntas de fácil entendimento, de forma a oportunizar o(a) profissional a descrever sobre seu trabalho e a emitir opiniões sobre a violência contra a mulher e de como atua frente a essa demanda. A condução dessa coleta de dados é realizada pela pesquisadora responsável, e as perguntas seguirão um roteiro breve e semidirigido, oferecendo ao entrevistado(a) a condução livre da entrevista conforme sua força discursiva. O tempo estimado da entrevista será compreendido de 40 minutos, não excedendo 60 minutos.

Para a concretização da pesquisa, necessitamos da sua importante participação, pois nossa proposta de estudo poderá auxiliar no preenchimento de lacunas existentes sobre as teorizações que envolvem o fenômeno da violência contra mulher. Para isso, sua contribuição

para a pesquisa consiste em participar de uma entrevista sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado(a). Sua participação é essencial, uma vez que seu relato servirá, para além de descrever os significados sobre a violência contra a mulher na cidade de Chapecó, também como base para um diagnóstico comparativo entre a rede de atendimento oferecida pelas Políticas Públicas locais e o que preconiza as normativas oficiais para o trabalho/intervenções realizadas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

As informações obtidas através da entrevista serão utilizadas para alcançar o objetivo proposto e, também, para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade, bem como servirá de base para a elaboração de artigo científico para publicação em periódicos de âmbito nacional. Este termo ainda abrange que a pesquisadora obtenha gravação da sua voz para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha opinião possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade da UFFS e sob sua guarda. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas e salvas em arquivos digitais, cujo acesso se dará apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Finalizada a pesquisa, os arquivos físicos e digitais serão guardados por 05 (cinco) anos. Após o fim desse período, os mesmos serão apagados definitivamente.

Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, basta recusar a entrevistadora ou, se a decisão for após a entrevista, favor entrar em contato pelos telefones citados. Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer momento sem nada ter que explicar e nem sofrer qualquer tipo de penalização.

Porém reforçamos que sua participação é muito importante para concretizar a pesquisa, pois nossa proposta de estudo poderá auxiliar seu trabalho e demais intervenções realizadas para o enfrentamento e transformação das situações de violências vividas por mulheres na cidade de Chapecó. Este estudo também poderá contribuir com reflexões para que os profissionais e serviços/políticas públicos revejam suas práticas e intervenções realizadas com as mulheres em atendimento a fim de promover uma melhora/adequação do sistema de acolhimento da rede de proteção da cidade de Chapecó-SC.

Toda pesquisa oferece algum tipo de risco, dessa forma, a nossa também não poderia ser diferente, já que envolve um tema polêmico como a violência contra a mulher. Os riscos

mais prováveis na condução dessa pesquisa é que alguns dos entrevistados podem sentir-se desconfortáveis em responder determinadas perguntas ou que ocorra algum tipo de prejuízo emocional durante a entrevista.

Caso isso ocorra, auxiliaremos os(as) entrevistados(as) a lidarem com os riscos mencionados a fim de minimizar seus efeitos. Deixamos claro que nossa intenção é criar condições favoráveis à livre manifestação de opiniões dos participantes e evitar possíveis constrangimentos. Enfim, acreditamos que os benefícios produzidos pela pesquisa superarão os riscos que eventualmente possam ocorrer.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e a outra é da pesquisadora.

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim Rodovia ERS 135, km 72 nº 200, Erechim – RS. CEP: 99700-970. Caixa Postal 764.

Em caso de dúvida sobre a condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, telefone (049) 2049-3745 ou e-mail cep.uffs@uffs.edu.br. Situado na Rodovia SC 484 Km 02, Campus Chapecó. CEP 89815-899, Chapecó-SC.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa e sobre os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios e malefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido(a) que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e que a minha identidade não será exposta de nenhuma forma.

Local: _____ Data ____/_____/_____.

_____ _____

Nome e assinatura do sujeito Ana Paula Machado

Contato: psicologaanap@gmail.com Tel: 3322-1948

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE GRAVAÇÃO DE VOZ - TCGV

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU:
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA USO DE GRAVADOR E VOZ

Título da Pesquisa: "Violência contra a mulher: significados emitidos em narrativas de mulheres em situação de violência, pelos profissionais especializados e nos discursos oficiais das Políticas Públicas".

Acadêmica e Pesquisadora: Ana Paula Machado, (49) 3322-1948

Eu, _____

permito que a pesquisadora relacionada acima obtenha gravação de minha voz para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha voz possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e sob sua guarda pelo período de 05 (cinco) anos. Passado esse tempo, a gravação será completamente destruída.

Vale destacar que este termo para liberação do uso de voz compõe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que, em concordância do sujeito entrevistado em participar da pesquisa, deverá estar devidamente assinado.

Chapecó, _____de _____ de 2017.

_____ _____

Nome e assinatura do sujeito

Ana Paula Machado
Contato: psicologaanap@gmail.com
Tel: 3322-1948

APÊNDICE 3: DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Chapecó, ____ de _____ de 201__.

INSTITUIÇÃO

Assunto: Encaminhamento de discente para desenvolvimento de pesquisa.

Prezados,

Viemos por meio desta apresentar a acadêmica Ana Paula Machado, discente regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação do mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Ela desenvolverá a pesquisa intitulada: "Violência contra a mulher: significados emitidos em narrativas de mulheres em situação de violência, por profissionais especializados e nos discursos oficiais das Políticas Públicas".

Para realizar a pesquisa, a acadêmica necessita estabelecer diálogo e entrevistar os profissionais da instituição que atuam diretamente no atendimento/acompanhamento da demanda da violência contra a mulher. Todas as informações sobre a pesquisa estão contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deverá ser assinado pelos profissionais que aceitarem ser entrevistados pela pesquisadora.

Certos de contarmos com vossa importante colaboração, desde já agradecemos.

_____

_____

Acadêmica Ana Paula Machado
e-mail: psicologaanap@gmail.com

Prof.ª Ivone Maria Mendes Silva
e-mail: ivone@uffs.edu.br

APÊNDICE 4: DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA

Visando atender critérios para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Erechim, o representante legal da instituição _____ autoriza a acadêmica do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim, Ana Paula Machado a realizar pesquisa intitulada: *"Violência contra a mulher: significados emitidos em narrativas de mulheres em situação de violência, profissionais especializados e nos discursos oficiais das Políticas Públicas"*, junto aos profissionais da instituição atuantes com a demanda da violência contra a mulher. Declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos prepostos, salientando que a pesquisadora deverá cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e legislações correlatadas.

Para realizar a pesquisa, a acadêmica necessita estabelecer diálogo e entrevistar os profissionais desta instituição que atuam diretamente no atendimento/acompanhamento da demanda da violência contra mulher. Todas as informações sobre a pesquisa encontram-se no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que cada entrevistado deverá assinar, caso concordem em participar da pesquisa.

Chapecó, ____ de _____ de 2017.

_____

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

APÊNDICE 5: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade:

Sexo:

Relacionamento:

Filhos: qtos/idades:

Formação:

Curso específico:

Cargo:

Serviço/Órgão:

Tempo de trabalho:

Tempo de trabalho com a demanda de VCM:

1. O que você entende por violência contra mulher?
2. O que você acha que o(a) levou a pensar assim (experiências pessoais ou profissionais, valores, conhecimentos adquiridos, etc.)?
3. Esses entendimentos que você cita sobre a violência contra a mulher são pensamentos que você defende de longa data?
4. Houve mudanças na sua forma de pensar sobre o assunto ao longo do tempo?
5. Você acredita que eles (pensamentos) podem mudar ou mudaram? Se sim, como isso ocorreu/ocorrerão?
6. E em relação as mulheres que sofrem ou se encontram em violência, você acha que elas podem mudar a maneira de entender sobre o assunto? (teria exemplos disso?)
7. Como é sua atuação quando atende uma situação de violência contra a mulher?
8. Dentro da violência contra a mulher, quais as situações mais frequentes que se apresentam na sua atuação profissional?
9. Quais os fatores que acredita desencadear esse tipo de prática?
10. Você acredita que esses fatores poderiam ser combatidos/evitados? Se sim, por quem? De que forma?
11. Em sua opinião, as Políticas Públicas e dispositivos legais funcionam, ou não, para enfrentar as violações de direitos da mulher? Justifique.

12. Quando está frente a frente com uma mulher que teve seus direitos violados e busca por sua intervenção, como você avalia que sua formação acadêmica lhe preparou para esse encontro?
13. Nesse encontro, você considera que as suas concepções pessoais podem intervir na forma como constrói a abordagem/intervenção frente a esses casos de violência contra a mulher? De que forma? Como você busca lidar com isso?
14. Você considera que houve avanços no enfrentamento dessa violência? Se sim, quais? E sobre as dificuldades?
15. Pelo fato de você ser um (a) profissional do gênero feminino/masculino, você considera que interfere de alguma forma para realizar o seu trabalho com as mulheres? Se sim, como seria?